

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 54. v. 1 | Aracaju-SE | 2024



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:

**O Golpe de 1964+60: democracia,
ditaduras e direitos humanos**

Editores

Tereza Cristina Cerqueira da Graça (IHGSE)

José Vieira Cruz (UFS/IHGSE)

Conselho Editorial

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS/IHGSE)

Giliard da Silva Prado (UFU/IHGSE)

Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)

João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)

Josefa Eliana Souza (UFS/IHGSE)

Lourival Santana Santos (UFS/IHGSE)

Maria Neide Sobral (UFS/IHGSE)

Samuel Albuquerque (UFS/IHGSE)

Terezinha Alves Oliva (UFS/IHGSE)

Vera Lúcia Alves França (UFS/IHGSE)

Wagner Gonzaga Lemos (IFPE/IHGSE)

Projeto Gráfico | Capa |

Débora Santos Santana

Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natã Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Diagramação

Adilma Menezes

Conselho Consultivo

Ângela de Castro Gomes (UNIRIO)

Beatriz Góis Dantas (UFS)

Carla Mary S. Oliveira (UFPB)

Diogo da Silva Roiz (UEMS)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)

Jaime de Almeida (UnB)

João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)

José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Lília Moritz Schwarcz (USP)

Lisiane Sias Manke (UFPel)

Luiz Alberto Romero (Universidad San Martin, Argentina)

Luísa Tombini Wittmann (UDESC)

Mara Regina do Nascimento (UFU)

Maria Emilia Porto (UFRN)

Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)

Martha Campos Abreu (UFF)

Mauro Passos (PUC-MG)

Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)

Peter Burke (Cambridge University)

Regina Célia Gonçalves (UFPB)

Roger Chartier (Collège de France)

Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)

Solyane Silveira Lima (UFRB)

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 54

VOLUME 1:

O Golpe de 1964+60: democracia, ditaduras e direitos humanos

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2024

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus - CRB5/1701

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
Vol. 1. n. 54 (2024) - Aracaju, SE: O Instituto, 1913-

Anual

O Golpe de 1964+60: democracia, ditaduras e direitos humanos

ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. História 2. Ditadura Militar 3. Sergipe

I. Título II. Assunto III. IHGSE

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Fábio Cruz Mitidieri

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe
Deputado Jeferson Luiz de Andrade

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima

DIRETORIA

Presidente
Agláé D'Ávila Fontes

Primeiro Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Segundo Vice-Presidente
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Secretário-Geral
José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário
Iara Maria Campelo Lima

Segundo Secretário
Marlene Alves Calumby

Oradora
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro-Tesoureiro
Ancelmo de Oliveira

Segundo-Tesoureiro
Paulo Amado Oliveira

Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Rosângela Soares de Jesus

Diretor do Museu e da Pinacoteca
Fernando José Ferreira Aguiar

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima
(Pesquisador)

Josué Modesto dos Passos Subrinho
(Ex-Secretário de Estado da Educação de Sergipe e Ex-Reitor da UFS)

Desembargador Edson Ulisse de Melo
(Ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe)

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares
(Ex-Governador de Sergipe)

Edvaldo Nogueira Filho
(Prefeito de Aracaju)

Francisco Guimarães Rollemberg
(Ex-Senador)

Gilton Feitosa Conceição
(Promotor de Justiça)

Itamar Freitas de Oliveira
(Professor da UFS)

José de Oliveira Júnior
(Economista)

Maria do Carmo Nascimento Alves
(Senadora) falecida

Verônica Maria Menezes Nunes
(Professora da UFS)

SÓCIOS EFETIVOS

Adailton dos Santos Andrade
Adriano Torres Azevedo
Agláe D'Ávila Fontes
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria do N. Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Andrea Torres Azevedo
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Francisco de Jesus (Saracura)
Antônio Lindivaldo Souza
Beatriz Góis Dantas
Clea Maria Brandão de Santana
Clóvis Barbosa de Melo
Djaldino Mota Moreno
Edson Ulisses de Melo
Eduardo Antônio Seabra
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fabrícia de Oliveira Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Iara Maria Campanelo Lima
Igor Leonardo Moraes Alburquerque
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jean Marcel D'Ávila Fontes De Alencar
Jodoval Luiz dos Santos
José Alberto Pereira Barreto
Jose Eduardo de Santana Macedo
José Hamilton Maciel Silva
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Rivaldávio Lima
Josefa Eliane Souza
Lilian de Lins Wanderley
Lourival Santana Santos
Lucio Antônio Prado Dias
Luiz Eduardo Alves de Oliva
Luiza Maria da Costa Nascimento
Maria Izabel Carregosa de Carvalho Vieira
Mário Luiz Britto Aragão
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Natalia Amado
Patrícia Veronica Sobral Carvalho de Souza
Paulo Amado Oliveira
Risá Rodrigues Silva Monteiro
Renata Ferreira Bonifácio
Romulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares De Jesus
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Sandra Maria Natavidade
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes

QUADRO DE FUNCIONARIOS

José Carlos de Jesus

ESTÁGIO REMUNERADO:

Geovana Teixeira Ferreira
Joely Santos da Silva
Josélia Santos Oliveira

VOLUNTÁRIOS:

Adirany da Silva dos Reis
Edmeire Vieira dos Santos Vidal
Maria Luiza Santos Cruz

Sumário

Editorial

Volume 1

Apresentação do Dossiê
O Golpe de 1964+60: democracia,
ditaduras e direitos humanos

DOSSIÊ

A vida pelo avesso: investigação e
“infiltração” no setor público, o caso
sergipano de Nilton Pedro da Silva

Desvendando o enigma vermelho:
Operação Cajueiro, PCB e crise
partidária em Sergipe (1976-1980)

A Diocese de Propriá-SE e o Golpe
Militar de 1964: dilemas entre a
modernização conservadora e a defesa
pela justiça social

9 *José Vieira Cruz*
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

15 *Anderson da Silva Almeida*
Célia Costa Cardoso
José Vieira Cruz

25 *Alexandre Firmo dos Santos*

49 *Ronaldo de Jesus Nunes*

81 *Osnar Gomes dos Santos*

Jaime Wright: O reverendo dos
Direitos Humanos durante a Ditadura
Militar Brasileira (1964-1985)

Agentes da Sétima Arte:
descortinamento histórico do Clube
de Cinema de Sergipe diante do Golpe
de 1964

O Golpe na Música Sergipana
(1964-1988)

Os Combates nas Trevas de Milton
Coelho: o petroleiro tornado cego pela
Ditadura Militar

RESENHA
Terezinha, uma intérprete de Bomfim

SEÇÃO CASA DE SERGIPE
Maria do Carmo Alves, um gesto
sempre lembrado.

105 *Felipe Moreira Barboza Duccini*

127 *Onesino Elias Miranda Neto*

141 *Tereza Cristina Cerqueira da
Graça*

165 *Afonso Nascimento*

183 *Samuel Albuquerque*

193 *José Ibarê Dantas*

Editorial

José Vieira da Cruz
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Editores

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, volume 1, nº 54, de 2024, tem como proposta temática o dossiê “O Golpe de 1964+60: democracia, ditaduras e direitos humanos”, sob a coordenação dos pesquisadores José Vieira Cruz, Célia Costa Cardoso e Anderson da Silva Almeida. O referido dossiê selecionou sete artigos associados a transversalidade do tema. O primeiro, “A Vida pelo avesso: investigação e infiltração no setor público: o caso Nilton Pedro”, de autoria de Alexandre Firmo dos Santos – estuda os impactos da vigilância política na vida de um servidor público. O segundo, “Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe”, de Ronaldo de Jesus Nunes, discute os impactos de uma operação de repressão política sobre os militantes e partidos de esquerda.

O terceiro, “O encontro entre a Diocese de Propriá e o Golpe Militar de 1964”, de Osnar Santos, e o quarto artigo, “Jaime Wright: o reverendo dos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)”, de Felipe Duccini, analisam a posição de religiosos católicos e protestantes, respectivamente, em face da ordem imposta pelos golpistas e pela ditadura.

Os dois seguintes, “Agentes da sétima arte: descortinamento histórico do Clube de Cinema na Ditadura Militar”, de autoria de Onesino Elias Miranda Neto, e “O Golpe na música sergipana (1964-1988)”, escrito por Tereza Cristina Cerqueira da Graça, descortinam o impacto da censura sobre os agentes, a circulação e a produção cinematográfica e musical.

Por fim, o último artigo deste dossiê “Os combates nas trevas de Milton Coelho: o petroleiro tornado cego pela Ditadura Militar” de Afonso

Nascimento, analisa a trajetória de um militante político torturado pela ditadura.

Esta edição conta também com a resenha “Terezinha, uma intérprete de Manoel Bomfim” de autoria de Samuel Albuquerque, e um texto na Seção Casa de Sergipe, intitulado “Maria do Carmo Alves, um gesto sempre lembrado”, escrito por Ibarê Dantas.

A equipe editorial, em conjunto com os coordenadores deste dossiê, no cumprimento do ofício de discutir o passado e de seus significados para o presente, dedicam esta edição ao Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, enquanto espaço de resistência democrática apropriado pelos movimentos políticos, sociais e culturais que se posicionaram contra o golpe e a ditadura civil-militar, em particular, aos seguintes membros/associados: José Silvério Leite Fontes, Maria Thetis Nunes, José Ibarê Costa Dantas, Aglaé D’Ávila Fontes e Beatriz Goes Dantas – intelectuais monitorados, vigiados e/ou processados pelos órgãos de segurança e informação a serviço dos golpistas e da ditadura.

O volume 2, da edição nº 54, por sua vez, acolhe as contribuições do fluxo contínuo, avaliadas sob os cuidados editoriais das pesquisadoras Neide Sobral e Terezinha Oliva. Dentre os temas livres selecionados dois artigos versam sobre estudos da história política, os dois seguintes centram suas análises no campo da história de famílias e, por fim, o último artigo aborda a seara do campo religioso. Além destes artigos, outros três textos compõem a “Seção Casa de Sergipe”.

O primeiro artigo selecionado, “Cem anos da revolta de 1924”, de autoria de Ibarê Dantas, discute o centenário dos desdobramentos das revoltas tenentistas em Sergipe. O segundo, “Centralização de poder nos diretórios partidários: desafios na seleção de candidatos e a necessidade de uma Justiça Transicional Participativa”, escrito por Filipe Cortes de Menezes e Patrícia Verônica Nunes C. Sobral de Souza, apresenta uma análise acerca dos modelos de representação político-partidária-participativa.

O segundo bloco de artigos, tem início com o texto “Um cresci e multipliquei... mulheres de família em Itabaiana”, de autoria de Maria Neide Sobral; com o texto “Francisco Joze de Souza: um homem



de família (1794)”, de Vera Maria dos Santos e Simone Silveira Amorim; e com o artigo “Adiantando terras e gado: estratégias familiares e transmissão de propriedade em Porto da Folha (SE) no século XIX – a família Gonçalves Lima/Alves Feitosa”, de autoria de Lucas Oliveira de Jesus. Escritos que focalizam, a partir da análise de trajetórias biográficas, significados históricos de enlances familiares.

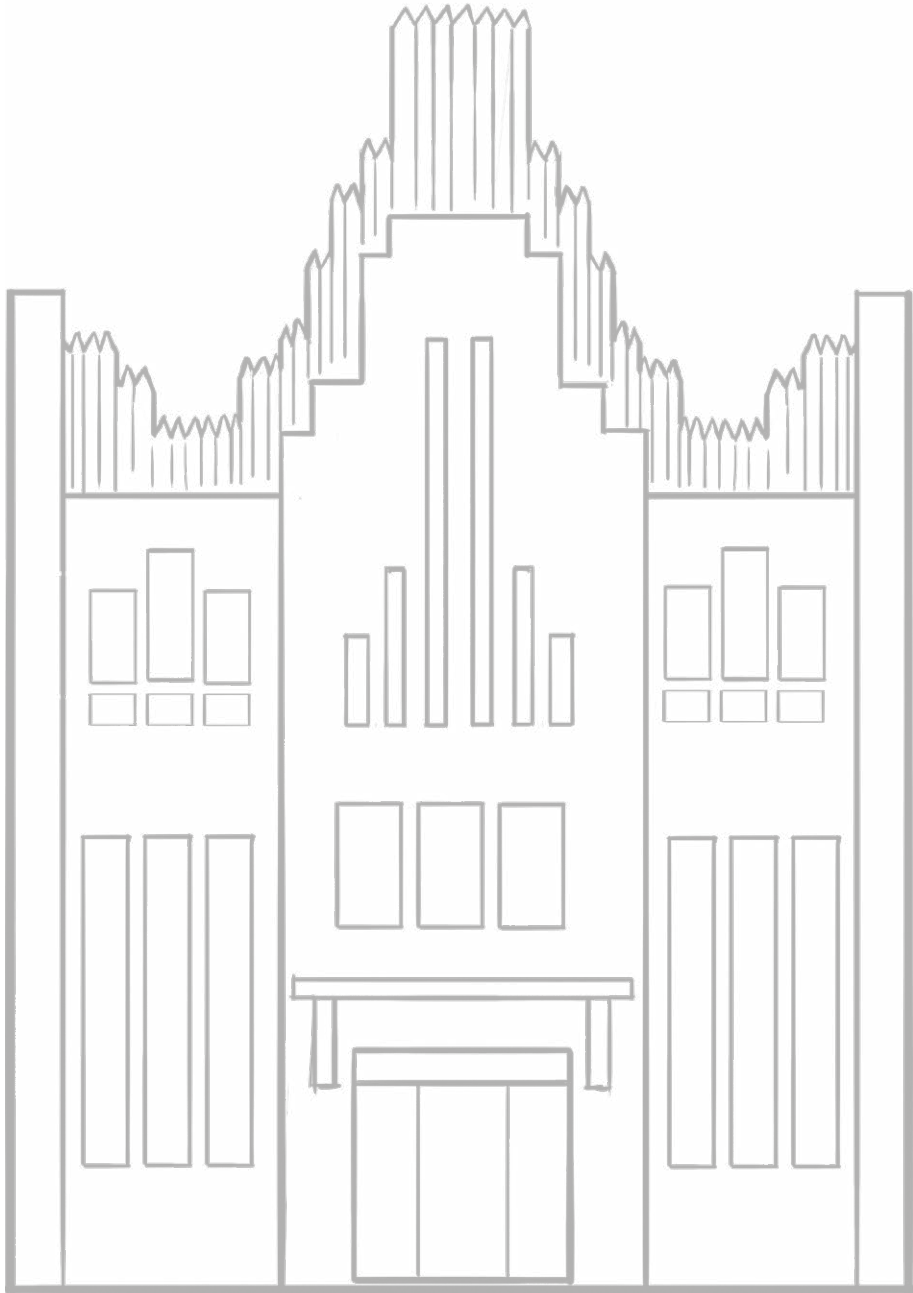
O último artigo desta edição de tema livre, “O Senhor dos Passos e a mudança da capital de Sergipe: histórias cruzadas entre a política e as devoções”, de autoria de Magno Francisco de Jesus Santos, discute meandros do jogo político e religioso no contexto da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju.

Já a destacada “Seção Casa de Sergipe”, cumprindo o papel institucional deste periódico centenário, apresenta os textos: “A interminável: uma gestão em tempos de obras que não acabam”, de Aglaé d’Ávila Fontes, descrevendo os desafios enfrentados no curso da reforma do prédio do sodalício. O artigo coletivo “O estro e a presença de Aglaé d’Ávila Fontes: homenagem em seus 90 anos”, assinado pelos membros da Diretoria do IHGSE, Conselhos Editoriais da Revista e por colaboradores, homenageia a trajetória biográfica da atual presidente do Instituto e destacada intelectual. E, finalizando a seção, o texto “Museu da Gente Sergipana e IHGSE homenageiam Aglaé D’Ávila Fontes: um registro” e “Nove Atos de uma Vida” de Tereza Cristina Cerqueira da Graça, narra o momento cultural de homenagem a vida e obra de Aglaé Fontes.

A todos, desejamos uma boa leitura.

Nº 54 / Volume 1

O Golpe de 1964+60:
democracia, ditaduras e direitos humanos



Dossiê: O Golpe de 1964+60: democracia, ditaduras e direitos humanos

Anderson da Silva Almeida
Célia Costa Cardoso
José Vieira da Cruz
(Organizadores do dossiê)

Sessenta anos depois da deflagração do golpe civil-militar de 1964, os desdobramentos, consequências e disputas do passado e do presente persistem com significados profundos para a sociedade e as instituições políticas brasileiras. As marcas da referida inflexão política interromperam uma experiência democrática nacional-desenvolvimentista, reformista e populista, desferida pelo cajado de um golpe de estado conferido pelas forças militares e apoiada por setores da direita, empresários e religiosos conservadores.

A efetivação do golpe resultou em um longo período de ditadura civil-militar, de 1964 a 1985, com cicatrizes vivenciadas até os dias atuais. De forma que seus resquícios, desdobramentos e incompreensões, rondam como espectros a política, o cotidiano e os horizontes de expectativas do atual presente histórico brasileiro. Neste sentido, quase três décadas depois do fim da ditadura – passado os períodos de redemocratização política, aprovação de uma nova Constituição e de realização de nove eleições diretas para a Presidência da República –, a democracia ainda é um horizonte de expectativa a ser consolidada, defendida e mais bem conhecida.

Por isso, é necessário, cada vez mais, investir nos estudos interdisciplinares, transversais, críticos e que abarquem os diferentes desdobramentos e inter-relações de acontecimentos, narrativas e temporalidades históricas ocorridas em diferentes estados e regiões do país.

Nesse contexto, a temática acolhida por este dossiê “O Golpe de 1964+60: democracia, ditaduras e direitos humanos” é um exercício acadêmico importante para reunir registros, análises, estudos e discussões



centradas na valorização de memórias, narrativas e acontecimentos associadas ao Golpe e a seus desdobramentos. Um compromisso acadêmico, ético e cidadão, ainda mais imprescindível, frente ao atual contexto no qual o governo federal evita celebrações, atos e/ou (des)comemorações críticas desse acontecimento político e histórico.

As razões para esta postura oficial vem se acumulando desde o desenrolar dos resultados da disputada e polarizada eleição presidencial de 2022, do amontoado de pessoas que permaneceram meses acampadas nas proximidades de quartéis, dos bloqueios realizados em rodovias federais por parte de inconformados com o resultado eleitoral, dos falsos questionamentos contra os resultados das urnas eletrônicas, da tentativa fracassada de Golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 e do esforço político do atual governo de manter as relações republicanas com as forças armadas.

16

Frente a este cenário, não é, como todos sabem, tarefa fácil estabelecer um contraponto democrático, respeitoso e civilizado com aqueles(as) que interpretam, defendem e apoiam máculas associadas a golpes, ditaduras e seus desdobramentos: cassações, sequestros, prisões, torturas e demais violências, violações e desrespeito aos direitos humanos. Apesar disso, é dever de cada cidadão, historiador ou não, avaliar a história de sua sociedade e os caminhos pelos quais ela tem percorrido para alcançar a efetivação de princípios universais almejados pela modernidade contemporânea: justiça social, liberdade de expressão e democracia.

Desta forma, independentemente de como os atos autoritários são conceituados – golpe, ditadura ou movimento antidemocrático, bem como, independente da classificação de sua natureza: civil, militar ou civil-militar –, o resultado deles decorridos sempre culminam em ofuscamentos, retrocessos, rupturas e discontinuidades do processo de civilidade e de respeito aos direitos universais da pessoa humana.

No caso do golpe civil-militar de 1964 – posição compartilhada pelos autores deste dossiê -, a exemplo, as manifestações contaram com o apoio de setores conservadores de igrejas, imprensa, empresas e partidos políticos de direita, inclusive com mobilizações de

rua em várias cidades do país. O apoio a esse acontecimento e processo antidemocrático, não tardou a se voltar contra parte desses setores da sociedade civil que, a princípio, haviam apoiado o golpe e, na sequência, a ditadura.

Em torno desse debate, sessenta anos depois, este dossiê, publicado pela centenária Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), o mais longo periódico em atividade nas terras que já pertenceram ao cacique Serigy, reúne pesquisas, memórias e documentos de como esse passado próximo, presente e sensível tem sido abordado, ressignificado e estudado.

Em torno deste propósito, o primeiro o artigo, *A vida pelo avesso: investigação e “infiltração” no setor público, o caso sergipano de Nilton Pedro da Silva*, de autoria de Alexandre Firmo, trata das perseguições políticas sofridas pelo ex-sargento, cassado pelo AI-1. A época desta investigação, o pernambucano Nilton Pedro da Silva era servidor público de Sergipe e docente pernambucano da Universidade Federal de Sergipe. Ele foi investigado durante o período de março de 1969 até agosto de 1970 pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e teve sua vida virada ao “avesso”. Durante este período de investigação ele se encontrava prestando serviço junto ao governo estadual de Paulo Barreto de Menezes (1971-1975). O mandatário, por sua vez, demonstrava interesse em cooperar e em cumprir as recomendações do Ministério da Justiça, então comandado por Alfredo Buzaid, de ampliar as investigações sobre Nilton no estado. No entanto, o reconhecimento de sua capacidade técnica como economista, tendo atuado na condição de responsável pelo expediente da Secretaria da Fazenda do estado, foi reconhecida pelo Secretário Executivo do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE), Jacó Charcot Pereira Rios. Embora esse prestígio fosse essencial para a defesa da acusação de ser comunista, na prática este reconhecimento não surtiu efeito, pois o professor não conseguiu se livrar das acusações e acabou sendo demitido de suas funções na administração pública federal e estadual. A importância dessa pesquisa revela-se no uso de fontes oficiais do SNI para compreender como o ideal militar, propagado pelos oficiais e seus entusiastas, ramificou-se no setor público



tendo em vista o cumprimento das exigências expostas pelos Atos extraconstitucionais, como normativas decretadas para garantir a legalidade do regime ditatorial.

O segundo artigo, *Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980)*, de autoria de Ronaldo de Jesus Nunes, discute uma operação militar, ocorrida no estado de Sergipe em 1976, denominada de “Operação Cajueiro”, planejada e executada pelo Exército para perseguir, prender e usar o método da tortura na coleta de informações. Este acontecimento não foi um fato isolado no Brasil e resultou no confinamento de cerca de mais de vinte pessoas em Aracaju, oriundas em sua maioria da militância do PCB. A ação repressiva, de âmbito nacional, compôs o projeto do governo Ernesto Geisel de promover a “distensão lenta, gradual e segura”, com o intuito de destruir a força política do PCB, um partido tradicional da esquerda brasileira que resistia ao poder discricionário, na defesa da mobilização das massas para derrubar a ditadura. A pesquisa buscou também, compreender a trajetória de cada personagem, a dispersão do PCB no estado e as migrações partidárias. Assim, alguns dos que resistiram à prisão e à tortura empenharam-se na construção de um novo projeto político, após a Anistia e da nova lei partidária de 1979 que acabou com o bipartidarismo. As análises deste estudo fundamentam-se no uso metodológico da história oral, consultas a jornais sergipanos e baianos, relatórios policiais e do Serviço Nacional de Informação (SNI) e outros documentos levantados pela Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” – do Estado de Sergipe.

O terceiro artigo aprovado por este dossiê, *A Diocese de Propriá-SE e o Golpe Militar de 1964: dilemas entre a modernização conservadora e a defesa pela justiça social*, de autoria de Osnar Gomes dos Santos, apresenta um estudo acerca das posições assumidas pela diocese de Propriá no estado de Sergipe durante o processo do golpe de 1964. A pertinência deste trabalho se explica em razão da influência política exercida pelos membros dessa diocese, não apenas na consumação do apoio ao golpe no Estado, mas também nas posições tomadas que resultaram em sua consolidação sob a forma de uma ditadura civil-militar. Posições que foram, gradati-



vamente, substituindo a leniência inicial pela oposição direta e radical face ao regime. Este artigo, em termos metodológicos, analisa notícias de jornais, entrevistas publicadas, cartas e outros registros eclesiásticos e civis. Já em relação às discussões historiográficas, o artigo dialoga com os estudos de René Dreifuss e de Wellington Teodoro da Silva na perspectiva de esmiuçar o caráter de classe do golpe de 1964 e das diferentes posições assumidas pela Igreja Católica no mencionado contexto.

O quarto artigo, *Jaime Wright: O reverendo dos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*, de autoria de Felipe Moreira Barboza Duccini, analisa a trajetória de vida do reverendo presbiteriano Jaime Wright (1927-1999), dentro do contexto político, social e religioso da ditadura militar brasileira (1964-1985). O reverendo presbiteriano engajou-se fortemente na causa dos direitos humanos durante a ditadura, foi fundador da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR) e coordenou o desenvolvimento do projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Jaime Wright foi uma das lideranças do ecumenismo protestante, tendo trabalhado quase uma década na Arquidiocese de São Paulo, ao lado do arcebispo D. Paulo Evaristo Arns.

O quinto, *Agentes da sétima arte: descortinamento histórico do Clube de Cinema de Sergipe diante do Golpe de 1964*, de Onesino Elias Miranda Neto, visa construir um breve referencial historiográfico acerca das ações do Clube de Cinema de Sergipe (CCS) – durante o período da ditadura militar em Sergipe, demonstrando sua formação e atividades desde seu nascimento até os idos dos anos de chumbo. Busca-se refletir sobre as condições adversas que as manifestações culturais tinham em Aracaju e diante disso como os membros cineclubistas promoviam atos que refletiam a resistência contra o governo autoritário.

O sexto artigo, *O Golpe na Música Sergipana (1964-1988)*, de autoria da pesquisadora Tereza Cristina Cerqueira da Graça, analisa a atuação do aparelho censório desferido pela Ditadura Militar contra a música popular produzida em Sergipe, utilizando como fonte os documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP/



DPF/MJ) constantes nos acervos do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e do Arquivo Nacional (AN). No curso desta empreitada a autora dialogou com os estudos de Moby (1994) e Napolitano (2010) para fundamentar sua interpretação acerca dos significados do que veio a ser denominado de Música Popular Brasileira (MPB), como também de alguns estudos sobre as artes sergipanas do período. O mencionado artigo constatou que o *modus operandi* dos órgãos censores, notadamente quanto aos aspectos morais e políticos, esteve presente em Sergipe, assim como em outras partes do país, frustrando expectativas tanto dos artistas quanto do público que os prestigiavam. O ceifamento precoce e autoritário desta produção teve como uma de suas consequências impedir que composições, interpretações e melodias inéditas, originais e com traços socioculturais, independentemente de sua conotação política e/ou ideológica, chegassem a um público mais amplo.

20



No sétimo artigo, *Os combates nas trevas de Milton Coelho: o petroleiro tornado cego pela Ditadura Militar*, de autoria de José Afonso Nascimento – professor emérito da UFS, pesquisador do campo do direito, integrante da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, colunista formador de opinião pública –, contribui tecendo uma reflexão acerca da trajetória de combates e de resistências do ex-petroleiro e militante do PCB Milton Coelho. O artigo também homenageia a trajetória deste ativista político, recentemente falecido, que foi sequestrado, torturado e perdeu a visão por conta da repressão militar imposta a sociedade brasileira. Em Sergipe, os braços desta repressão, ocorrida nos idos de 1976, foi denominada “Operação Cajueiro” e teve em Milton Coelho um dos maiores símbolos de resistência.

A reunião destes sete textos em mais um dossiê da Revista do IHGSE apresenta significados importantes. A exemplo de outras edições, consolida a missão do periódico de publicar, difundir e estimular estudos sobre a sociedade, cultura e história. Aborda discussões de um passado próximo, sensível e que tem transpassado o presente histórico nacional nas últimas seis décadas. Faz jus ao papel do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) enquanto espaço de reuniões, estudos e mobilizações de movimentos

políticos, sociais e culturais contra a ditadura. E, por fim, homenageia a postura de alguns dos intelectuais mais ativos do Instituto – Maria Thétis Nunes, José Silvério Leite Fontes, Beatriz Gois Dantas e José Ibarê Costa Dantas –, que por suas posturas independentes, críticas e resilientes, foram monitorados, vigiados e fichados pelos órgãos da comunidade de segurança e informações durante o período da ditadura iniciada com o Golpe de 1964.





DOSSIÊ

O Golpe de 1964+60: democracia,
ditaduras e direitos humanos

A vida pelo avesso: investigação e “infiltração” no setor público, o caso sergipano de Nilton Pedro da Silva

Alexandre Firmo dos Santos*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de investigação de Nilton Pedro da Silva por supostos atos de proselitismo ao propagar ideias tidas como “subversivas” no setor público, portanto, foi acusado de compactuar com o comunismo. Para tal intento, lançamos mão de uma série de documentos institucionais sobre o referido sujeito a fim de compreender as informações colhidas pelos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI). Assim sendo, o caso sergipano ganharia repercussão devido à articulação dos órgãos de informação ao investigarem um servidor público que, ao final desse processo, teria sua vida modificada.

Palavras-chave: Ditadura Militar em Sergipe, Setor público, Ideal Militar.

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Bolsista Capes. Membro do Grupo de pesquisa Poder, Cultura e Relações Sociais na História (HIST-PCRS/CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1087339266502031>.

Life inside out:
investigation and
“infiltration” in the
public sector, the
Sergipe case of Nilton
Pedro da Silva

La vida al revés:
investigación e
«infiltración» en el
sector público, el caso de
Sergipe de Nilton Pedro
da Silva

Abstract

The aim of this article is to analyze the process of investigating Nilton Pedro da Silva for alleged acts of proselytizing by spreading ideas considered “subversive” in the public sector, and thus being accused of collaborating with communism. In order to do this, we used a series of institutional documents on the subject in order to understand the information gathered by agents of the National Intelligence Service (SNI). As such, the case in Sergipe gained repercussions due to the intelligence agencies investigating a public servant who, at the end of the process, would have his life changed.

Keywords: Military dictatorship in Sergipe, Public sector, Military ideal.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el proceso de investigación de Nilton Pedro da Silva por supuestos actos de proselitismo al propagar ideas consideradas “subversivas” en el sector público, por lo que fue acusado de colaborar con el comunismo. Para ello, utilizamos una serie de documentos institucionales sobre el tema con el fin de comprender la información recopilada por los agentes del Servicio Nacional de Inteligencia (SNI). Así, el caso de Sergipe adquirió repercusión debido a que los órganos de inteligencia investigaron a un funcionario público que, al final del proceso, vería su vida alterada.

Palabras clave: Dictadura militar en Sergipe, Sector público, Ideal militar.



Introdução

Ao nos reportarmos para historiografia da ditadura militar em Sergipe nos deparamos com casos de grande repercussão e que até são conhecidos nacionalmente devido as suas particularidades. A título de exemplo, pode-se mencionar a deposição de Seixas Dória, então governador de Sergipe durante o golpe civil-militar em 1964, segundo o qual se manteve resoluto diante do que ocorreu, à época, com o presidente da República João Goulart (1961-1964). Nessa situação, Seixas Dória agiria conforme sua consciência e sobre isso o cientista político Ibarê Dantas (2014, p. 22) declara que “[...] quando o movimento civil-militar já era dado por vitorioso, leu mensagem dirigida ao povo sergipano, reafirmando sua disposição de permanecer na luta em favor das reformas estruturais”.

Após essa mudança no cenário tanto nacional quanto local, observou-se uma nova configuração política que, agora, comporia a realidade vivenciada não só para os que acreditavam no discurso utópico e projetivo dos militares como também para aqueles que cerraram fileiras e se empenharam em resistir aos infortúnios que lhes eram impostos. O regime ditatorial recém-implantado no país atuaria de maneira tentacular a fim de alcançar toda e qualquer localidade, buscando angariar legitimidade que viria através da coerção ou do convencimento. Para tanto, os discursos reproduzidos pelos militares serviam como respaldo para atuação dos mesmos em espaços que não se limitavam aos quartéis, mas estes iam até onde os seus sórdidos interesses induzissem.

Espaços privados e públicos eram frequentados e vigiados pelos militares, toda a circulação de transeuntes era vistoriada já que se almejava impedir a proliferação comunista nestes lugares partilhados pela coletividade. Pode-se compreender, portanto, que o alcance da atuação dos militares detinha-se no combate às supostas pretensões de transformar o Brasil em um país comunista. Diante disso, o discurso anticomunista adotado por militares e alguns setores da sociedade civil permitiram o avanço desse ideal para além dos quartéis, pois também adentravam nos gabinetes, repartições e espaços afins.

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de investigação de Nilton Pedro da Silva por supostos atos de proselitismo ao propagar ideias tidas como “subversivas” no setor público, portanto, foi acusado



de compactuar com o comunismo. Uma investigação foi aberta para entender até que ponto se dava esse “suposto” envolvimento com o comunismo e, assim, difundi-lo. Não obstante a importância desse processo, os agentes de investigação tentavam coletar informações que imputassem uma motivação para que o referido servidor fosse afastado dos cargos ocupados e respondesse pelas suas insurgências. É de suma importância destacar que Nilton Pedro da Silva teve sua vida pessoal (particular) e pública revirada de tal forma que as fichas registradas marcariam para sempre sua conduta durante o regime militar.

Atuação e legitimação da “Revolução”

Neste tópico não temos a pretensão de retomar todo o processo que culminaria com o golpe civil-militar de 1964, tampouco nos deteremos em detalhes que endossam as intercorrências que mudariam os rumos democráticos vigentes no país antes do golpe. A propósito, esse ocorrido mencionado linhas atrás demandaria reflexões extensas, embora sejam importantes, contudo, neste momento do texto a intenção é abordar algumas considerações sobre a maneira pela qual os militares e os seus asseclas constituíram um discurso que fundamentava as ações, mas que nem sempre era seguido à risca ocasionando decisões arbitrárias e sem “respaldo” para tal. Posto isso, cabe mencionar que o discurso anticomunista foi utilizado como justificativa para tomar o poder e com ele permanecer a fim de expurgar os esquerdistas das posições de comando e, posteriormente, evitar suas influências na malha social.

A aplicação de um golpe militar não é nenhuma novidade uma vez que esse episódio se repetiria nas outras nações da América do Sul, por exemplo. Porquanto, cada evento desse comporta em si mesmo suas particularidades, embora, possuam contextos similares que condicionariam uma “resposta” emergencial ante a ameaça comunista. Como contexto tem-se a Guerra Fria (1947-1991) e, nesse sentido, diversos setores sociais manifestaram intensas movimentações nos países do hemisfério sul da América: de um lado a consolidação da participação política e econômica das multinacionais e



dos capitais estrangeiros, e de outro as mobilizações populares em resposta às novas dinâmicas (Fernandes; Morett, 2018, p. 29).

E é nesse contexto que se inserem os países sul-americanos, geograficamente mais próximos e historicamente alinhados à política e ideologia estadunidense e da Europa Ocidental. Algumas dessas nações – dentre as quais destacamos a princípio Paraguai, Brasil e Argentina – passavam no final da década de 1950 e meados de 1960, por um processo singular em suas histórias, com seus governos nas mãos de políticos propensos às causas nacionalistas e trabalhistas, o que evidentemente preocupava a política externa dos Estados Unidos, que já no final da década de 1950 sofrera um duro golpe, com a Revolução Cubana (Gesteira, 2014, p. 3).

Percebe-se que o contexto no qual os golpes foram executados tinham elementos favorecedores como bem apontou Gesteira (2014), essas ideologias citadas pela autora, principalmente, a estadunidense na qual “legaria” o que talvez seria o ponto nevrálgico das composições de políticas internas de defesa nacional. Concentraremos nossa atenção no caso do Brasil, pois o fenômeno do golpe ocorrido aqui possui suas peculiaridades, dentre elas, o que viria logo após ele: um regime militar (D’Araújo; Joffily, 2019). Os atos que se sucederiam logo após o golpe civil-militar assegurariam durante longos 21 anos uma incansável busca por legitimação dos presidentes que também se revezariam no poder do país, mas estes não agiam sozinhos já que haviam toda uma estrutura arquitetada a fim de fazer estabelecê-los.

Havia um projeto de dominação em execução logo após o golpe de 1964 e para que este fosse bem-sucedido era necessário o engajamento de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, no processo golpista. Articulariam se preciso fosse com os poderes democráticos e instituídos pela Constituição; e estes foram articulados a fim de não apenas transparecer uma legitimidade ante a população, mas também e, ao mesmo tempo, camuflar as artima-



nhas que consolidariam uma governabilidade instituída de maneira açodada mediante o temor do avanço comunista no Brasil. Após o golpe, os militares se apressaram em apresentar o movimento como sendo uma missão “revolucionária” e “regeneradora”. “Para realizar esta tarefa, mantendo um respeito às instituições e princípios democráticos o regime estabeleceu uma legislação de emergência” (Vasconcelos, 2013, p. 343).

Mesmo tentando estabelecer um regime às pressas, os militares pensaram em uma “legislação de emergência”, mas logo enfrentariam problemas internos com a “coalização golpista”, como descreve Vasconcelos (2013):

[...] havia uma política governamental – ao menos na facção militar castelista – baseada na crença de que, para se manter, o regime precisava de legitimidade junto a uma parcela significativa da sociedade e, em busca disto, tentava associar a sua ação a alguns princípios democráticos. Porém, esta opção não significava um retorno a um regime de “plenitude democrática”. O projeto pressupunha o estabelecimento, primeiro, de uma situação híbrida, visando salvar o país do “perigo” comunista, para, em um segundo momento, permitir o retorno a uma “democracia ideal” (Vasconcelos, 2013, p. 343).

Evidentemente que a consolidação da “Revolução” e sua consequente credibilidade perpassariam por uma mudança de mentalidade dos próprios militares. De acordo com Samantha Viz Quadrat (2012, p. 21), “a nova conduta militar seria marcada por um alto grau de politização, pelo incentivo à percepção de que havia a capacidade de intervenção política nos destinos do país e pelo abandono da ideia de ‘intervenção cirúrgica’”. Eis então, a aparição de um grande “aliado” durante essa transformação na conduta e atuação dos militares, o qual seja: a Doutrina de Segurança Nacional. Assim sendo, “com a doutrina da segurança nacional os integrantes das Forças Armadas passaram a se ver como militares e ao mesmo tempo administradores, e a questão do desenvol-



vimento do país passou a estar intimamente ligada à segurança” (Quadrat, 2012, p. 21).

No que se refere à Doutrina de Segurança Nacional esta foi re-cepcionada pela Escola Superior de Guerra (ESG) que, por seu turno, está “atenta à realidade, [...] envolve um julgamento de valor. À Doutrina interessa o desenvolvimento da sociedade: é normativa” (ESG, 1979, p. 17). A ESG possui os seus próprios regramentos calçados na Doutrina, portanto, o “julgamento de valor” é parte da escolha do ideal pelo qual os militares agem e em função disso, propõe-se a estabelecer uma nova ordem na qual não deve tolerar qualquer ameaça interna ou externa. Diante disso, nos pautaremos na realidade de Sergipe em que a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi substancial na investigação de Nilton Pedro da Silva mediante as proposituras dessa Doutrina aqui brevemente explicitada.



Investigadores, investigados e o poder das “fichas”

O estabelecimento dos preceitos engendrados pelo regime militar se deu, por vezes, em função da cooperação do que conhecemos como a “Comunidade de informação”. Nesse sentido, toda rede constituída e retroalimentada pelos seus participantes seriam decisivos nos processos de investigação de diversos casos de subversão e movimentos suspeitos. Por fazer parte de um Sistema Nacional de Informação (Sisni), o órgão mais importante ou com grande influência e poderio informativo no transcurso da ditadura militar é o SNI, inclusive, durante o governo de Castelo Branco foi considerado pela sua “utilidade pública” (Fico, 2014). No que se refere ao SNI, este surgiu “[...] com características operativas para que, assim, pudesse auxiliar o governo e, através dele, possibilitar à nação alcançar seus ‘Objetivos Nacionais’” (Mathias; Andrade, 2012, p. 541).

O historiador Carlos Fico ao lançar mão dos estudos sobre as estruturas do Destacamento de Operações de Informações (DOI) faz menção às funções exercidas pelo setor ou seção de investigação. Para o autor, os integrantes dessa referida seção “não deveriam ser identificados pelos prisioneiros, e, por isso, somente

a Seção de Busca e de Apreensão deveria efetuar prisões” (Fico, 2001, p. 125). Observa-se toda uma configuração em que cada ação é meticulosamente pensada, pois havia um setor responsável por cada ato “transparecendo” uma organicidade existente.

Muitos dos que foram presos pelo regime militar enfrentaram métodos de torturas grotescos a fim de que revelassem informações sobre os seus pares ou como agiam na clandestinidade. Nem sempre essas prisões eram efetuadas com mando de algum órgão de segurança ou da própria justiça, ocorrendo, portanto, prisões arbitrárias sem motivações/provas conclusivas para tal. É o que Alves (1996) descreverá como a “mecânica da dor” ao se referir à utilização descabida e generalizada de torturas, inicialmente, contra presos políticos, mas que depois alcançaria outros segmentos sociais.

32



O que de novo ocorre a partir de 1964, sobretudo depois de dezembro de 1968 com o AI-5, é que o delegado Fleury é convocado para aplicar sua expertise em presos políticos e a tortura passa a atingir segmentos da população antes protegidos por imunidades sociais: estudantes, jornalistas, advogados etc. Não era a primeira vez que tais métodos saíam do seu habitat – as cadeias comuns – e eram empregados com um desígnio político (Oliveira, 2011, p. 11).

Percebe-se que o leque de perseguição foi sendo ampliado conforme nos traz a citação acima, demonstrando que se era preciso manter todos nas rédeas idealizadas pelos militares então que as fizesse utilizando métodos coercitivos eficientes a fim de controlá-los. Havia as suspeições para com as pessoas, sejam elas ocupantes de cargo público ou não, bastasse ter alguma “conduta” tida como desviante que logo seria alvo dos agentes investigadores. Portanto, documentos rotineiros eram produzidos constantemente nas dependências dos órgãos informacionais – embora não seja o foco deste artigo detalhar os meandros desses tipos de documentações, cabe, ao menos, fazer breves considerações das suas usualidades.

Dentre esses documentos, estava o Levantamento de Dados Biográficos (LDB) que como o próprio nome já sugere, são in-

formes sobre a vida pessoal do investigado, principalmente, seu posicionamento político e sua postura diante da “Revolução”; geralmente utilizado para avaliar um profissional indicado/nomeado a um cargo público (Fico, 2001). Pode-se inferir que os militares prezavam pela seguridade na ocupação dos cargos públicos, ainda mais quando estes eram de comando, redobrava-se a atenção a fim de evitar a infiltração comunista nas repartições. Diante do que foi exposto, nota-se que o processo de investigação tinha um método por detrás, ou como declarou Marion Brepohl (1997), uma “lógica da suspeição” que sustentaria, em certa medida, essa comunidade de informação.

A vida pelo avesso: alguns informes biográficos

Partindo da premissa de que não há como contar ou abordar todas as ocorrências da vida pessoal de alguém e que os registros em páginas não são suficientes para abarcá-las por completo. Essa ideia é partilhada por Bourdieu (2006) quando assevera a respeito da “história de vida”, já que o indivíduo vai agindo conforme os contextos que se apresentam para si, bem como as exigências que são impostas na sua trajetória e, por isso, tem-se o que o referido autor denomina de “ilusão biográfica”. Ainda sobre a história de vida, “ela conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (Bourdieu, 2006, p.189).

Nesse sentido, a ideia desse tópico é abordar algumas informações pertinentes sobre a trajetória de Nilton Pedro da Silva, um pernambucano que foi investigado pelo Serviço Nacional de Informações, tendo, inclusive, sua vida virada pelo “avesso” já que os agentes incumbidos dessa responsabilidade precisavam ao máximo obter informações ao seu respeito. Por ter sido um caso ocorrido em terras sergipanas e ainda ter alcançado proporções altivas, portanto, recebendo “atenção” especial do governo federal, decidimos perscrutá-lo tendo como “pano de fundo” a atuação do SNI. Aliás, devido a escassez de informações sobre Nilton, trataremos de for-



ma objetiva a pretensão deste tópico, bem como buscaremos cotejar os informes extraídos e analisados dos relatórios do SNI (1974) – incluindo os anexos contidos, com outros materiais disponibilizados nos acervos de caráter público, cujo acesso é irrestrito.¹

Nascido em 05 de novembro de 1938, na cidade de Timbaúba no estado de Pernambuco, Nilton Pedro da Silva teve sua vida particular investigada mediante algumas suposições de ser envolvido com ideias comunistas e participar de movimentos contrários ao regime militar. É de bom alvitre lançar mão de alguns dados informativos no que se refere a sua formação educacional, tendo em vista que esse aspecto era relevante a fim de enquadrá-lo como subversivo. Como todo aluno, na época da escola, Nilton construiu sua “carreira estudantil” passando por todas as etapas de estudo – desde o ginásial até a 1ª série na Escola Técnica de Comércio ainda em sua terra natal. Em 1958, a 2ª e 3ª série foi realizada na Escola Técnica de Comércio da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, no Recife. Nesse momento, Nilton já ia se encaminhando para o que viria ser sua futura formação – Economia; a propósito, os seus estudos foram direcionados com essa perspectiva, mas antes fez um curso técnico em contabilidade (SNI, 1974). Em 1961, iniciaria a sua graduação em Economia na Universidade Federal de Pernambuco, concluindo-a em 1964. Inclui-se em sua trajetória algumas outras qualificações distribuídas em cursos livres, treinamentos, especialização etc.

A data exata em que Nilton adentra as Forças Armadas não foi possível atestar na documentação, mas sabe-se que ele fora demitido das fileiras do Exército na condição de 2º sargento no dia 11 de setembro de 1964, isto é, no mesmo ano em que o golpe civil-militar foi instaurado. A partir da análise das fontes, pôde-se observar que anos depois de sua demissão do Exército, Nilton decidiu concorrer à vaga de docente na Universidade Federal de Sergipe em 1968. Para tanto, era necessário reunir as documentações pessoais como forma comprobatória de suas formações acadêmi-

¹ Nos limitaremos a apresentar, de maneira reflexiva, os fatos que julgamos importantes para a proposta deste trabalho a partir daquilo que as fontes nos oferecem.

cas, dentre elas, estava a certidão que garantia sua graduação no Exército (SNI, 1974).

Em sendo aprovado e, conseqüentemente, admitido como professor da referida instituição, Nilton ministrou aulas na Universidade Federal de Sergipe, referente à disciplina “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, permaneceu nessa condição de março de 1969 até agosto de 1970. Já teve a experiência como docente quando atuou nas disciplinas de Estatística e Análise de Balanço, em 1966, ainda no Colégio Tobias Barreto. No mesmo ano de 1966, ele iniciaria suas prestações de serviços para o Governo estadual de Sergipe, com destaque para os seus trabalhos desenvolvidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (Condese). Ocupou outros cargos públicos na esfera estadual, por exemplo, na condição de responsável pelo expediente da Secretaria da Fazenda de Sergipe (SNI, 1974).

Profissionalmente Nilton Pedro da Silva foi bem requisitado e isso fica evidente quando se observa os diversos cargos ocupados e serviços prestados ao governo estadual. Alguns desses serviços foram desenvolvidos ao mesmo tempo, rendendo-lhe descrições consideráveis como no caso citado pelo Secretário Executivo do governo estadual, Jacó Charcot Pereira Rios, que na ocasião declarou: “Como pode Vossa Excelência deduzir da leitura do histórico acima, bem como das qualificações pessoais constantes [...], trata-se de um técnico bem treinado e com bastante experiência profissional” (Condese, 1973, p. 4). Dentre esses serviços podemos citar alguns exemplos:

Em 1969, [...] representou o CONDESE na Comissão de Coordenação da Delegacia de Estatística do IBGE, neste Estado. Coordenou a equipe que elaborou um trabalho sobre o problema habitacional em Sergipe, realizado em convênio com a SUDENE; os resultados estão publicados em quatro (4) volumes, sob o título de “PROGRAMAÇÃO ESTADUAL DE HABITAÇÃO”.

Em abril de 1970 foi designado pelo Secretário Executivo para exercer as funções de Assessor Técnico do CONDESE, sem prejuízo das suas funções de Diretor

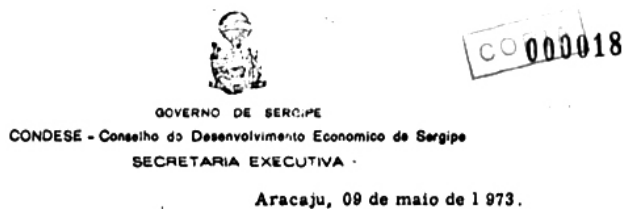


da Divisão de Pesquisas e Estatística [...]. Outra importante atividade desenvolvida pelo referido economista foi a de Coordenador da Equipe Central da Reforma Administrativa do Estado de Sergipe (Condese, 1973, p. 2-3).

Entre estratégia e coordenação não faltou ação por parte de Nilton como bem descreveu o secretário ao explanar sobre os feitos do referido servidor do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE). Tanto essas quanto outras informações expostas linhas atrás constam no documento solicitado por Paulo Barreto de Menezes, governador de Sergipe na época, a fim de tomar conhecimento do servidor questionado e investigado pelo regime militar.

36

Figura 1 - Resposta à solicitação do governador.



Senhor Governador,

Em cumprimento a solicitação verbal de Vossa Excelência, a respeito do desempenho e comportamento funcional do Economista NILTON PEDRO DA SILVA, atualmente no exercício das funções de Secretário-Adjunto deste Órgão, apresento as conclusões obtidas mediante cuidadosa pesquisa nos arquivos da Instituição, bem como em observações pessoais.

Fonte: CONDESE, 1973, p. 1.

Vale ressaltar que após a resposta à solicitação do governador, no mesmo documento, foi incluído o “curriculum vitae” de Nilton com o intuito de reforçar as formações acadêmicas e os cursos em que participou ou ministrou; o secretário incumbido de apresentar estes informes deixa explícito os bons trabalhos desenvolvidos na administração pública, além de que estava apenas cumprindo a solicitação do governador asseverou “[...] ter oferecido a Vossa Excelência informações que têm significado de uma avaliação honesta” (Condese, 1973, p. 4).

As informações sobre Nilton Pedro da Silva são abordadas em linhas gerais, mas fundamentada nos relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI) e do CONDESE. Pode-se inferir que apesar da quantidade de qualificações registradas nos documentos em tela, notou-se que o propósito da solicitação feita pelo governador foi de seguir as ordens do ministro da Justiça com a pretensão de fazer cumprir as normativas propostas pelos Atos Institucionais. Desse modo, notou-se também que antes das decisões serem tomadas era necessário fazer o levantamento sobre a vida pública de Nilton – a proposta deste tópico era apresentar um demonstrativo de quem ele era, mas já é o suficiente para entendermos a atuação dos órgãos informacionais ao virá-lo pelo “avesso” quando se verificou desde seu local de origem até os seus feitos na repartição pública.



O caso sergipano de Nilton Pedro da Silva

A investigação sobre a vida pública de Nilton deixa transparecer a atuação da “comunidade de informação” em consonância com as proposituras da “Revolução”. Os militares pautados no discurso anticomunista passaram a suspeitar de todos os que agiam de maneira destoante da conduta projetada pelo ideal militar, isto é, alinhavam-se aos movimentos considerados esquerdistas ou sob orientação marxista-leninista. “[...] e também como os militantes comunistas, os militares tinham motivação ideológica, a Doutrina de Segurança Nacional” (Mathias; Andrade, 2012, p. 550). Sobre isso, “[...] o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa a desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o

silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas do Estado” (Borges, 2007, p. 28).

Diante dos ditames da doutrina que ecoaria em todo território nacional alcançando, de forma impositiva, todos os espaços em que o regime militar se fizesse presente seja através das Forças Armadas ou mesmo de civis alinhavados aos Objetivos Nacionais, isso funcionava como um poder tentacular. Portanto, o estado de Sergipe fora “contemplado” como parte integrante do projeto dos militares, no entanto, era necessário combater toda e qualquer ameaça que ousasse impedir o progresso da nação, pois era assim que eles entendiam o “novo” momento instaurado após o Golpe civil-militar de 1964. Perseguições, prisões sumárias, investigações suspeitas seriam práticas recorrentes no cotidiano daqueles que vivenciaram o terrível regime militar e sob o ideal anticomunista, “[...] elegia-se a priori o suspeito e providenciava-se a culpa depois” (Fico, 2019, p. 180).

Nilton Pedro da Silva foi um dos vários casos de servidores públicos em que os oficiais ficaram no enalço a fim de reunir provas suficientes contra sua pessoa, inclusive, interagindo com o governo estadual para obter dados comprobatórios que servissem de respaldo para incriminá-lo. Parafraseando o Carlos Fico (2019), os militares elegeram Nilton como o alvo, talvez, por seguir a orientação da doutrina que serviria como “manual”; após a escolha do inimigo, providenciou-se as provas elementares para corroborar com a tese assegurada pela legislação engendrada pós-golpe.

Outros espaços públicos foram ocupados pelos militares ou até mesmo “dividido” com os civis, cujos servidores estavam sob constante vigilância e passíveis de investigação caso qualquer denúncia fosse colhida pelos órgãos responsáveis, isso ocorreu, por exemplo, dentro das universidades em que “o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo mais que achasse perigoso e desviante; criou as ASI (Assessorias de Segurança e Informação) para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros” (Motta, 2014, p. 23). Nesse sentido, valia mais manter-se atento as investidas dos funcionários públicos que trajados com os paramentos que certificavam seu vín-



culo institucional, pois a lógica do “inimigo interno” permeavam as mentes dos militares e alguns civis que compraram o discurso influenciado pela Doutrina.

Uma das principais alterações da doutrina consistia na formulação do conceito de inimigo interno. O que deveria ser combatido não era mais um exército com outra bandeira ou outra farda, mas sim uma ideia. A mudança na concepção de inimigo também acabou gerando a percepção da necessidade de novas estratégias de combate. Com isso, as Forças Armadas dos países que adotaram a doutrina da segurança nacional passaram a intervir cada vez mais na vida política e a fazer altos investimentos na área de informação e segurança interna (Quadrat, 2012, p. 21)

Nota-se, portanto, que a partir da instauração da ideia de “inimigo interno” obriga modificações estruturais e funcionais dos militares desde o golpe civil-militar, exigindo-se uma preparação mais aguçada a fim de reconhecer as ameaças e tomar as medidas cabíveis de acordo com a nova conduta atribuída aos oficiais. Ao encontrar um subversivo que comprovadamente teve ou tenha algum envolvimento com movimentos de esquerda, cabia aos militares intimá-lo e interrogá-lo – evidente que nem sempre eles seguiam essa ordem de atuação, por isso era muito comum prisões arbitrárias. Mas nos deteremos aos casos que possuam fundamentação mediante a emissão de fichas nominais já que estas eram documentações oficiais com informações pessoais e, geralmente, possuem caráter descritivo.

Havia uma difusão das informações que poderiam ser solicitadas pelos órgãos e seus respectivos responsáveis, é comum verificar na leitura das fichas uma espécie de “caminho” percorrido pela informação até chegar onde foi evocada. Porquanto, “tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos” (Fico, 2001, p. 76). Esse sistema logo requereria os informes de Nilton, suspeito de incitar ideias esquerdistas dentro da corporação, ocasionando



sua demissão do Exército; nessa instituição ocupava o cargo de Sargento e foi enquadrado no artigo 7º do AI-1² (PMSE, 1980, p. 1). Sobre esse requerimento falaremos mais adiante, no momento, é de extrema importância entender os impactos desse enquadramento que maculava não apenas sua imagem diante da sociedade, mas também o acompanharia durante sua trajetória no setor público.

Já não bastasse ter a vida virada pelo avesso, todo aquele que respondia ao IPM (Inquérito Policial Militar) tinha suas informações pessoais registradas em relatórios policiais e circulavam dentro da “comunidade” liderada pelo SNL. Havia toda uma justificação para a tomada de decisões mais coercitivas, pois os militares baseavam-se na noção de que o referido inimigo poderia estar em qualquer lugar e, por esse motivo, seria necessário o uso da força com o intuito de “restabelecer a ordem” (ESG, 1979).

40

[...] ora, contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral ou psicológico. Assim, saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como informação, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de espionagem do sistema, que poderia - como efetivamente fez - lançar mão de tais dados para desqualificar o “inimigo” (Fico, 2001, p. 76).

Assim sendo, envergonhar o “inimigo” era uma estratégia adotada pelos agentes vinculados aos órgãos de informações já que dessa maneira minaria possíveis resistências, condicionando-o a uma possível “negociação” na qual o investigado será peça-chave para desbaratar outros possíveis “QGs” (Quartéis-generais),

² De acordo com o próprio Ato Institucional nº 1, em seu 1º parágrafo, declara que: Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos (Brasil, 1964).

onde se reuniam grupos subversivos e afins. A situação de Nilton era complicada já que as acusações estavam sendo solidificadas com base nas ocorrências de sua própria vida, por exemplo, a sua viagem para o Chile nos períodos de 21.12.71 até 20.02.72³, justo em um contexto cujo governo era presidido por Salvador Allende (1970-1973) com práticas e discursos calcados no socialismo (SNI, 1973).

Evidente que os militares se aproveitariam dessa situação a fim de endossar os argumentos incriminatórios contra o servidor público, os investigadores especulavam que foi nessa viagem ao Chile que ele aproximou-se mais ainda do ideário socialista apregoado pelo governante local. Somado a isso e como parte da investigação pessoal, os militares trataram de levantar informações a despeito de Nilton, dentre eles, referente ao seu casamento. A propósito, Nilton era casado com Maria Eugenia Del Carmen Cáceres Figueroa, uma chilena, ou seja, mais indícios para sua ficha (SNI, 1973) em um dos seus cursos de qualificações viajou ao Chile para participar do XI Congresso Latinoamericano de Química, em 1972.

Desde sua demissão das fileiras do Exército, Nilton trabalhou sob suspeitas de que era um comunista infiltrado no setor público e os indícios perscrutados ao longo do processo instaurado. Sob os olhares dos agentes, o processo continuou em vigência e confluiria com o relatório produzido pelo SNI em 1978, cujo título era chamativo e intempestivo nos seguintes dizeres: “Infiltração comunista – Setor Público”. Isso demonstra a real preocupação dos militares com os espaços públicos, pois o relatório mencionado traz no corpo do texto a confirmação que partia da Agência Central (AC) do SNI, segundo a qual estava “[...] incumbida da atualização e consolidação dos dados dos elementos infiltrados” (SNI, 1978, p. 2).

Ainda sobre o relatório dos infiltrados, dentre eles, estava Nilton, este escrito tinha “[...] o intuito de dar conhecimento da real situação dos mesmos, e para fim de acompanhamento da mobilida-

³ Essa não foi a única viagem realizada ao Chile, antes tinha ido à cidade de Santiago com o intuito de participar do Curso de Estatística Econômica e Social no período de fevereiro/ dezembro de 1967 (Condese, 1973). Ambas as viagens tinham autorização do governo estadual publicada no Diário Oficial.



de dos demais, no que se refere às possíveis mudanças de órgão e/ou função, dentro da sua área de competência, como também desta para outra” (SNI, 1978, p.2). Percebe-se que o relatório continha informações consideradas importantes para que os agentes “acompanhassem” Nilton, saber dos seus feitos já que absolutamente nada poderia passar batido pela AC e, conseqüentemente, pelos demais órgãos informacionais. Sublinha-se que havia uma “sistemática” na qual tudo deveria funcionar como peças dentro de uma grande “engrenagem”, cuja finalidade era para um “melhor controle desses elementos”, isto é, acompanhar os investigados (SNI, 1978).

Figura 2 – Ficha nominal de Nilton Pedro da Silva acusado de “infiltração”

Nome Cargo atual	Consulta/ parecer 01	Atividades atuais contrárias ao regime	Situação atual	Observação
NILTON PEDRO DA SILVA - Diretor da Coordenação Estadual de Geografia e Estatística do Condese (Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe.	AC/SNI - Foi desaconselhado o seu aproveitamento	Nada consta, Ex-Sgt Ex., cassado pela Revolução	Em função.	Infão 151 AC/77 - Ao Ch.

Fonte: (SNI, 1978, p. 9)

As informações apresentadas na figura 2 corroboram com o que já vinha sendo explanado neste artigo, mas o que há de novo? Existe um detalhe na ficha nominal que deixa transparecer que houve uma “recomendação” da Agência Central do SNI em não aproveitá-lo numa possível indicação de cargo para uma empresa nacional e de grande relevância, exigia-se uma série de critérios os quais eram “checados” pelo SNI ou outro órgão informacional. Isso ficará mais digerível ao entendimento com o exemplo dado por Fico (2001) ao discorrer sobre a escolha dos diretores das DSI (Divisão de Segurança e Informações), a saber:

Os diretores eram nomeados pelo Presidente da República, a partir de indicação do ministro, desde que o escolhido tivesse “idoneidade, tirocínio profissional e

reconhecida capacidade de trabalho”, além de contar com o parecer favorável do SNL, ter diploma da Escola Superior de Guerra, de preferência do seu Curso de Informações – no caso de civis –, ou diploma da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ou equivalente), para militares (Fico, 2001, p. 85).

Somado à validação das agências informacionais do SNL, havia outro procedimento bastante comum que era a solicitação de informes aos órgãos públicos em que os suspeitos estavam ou estão vinculados. Na situação de Nilton, a “checagem” foi sugerida por pessoas de poderio e estima elevado dentro do governo militar, inclusive, o próprio governador de Sergipe na época foi instruído a seguir as recomendações de Alfredo Buzaid, então ministro da justiça. Mas durante a instauração do processo investigativo tendo Nilton Pedro da Silva como alvo percebeu-se as inúmeras solicitações das informações pessoais por parte do governador do estado Paulo Barreto de Menezes (1971-1974) o qual tomaria conhecimento por intermédio do SNL e outros órgãos envolvidos. De acordo com o Ofício nº 585/73, “[...] a fim de tomar providências cabíveis aceitando sempre a orientação desse Ministério da Justiça para cumprimento integral da lei, dentro dos altos postulados democráticos da Revolução de 1964” (Sergipe, 1973, p.1).

Como se pode observar na figura 3, o governador demonstrava-se regozijado em poder cooperar com as pretensões do Ministério da Justiça e, por seu turno, contribuir com o interesse dos militares. Percebe-se a existência de uma articulação em prol do caso de Nilton que, conforme o governador, era de um “comportamento funcional” correto e isso tinha sido atestado pelos seus assessores, principalmente, por Jacó Charcot Pereira Rios, Secretário Executivo do CONDESE, segundo o qual elencou boas credenciais do investigado, mas isso não foi suficiente para livrá-lo da demissão da Universidade Federal de Sergipe onde era professor Estatística.



Figura 3 – Ofício nº 585/73 destinado ao ministro da justiça.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, reportando-me ao meu Ofício nº 527, Ref. GG/136/73, de 30 de abril de 1973, confidencial, enviado ao General de Divisão CARLOS ALBERTO DA FONTOURA, Digníssimo Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), em resposta ao seu respeitável Aviso nº 172/SI-GAB, de 13 de abril de 1973, a que estava anexo o Documento de Informações nº 0245/19/AC/73 (NILTON PEDRO DA SILVA), (Doc. nºs. 1 e 2).

Cumpre-me informar que o assunto foi analisado por meus Assesores, a fim de tomar as providências cabíveis, acatando sempre a orientação desse Ministério da Justiça, para cumprimento integral da lei, dentro dos altos postulados democráticos da Revolução de 1964.

Devo confessar a Vossa Excelência que fiquei profundamente surpreso com o Documento de Informações citado, referente ao Senhor NILTON PEDRO DA SILVA, cujo comportamento pessoal e funcional sempre foi considerado correto na Autarquia onde trabalha - CONDESE - Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe.

Não obstante isso, e profundamente agradecido pela colaboração daquele importante Órgão, convoquei o Secretário Executivo do CONDESE, Economista JACÓ CHARCOT PEREIRA RIOS, e lhe solicitei verbalmente que se pronunciasse sobre o comportamento funcional do Economista NILTON PEDRO DA SILVA, pesquisando o arquivo e fazendo observações pessoais, a fim de aprsentar-me um retrato sem retoques do informado.

A
Sua Excelência Professor ALFREDO BUZAID
Digníssimo Ministro da Justiça
Ministério da Justiça
BRASÍLIA - D.F.



Fonte: (SERGIPE, 1973, p. 1)

As fontes atestam que o governador apenas cumpriu as solicitações de colheita das informações sobre o investigado que trabalhava no setor público, ocupando um cargo importante e desempenhando suas funções de tal forma que Paulo Barreto de Menezes declara que “não obstante o inestimável trabalho que presta ao Estado, tão carente de material humano” (Sergipe, 1973, p. 3) reforçando as qualificações de Nilton. Enviou o ofício para o ministro a fim de ratificar o seu pedido em saber a respeito do funcionário público investigado, esperando os próximos passos – algo que os documentos não trazem algum registro.



Considerações finais

O caso que envolveu Nilton Pedro da Silva “encontrou” eco muito em função das autoridades militares e civis o tomarem como escopo do qual fora extraído informações profissionais e até da sua vida particular, pois tudo deveria convergir com o “ideal” militar que rechaçava toda e qualquer possibilidade de atuação dos comunistas no Brasil. Assim sendo, o anticomunismo introjetado desde o golpe civil-militar foi sendo levado adiante por seus entusiastas a fim de fazer cumpri-lo em proveito dos “Objetivos Nacionais”. Pôde-se observar a presença desse ideário nos documentos oficiais expedidos, principalmente, pelo governo do estado de Sergipe, o qual, naquela oportunidade, notaram-se as declarações em consonância com os propósitos da “Revolução”.

Estas mesmas declarações eram permeadas por ritos de submissão ao ordenamento e surpresas por parte da conduta profissional do referido servidor público. A propósito, ele fora investigado por atos do passado que repercutiram posteriormente afetando o seu local de trabalho, visto que os relatórios expedidos pelos órgãos informativos do governo militar, como se pôde observar, não fizeram boas recomendações a respeito de Nilton. Dessa forma, perdera possíveis progressões em sua carreira no serviço público como também sendo demitido da Universidade Federal de Sergipe, pois ocupava o cargo de docente na instituição; mas vale destacar que todo esse encadeamento de revés em sua vida iniciou-se com um suposto “proselitismo” comunista quando era vinculado ao Exército.

Considera-se, ainda, que o ideal militar estava por toda parte, este investigava, “acompanhava” e coibia os suspeitos de “subversão”. Nilton Pedro da Silva é um de tantos outros servidores públicos e pessoas comuns que teve sua carreira funcional, repleta de conquistas e contribuições ao governo estadual, vilipendiada pelo autoritarismo das imposições dos oficiais. Considera-se, portanto, que a vida virada pelo avesso deixaria marcas indeléveis nos registros realizados durante o regime militar, em que as “fichas” maculariam a conduta do funcionário público em tela.



Referências

- ALVES, M. M. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1996.
- BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In:* (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. RJ, Civilização Brasileira, 2007.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 183-192.
- BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília, DF: Constituição Federal, 1988.
- BREPOHL, M. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, Curitiba, v. 17, n.34, p. 203-220, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytcH53C4X6j/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- CONDESE. **Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe**. Governo de Sergipe, 1973.
- D'ARAÚJO, M. C.; JOFFILY, M. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). *In:* _____ (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2019.
- DANTAS, I. **A Tutela Militar em Sergipe (1964 – 1984)**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979, 325p.
- FERNANDES, H. R.; MORETT, M. T. As ditaduras militares da América Latina e o fenômeno do fascismo: uma análise comparativa. *Revista Mundo Livre*, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 2, p. 29-47, ago/dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/39965/23039>. Acesso em 20 mar. 2024.
- FICO, C. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, C. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda**: os pilares básicos da repressão. *In:* _____ (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2019.



FICO, C. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GESTEIRA, L. A. M. G. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. *Scientia Plena*. São Cristovão, v. 10, n. 12, dez., 2014. Disponível em: <https://www.scienciaplena.org.br/sp/article/view/2062>. Acesso em 20 mar de 2024.

MATHIAS, S. K.; ANDRADE, F. de O. **O Serviço de Informações e a cultura do segredo**. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MOTTA, R. P. S. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. *Cienc. Cult.* São Paulo, vol.66, n.4, Oct./Dec. 2014. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252014000400010. Acesso em 20 mar. 2024.

OLIVEIRA, L. Ditadura militar, tortura e história: a “vitória simbólica” dos vencidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, fev., 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264852800_Ditadura_militar_tortura_e_historia_a_vitoria_simbolica_dos_vencidos. Acesso em: 15 mar. 2023.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE. PMSE. **Antecedentes de Nilton Pedro da Silva e outros**. Informe nº 005/80, 1980.

QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p.19-41: jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/i/2012.v28n47/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SERGIPE. **Ofício nº 585/73**, 15 de maio. Governo de Sergipe, 1973.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Infiltração Comunista no setor público**. 1978, 18ff. Código: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82002707_d0001de0001.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Nilton Pedro da Silva**. 1974, 76ff. Código: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74062698_d0001de0001.

VASCONCELOS, C. B. de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.333-358, jan/abr 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PzdRcXh8sFjzDkzL9kBsdqr/abstract/?lang=pt>. Acesso 01 fev. 2024.



Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980)

Ronaldo de Jesus Nunes*

Resumo

O presente estudo analisa a Operação Cajueiro ocorrida no estado de Sergipe, em 1976, que resultou na prisão de vários membros do PCB e a sua completa dispersão. O objetivo principal é compreender esta operação militar, dirigida pelo Exército, e as suas consequências para o tradicional partido de esquerda brasileira. Em relação à metodologia, esta pesquisa utilizou dos recursos da história oral, além de jornais sergipanos e baianos, relatórios policiais e do Serviço Nacional de Informação (SNI) e outros documentos levantados pela Comissão Estadual da Verdade. Dessa maneira, esta pesquisa vai além da compreensão da Operação Cajueiro em si, ao buscar analisar como cada membro do PCB foi atingido pela repressão política e em sua decorrência, o agravamento da desorganização partidária sofrida. De modo que estudaremos o cenário político sergipano do final da década de 1970 e início dos anos 1980, dando atenção especial à teia formada com as ramificações das lideranças comunistas em outros partidos, beneficiando-os.

Palavras-chave: Operação Cajueiro; Partido Comunista Brasileiro; Repressão.



* Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Integrante do grupo de pesquisa Poder, Cultura e Relações Sociais na História (CNPq - UFS). Email: ronaldonunes000@gmail.com.

Unclosing the red enigma: Operation Cajueiro, PCB and party crisis in Sergipe (1976-1980)

Desvelando el enigma rojo: Operación Cajueiro, PCB y crisis partidaria en Sergipe (1976-1980)

Abstract

This study analyzes Operation Cajueiro which took place in the state of Sergipe, in 1976, which resulted in the arrest of several members of the PCB and its complete dispersion. The main objective is to understand this military operation, led by the Army, and its consequences for the traditional Brazilian left-wing party. Regarding the methodology, this research used oral history resources, in addition to newspapers from Sergipe and Bahia, police reports and reports from the National Information Service (SNI) and other documents collected by the State Truth Commission. In this way, this research goes beyond understanding Operation Cajueiro itself, by seeking to analyze how each member of the PCB was affected by political repression and, as a result, the worsening of the party disorganization suffered. Therefore, we will study the political scenario in Sergipe at the end of the 1970s and beginning of the 1980s, paying special attention to the web formed with the ramifications of communist leaders in other parties, benefiting them.

Keywords: Operation Cajueiro; Brazilian Communist Party; Repression.

Resumen

Este estudio analiza la Operación Cajueiro que tuvo lugar en el estado de Sergipe, en 1976, y que resultó en la detención de varios miembros del PCB y su completa dispersión. El principal objetivo es comprender esta operación militar, liderada por el Ejército, y sus consecuencias para el tradicional partido de izquierda brasileño. En cuanto a la metodología, esta investigación utilizó recursos de la historia oral, además de periódicos de Sergipe y Bahía, informes policiales e informes del Servicio Nacional de Información (SNI) y otros documentos recopilados por la Comisión Estatal de la Verdad. De esta manera, esta investigación va más allá de comprender la propia Operación Cajueiro, al buscar analizar cómo cada miembro del PCB se vio afectado por la represión política y, en consecuencia, el agravamiento de la desorganización partidaria sufrida. Por lo tanto, estudiaremos el escenario político en Sergipe a finales de los años 1970 y principios de los años 1980, prestando especial atención a la red formada con las ramifications de líderes comunistas en otros partidos, beneficiándolos.

Palabras clave: Operación Cajueiro; Partido Comunista Brasileño; Represión.



Introdução

Este artigo analisa a Operação Cajueiro ocorrida no Estado de Sergipe, a ação militar, de âmbito nacional, foi desencadeada em Aracaju no dia 20 de fevereiro de 1976, e teve como principal objetivo desarticular o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado¹. Esta Operação marca um capítulo importante da história do PCB, que resultou na prisão de vários membros do partido e a sua completa dispersão. Essa operação militar, dirigida pelo Exército, e as suas consequências e desdobramentos para o tradicional partido de esquerda brasileira abrangeu os governos do General Ernesto Geisel, com a sua “política de distensão, lenta, gradual e segura”, e de João Batista Figueiredo, que deu continuidade a esta política, agora denominada de “abertura política”.

Esta operação recebeu notabilidade em virtude das graves violações realizadas aos investigados nas dependências do Quartel do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), na maior parte dos atos eles foram torturados². O caso chama atenção ainda, pela rede de serviços envolvidos e acionados, como médicos e legistas encarregados de falsificar registros e exames, corroborando assim para encobrimento das práticas de tortura³.

Este estudo não se limita apenas à compreensão da Operação Cajueiro em si, mas busca analisar como cada membro do PCB foi atingido pela repressão política e as suas trajetórias políticas posteriores. Em decorrência deste fato, procura elencar os motivos do agravamento da desorganização partidária sofrida pelo PCB-Sergipe. Nesta perspectiva, não se restringindo a apresentar uma narrativa cronológica, mas captar a intensidade da luz exposta às consequências políticas, as quais reverberaram mais adiante do período da Operação Cajueiro.

¹ Dossiê da Operação Cajueiro pela Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. ASV/ACE/3802/82_001, fls.6. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 02/06/2024.

² DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997.

³ GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.



Nesse sentido, o estudo transcende a uma simples análise dos eventos da operação militar, propondo assim, adentrar com um olhar profundo a dispersão dos membros do PCB e as ações repressivas que resultaram na desorganização do partido e a nova configuração do cenário político sergipano do final da década de 1970 e início dos anos 1980. De maneira que, dando atenção especial à teia formada com disputas e ramificações das influências das lideranças comunistas em outros partidos políticos, beneficiando-os. Dessa forma, discutiremos, se outros partidos políticos ou movimentos políticos se beneficiaram desta situação, no contexto de desestruturação partidária do PCB.

Operação Cajueiro, PCB e repressão política

52



Em Sergipe, o cenário político de 1964 ficou marcado pela tradição oposicionista à ditadura. No dia 2 de abril de 1964, o chefe do Poder Executivo João de Seixas Dória, líder popular, foi reconhecido pelo novo regime como defensor dos interesses dos trabalhadores e das propostas de Reforma de Base do governo de João Goulart, o que motivou sua cassação, quem assumiu o cargo foi seu vice-governador Sebastião Celso de Carvalho⁴. Com o lançamento do Ato Institucional nº I (AI-1) e a ditadura se instaurando líderes políticos renomados e parlamentares tiveram seus mandatos cassados, foram presos e alguns exilados, como foi o caso de Seixas Dória.

O ano de 1974 representava uma década da instauração da ditadura civil-militar, ano este de posse do presidente Geisel, em 15 de março, ou seja, um momento de comemorações para alguns das Forças Armadas. Com Geisel apresentou-se um cenário viável de descompressão ou “distensão” política, medida que já havia sido cogitada pelo ex-presidente marechal Artur da Costa e Silva (15.03.1967 a 31.08.1969), mas em virtude de seu falecimento nada foi feito e no governo de Emílio Garrastazu Médici (30.10.1969 a 15.03.1974), tais ideais nem foram pensados, pelo menos nos pri-

⁴ CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. & ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). **Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas**. Vinhedo, ed. Horizonte, 2015, p. 127.

meiros anos, sobressaindo as mudanças econômicas, no conhecido “milagre econômico”, período em que o país atingiu altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)⁵.

A Operação Cajueiro, desencadeada em 20 de fevereiro de 1976, teve como principal finalidade, segundo o relatório do Inquérito Policial Militar (IPM), desarticular PCB⁶. O PCB estava na ilegalidade desde 1947, sendo um partido político marcado por uma longa história de perseguição e repressão política, especialmente agravada durante a ditadura. A repressão havia sido iniciada em 1946, sobretudo a partir da cassação de parlamentares constituintes, assim como da criminalização dos membros que dirigiam o partido em 1947. É importante ressaltar que aqueles que eram simpatizantes do partido também foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional⁷. Desse modo, a criminalização foi utilizada tanto antes do período da ditadura, como depois ancorada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O autoritarismo e as ações de repressão vinham sendo institucionalizadas desde do início da ditadura (31.03.1964), posteriormente, foi lançado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos e adotou o bipartidarismo, passando a existir apenas dois partidos legalizados, a Aliança Libertadora Nacional (ARENA), que tinha como objetivo dar sustentação ao regime e como oposição o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se mostrou um partido bastante heterogêneo.

De acordo com os membros da Comissão Estadual da Verdade de Paulo Barbosa de Araújo (CEV/SE)⁸, na década de 1970 o PCB

⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985, p. 179.

⁶ Dossiê da Operação Cajueiro pela Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. ASV/ACE/3802/82_001, fls.6. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 04/06/2024.

⁷ Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 190.

⁸ Instituída pelo Decreto no 30.030/2015, em 7 de julho de 2015, o Relatório da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe ganhou o nome de Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”. Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/relatorio_final_comissao_estadual_da_verdade_paulo. Acesso em: 02/06/2024.

passou a ser a maior ameaça contra a ditadura, visto que as demais organizações clandestinas foram vencidas em ações anteriores. Para além disso, a forte reviravolta sofrida nas eleições de 1974 culminaram na intensificação das perseguições, com torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos de membros do partido, contrariando a dita abertura “lenta, gradual e segura” no início do governo de Geisel. No estado de Sergipe, o PCB conseguiu se manter estruturado e participando ativamente dentro de outras organizações, como no Movimento Estudantil (ME) e no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nas eleições municipais de 1970, elegeu o advogado Jonas Amaral, ao cargo de vereador, pela sigla do MDB. Já em 1972 conseguiu eleger dois candidatos, Jonas Amaral e Jackson Barreto, ambos pelo MDB. Posteriormente, nas eleições parlamentares de 1974, elegeu Jackson Barreto novamente, mas agora para o cargo de Deputado Estadual, sendo um dos políticos que obteve grande sucesso nas urnas para a Assembleia Legislativa⁹. Essas eleições foram marcadas por uma imensa e inusitada vitória da oposição¹⁰.

Observa-se que em 1976, enquanto a maioria dos grupos políticos de esquerda possuía poucos ou quase nenhum representante na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa do estado de Sergipe, o PCB possuía representantes em ambos os cargos¹¹. Além disso, atuava junto aos movimentos dos trabalhadores rurais e possuía controle majoritário dos sindicatos dos bancários, petroleiros e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da UFS. Considera-se que “era uma presença invejável para qualquer sigla clandestina, fato que os militares não ignoraram”. À medida em que os membros do PCB buscavam cada vez mais ganhar espaço na política e eleger mais candidatos, os órgãos de repressão olhavam negativamente

⁹ CRUZ, José Vieira. **Da autonomia à resistência democrática**: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe, 1950-1985. 2 ed. Aracaju: Criação, 2021, p. 412.

¹⁰ GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

¹¹ LIMA, Paulo. **Operação Cajueiro**: a repressão aos comunistas Sergipe. Aracaju, Editora Artexto, 2005, p. 15.



para a tentativa de reorganização do partido¹². Com os resultados eleitorais da Câmara dos Deputados e do Senado, que trouxeram benefícios à oposição, às ações dos membros do PCB passaram a ter maior controle pelos militares.

Em 1975 ocorreu no Rio de Janeiro a descoberta de uma gráfica clandestina do PCB, onde eram realizadas as impressões do Jornal “Voz Operária”. Essa gráfica funcionava no subterrâneo de um sítio, Elson Costa, responsável pelas máquinas, desapareceu poucos dias depois, mas em seguida, soube-se de sua morte em uma casa do Centro de Informações do Exército (CEI). O gráfico Alberto Aleixo, um senhor de 72 anos, foi preso e após dois meses, internado no hospital Souza Aguiar¹³. No período, o ministro da justiça Armando Falcão, mobilizou meios de comunicação, como a TV e o rádio, para noticiar tal ocorrido alegando que havia tido interferência e participação de membros do PCB nas últimas eleições. No mesmo informe aproveitou para reforçar e garantir a vigilância governamental. Meses depois, em novembro de 1975, foi divulgado na imprensa um relatório da 5ª Região Militar, no qual contava com a prisão de 67 membros do PCB do estado do Paraná, dias depois outro relatório com 105 membros do estado de São Paulo que estavam sendo acusados. Da posse de Ernesto Geisel ao mês de abril de 1976 foram registradas 10 mortes de integrantes do comitê central do PCB¹⁴. Militantes comunistas de outros estados também sofreram forte repressão, como é o caso do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Sergipe.

No contexto nacional, dois casos tiveram maior repercussão, o caso do jornalista Wladimir Herzog, ocorrido em outubro de 1975 e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Ambos os casos ocorreram nas dependências do Destacamento de Operações

¹² DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe, 1964/1984**: partidos e eleições num estado autoritário. Tempo Brasileiro, 1997, p. 286-287.

¹³ GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

¹⁴ Davi Capistrano da Costa, Elson Costa, Hiram Lima Pereira, Itaci José Veloso, Jaime do Amorim Miranda, João Massena Melo, Luís Inácio Maranhão Filho, Nestor Veras Orlan-do Bonfim Júnior e Válder Ribeiro. DO BRASIL, C.-C. DE PEDHC PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 02/06/2024.



de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado em São Paulo, os dois foram divulgados na imprensa como suicídios¹⁵. Com a insatisfação da sociedade diante do ocorrido, o presidente Ernesto Geisel trocou o comando do II Exército, o objetivo do governo era evitar mortes durante as torturas, mas as perseguições aos militantes de esquerda prosseguiram, sobretudo aqueles que possuíam alguma ligação ao PCB.

O comando da Operação Cajueiro em Sergipe ficou responsável pelo general Adyr Fiúza de Castro, que ficou conhecido durante o regime militar pelo comando das principais estratégias dos órgãos repressivos contra os grupos de esquerda. Um de seus principais feitos foi o CIE, criado em 25 de fevereiro de 1967, ainda no governo do General Arthur de Costa e Silva, que tinha como principal objetivo coletar informações de grupos e movimentos de esquerda atuantes no Brasil. Além disso, o general chegou a ser um dos chefes no Rio de Janeiro do CODI, em 1975, ficando conhecido pela realização e defesa da tortura de modo explícito. E nesse mesmo ano, assumiu o Comando da 6ª Região Militar, localizada na capital baiana¹⁶. Em fevereiro de 1976, a operação foi desencadeada em Sergipe quando o general Fiúza de Castro, responsável pelo desenvolvimento da operação na Bahia e em Sergipe, formou e enviou um grupo de Segurança da Bahia para Aracaju, chefiado pelo tenente-coronel Oscar Silva para colocar em prática a Operação Cajueiro¹⁷. Segundo dados coletados, essa operação contou com a participação dos seguintes comandos:

15 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: **O Brasil republicano**, v. 4, 2003, p. 264.

16 DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe, 1964/1984**: partidos e eleições num estado autoritário. Tempo Brasileiro, 1997.

17 CARVALHO, Thayza Souza et al. **Aparelho repressivo de Estado**: memórias da ditadura em Sergipe. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017, p. 39.



Quadro 1. Comandantes militares envolvidos

Nome	Patente	Circunstâncias
Adyr Fiúza de Castro	General da Brigada	Comandante da 6 ^o Região Militar
João Neiva de Melo Távora	Ten. Coronel	Comandante do 28 ^o BC
Oscar da Silva	Tem. Coronel de Artilharia	Encarregado do IPM
Osmar de Melo e Silva	Ten. Coronel	Comandante do 28 ^o BC
Wladir Cavalcante de Souza Lima	Ten. Coronel	Comandante do 28 ^o BC

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Esta operação ocorreu em conjunto com outros órgãos, envolvendo o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Polícia Federal e o DOI-CODI. A partir da tarde de 20 de fevereiro de 1976 deu-se início ao “carnaval de torturas”¹⁸, prendendo os principais líderes do PCB, tendo em mãos diversas informações, como imagens e uma lista com os nomes dos militantes que estavam articulados ao PCB no estado. O objetivo da Operação Cajueiro era documentar e provar que esses militantes estavam tentando reorganizar o PCB aqui no estado. No entanto, é importante lembrar que as pessoas que não possuíam nenhuma ligação com o partido também sofreram repressão nesta operação¹⁹, como foi o caso de algumas pessoas relatadas por Paulo Barbosa de Araújo, na obra “Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política” (2010), onde conta sua própria experiência vivida durante a repressão na ditadura. Paulo não foi militante do PCB, apesar de alguns amigos o apontarem como um simpatizante do partido, não



¹⁸ O Documentário “Operação Cajueiro: um carnaval de torturas”, produzido em 2014 e dirigido pelo diretor sergipano Fábio Rogério, apresenta entrevistas com pessoas que foram presas e torturadas durante esta operação. Esse vídeo-documentário contou com patrocínio do Governo de Sergipe e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Sergipe. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-lEYZw&t=1s. Acesso em: 02/06/2024.

¹⁹ LIMA, Paulo. **Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas Sergipe**. Aracaju, Editora Artextos, 2005.

há um consenso entre os entrevistados sobre esta questão. Ao todo, em Sergipe, vinte e nove pessoas foram alvos da Operação Cajueiro, vinte e quatro foram presas e cinco investigadas, como mostra o quadro 2.

Quadro 2. Relação de alvos da Operação Cajueiro

Nome	Profissão	Prisão	Circunstâncias
Antonio Bitencourt	Ferroviário	21/02	Preso, torturado e processado
Antônio José de Gois	Estudante	20/02	Preso, torturado e processado
Asclepiades José dos Santos	Vendedor ambulante	22/02	Preso, torturado e processado
Carivaldo Lima Santos	Ferroviário	20/02	Preso, torturado e processado
Carlos Alberto Menezes	Advogado	27/02	Preso e torturado
Delmo Nazianzeno	Engenheiro	21/02	Preso, torturado e processado
Durval José de Santana	Pedreiro aposentado	21/02	Preso e torturado
Edgar Odilon dos Santos	Serventuário	24/02	Preso, torturado e processado
Edson Sales	Mestre pedreiro	21/02	Preso, torturado e processado
Faustino Alves Meneses	Comerciante	23/02	Preso, torturado e processado
Francisco Gomes Filho ²⁰	Pedreiro	-	Processado
Gervásio Santos	Jornaleiro	21/02	Preso e processado
Jackson Barreto Lima	Deputado Estadual	-	Investigado e processado
Jackson de Sá Figueiredo	Advogado	20/02	Preso e torturado
João Francisco Océa	Comerciante	23/02	Preso, torturado e processado
João Santana Sobrinho	Advogado	20/02	Preso e torturado
Jonas da Silva Amaral Neto ²¹	Vereador	-	Investigado

²⁰ Estava preso em outro estado.

²¹ Não chegou a ser preso, apenas investigado.

José Carlos Teixeira ²²	Deputado Federal	-	Investigado
José Elias Pinho de Oliveira	Advogado	21/02	Preso e torturado
José Soares dos Santos	Agricultor	21/02	Preso, torturado e processado
Laura Maria Ribeiro Marques ²³	Estudante	-	Investigada
Luiz Mario Santos da Silva	Engenheiro	24/02	Preso, torturado e processado
Marcelio Bomfim Rocha	Funcionário Público	20/02	Preso, torturado e processado
Milton Coelho de Carvalho	Funcionário Público	22/02	Preso, torturado e processado
Virgílio de Oliveira (Juca)	Ferrovário	22/02	Preso, torturado e processado
Walter Santos	Professor	20/02	Preso e torturado
Wellington Dantas Mangueira Marques	Advogado	21/02	Preso
Rosalvo Alexandre Lima Filho	Engenheiro	06/03	Preso, torturado e processado
Pedro Hilário dos Santos	Ferrovário	21/02	Preso, torturado e processado

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Para além das vítimas, houve diversas pessoas que participaram da Operação Cajueiro, seja de forma direta ou indiretamente. Nessa perspectiva, essa operação militar envolveu uma série de pessoas que participaram desde da busca e apreensão, coleta de depoimentos e tortura até o momento do processo. A CEV/SE, identificou a participação de advogados, ministros e juizes, comandantes militares, acusadores, escrivães, chefes de secretaria, membros do conselho de justiça para a marinha, membros que cumpriram mandados de prisão e busca de testemunhas, testemunhas de acusação, testemunhas de defesa, vítimas transversais, agentes públicos e algumas outras pessoas que aparecem vinculadas à operação militar de 1976.

²² Não chegou a ser preso, apenas investigado.

²³ Não chegou a ser presa, apenas investigada.



Como consta no relatório do IPM, essas atividades estavam divididas em três fases. A primeira fase (1964-1967), mirava a “Aglutinação dos militantes recuados e fase de organização do grupo subversivo no estado”. A segunda fase, a “reorganização após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), capacitação política do grupo subversivo e preparo para os trabalhos pré-eleitorais”. E a terceira fase, compreendia o “aliciamento para melhora do nível intelectual dos quadros do Partido em Sergipe, reorganização do Comitê Estadual do PCB, infiltração em partido legal”²⁴. De acordo com o relatório do IPM:

Marcelio Bomfim (recém-chegado da URSS)
 Carivaldo Lima Santos
 Wellington Dantas Mangueira Marques
 Milton Coelho de Carvalho
 Asclepiades José dos Santos.

Esses poucos militantes cautelosamente prosseguiram em suas atividades ilegais ligadas ao PCB. O trabalho do PCB em Sergipe, se resumia quase que exclusivamente ao setor estudantil, sob a liderança do então militante Wellington Dantas / Mangueira Marques, jovem estudante²⁵.

Nota-se a importância do movimento estudantil na época e o papel atribuído a Wellington Mangueira como o principal agitador e liderança da tentativa de reorganização do PCB no estado. No entanto, é importante ressaltar a presença de Antônio José Gois e Milton Coelho, que participaram ativamente enquanto membros chave no partido. Para além da figura de Marcelio, foram citados outros nomes que constam no relatório do IPM, que estavam participando dessas atividades desde o início. Dentre os militantes citados estão Jackson de Sá Figueiredo, Asclepiades José dos Santos, Carivaldo Lima Santos e Milton Coelho. Os três primeiros haviam participado do curso de capacitação na União Soviética (URSS), com apoio fi-

²⁴ Caracterização das atividades do Partido Comunista Brasileiro segundo o relatório final da IPM. In: Dossiê Operação Cajueiro. ASV//ACE/3802/82_001, fls.95-98. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/06/2024.

²⁵ Dossiê Operação Cajueiro. ASV//ACE/3802/82_001, fls.96. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/06/2024.



nanceiro do PCB, provando para os militares a ligação direta entre eles e o partido. Os militantes citados aqui, com exceção de Jackson, Asclepiades e Carivaldo, foram os que mais sofreram pela tortura durante a operação e também os que ficaram detidos até o final²⁶.

Um caso bastante peculiar é o do militante Wellington Dantas Mangueira, que não chegou a ser torturado fisicamente como relatou em entrevista à CEV/SE (2021), mas foi obrigado durante seu depoimento no 28º BC a assinar uma carta renunciando ao “Comunismo e a maconha”²⁷. Nesse momento Wellington estava afastado da militância, dedicava-se apenas ao Clube Cotinguiba e a família. Sua esposa Laura Maria Ribeiro Marques, também foi encaminhada para prestar depoimento, mas não chegou a ser presa, apenas investigada pela operação militar²⁸.

Houve também durante as prisões, acusações a alguns militantes de terem contribuído financeiramente com o partido e promovido a circulação do Jornal “Voz Operária”, que na época era considerado como subversivo, como também participar de reuniões. Antônio José Gois, Faustino Alves, José Soares dos Santos, Edson Sales e Virgílio de Oliveira, segundo o processo deles haviam participado de reuniões e contribuído financeiramente, enquanto Pedro Hilário dos Santos, Walter Santos, Gervásio Santos, Antônio Bittencourt e João Francisco Océa, tinham apenas participado do partido anteriormente²⁹. Ademais, Rosalvo Alexandre Lima Filho, Luiz Mário Santos da Silva e Delmo Nazianzeno foram presos sob suspeitas de divulgação do jornal dirigido pelo PCB, como também de material considerado subversivo. Segundo o relatório do IPM, “esse jornal subversivo não era vendido, era oferecido gratuitamente aos mili-

²⁶ Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 200.

²⁷ LIMA, Paulo. **Operação Cajueiro**: a repressão aos comunistas Sergipe. Aracaju, Editora Artexto, 2005.

²⁸ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade**: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). Aracaju: Edise, 2021.

²⁹ Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 201.

tantes e simpatizantes locais”³⁰. Além disso, foram acusados também de contribuir financeiramente com o partido.

Outros casos, João Santana Sobrinho, Carlos Alberto Menezes e Durval José de Santana foram presos sob a suspeita de atuarem no partido e estarem infiltrados dentro do MDB. Outras figuras também foram investigadas por infiltração no MDB, como Jonas da Silva, Jackson Barreto e José Carlos Teixeira, mas somente o Deputado Estadual Jackson Barreto foi processado. O pedreiro Francisco Gomes Filho foi preso e torturado devido ser dirigente de fora do estado que realizou as reuniões em 1975. Enquanto o serventário Edgar Odilon Francisco dos Santos, foi preso, torturado e processado porque emprestava a sua caixa postal ao militante Marcelo Bomfim para envio dos jornais³¹.

62

Durante a operação policial todos os membros alvos da Operação Cajueiro foram detidos e levados as dependências do 28º BC, sem que fosse esclarecido os motivos pelos quais estavam sendo presos, sem apresentação de um mandado e sem identificação dos agentes que estavam realizando as detenções. Em quase toda operação esses agentes se apresentavam à paisana e em veículos comuns, sem identificação militar. Além de não saberem os motivos pelos quais estavam sendo sequestrados, os veículos comuns utilizados eram deixados sempre distantes dos lugares públicos e as vítimas eram vendadas com uma borracha nos olhos e ameaçada, algumas vítimas relatam que foram agredidas durante essa primeira abordagem e ainda dentro do carro como foi o caso de Milton Coelho de Carvalho. Após o sequestro, o veículo dava diversas voltas pela cidade, com o objetivo de que a vítima perdesse a noção de para onde estava sendo levado³².

Segundo depoimento de algumas vítimas da operação, todos vestiram um macacão e tiveram seus olhos vendados com uma bor-

³⁰ Dossiê Operação Cajueiro. ASV/ACE/3802/82_001, fls.97. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/06/2024.

³¹ Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 201.

³² Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 197.

racha que se assemelhava a câmara de ar de bicicleta. O padrão de roupa utilizado reforça a ideia de que houve toda uma preparação da Operação Cajueiro anteriormente, por mais que não existam documentos que provem essa tese³³. Todos aqueles que foram sequestrados sofreram torturas, mesmo que em graus distintos. O caso mais emblemático é o do militante Milton Coelho. Quando retirado a borracha utilizada sobre as sobrancelhas e o nariz, além dos ferimentos no rosto, havia provocado o deslocamento das retinas, fazendo com que saísse e continuasse em vida sem enxergar³⁴. Mesmo após três cirurgias e tratamento realizado após o ocorrido, não foi possível recuperar a visão tirada pelas marcas da Operação Cajueiro.

Os primeiros depoimentos das vítimas eram coletados durante a madrugada no 28^o BC, constituindo depoimentos ilegais, seguidos de tortura, em sua grande maioria. Na maioria dos casos as vítimas foram presas, torturadas e processadas (exceto alguns casos em que foram somente investigadas ou nem chegaram a ser processadas). Na época, qualquer ação suspeita de ligação ao Partido Comunista Brasileiro era enquadrada como crime contra a Segurança Nacional³⁵. Nessa perspectiva, nem todos que foram alvos da operação no estado de Sergipe possuía ligação com o partido.

Após a prisão das vítimas, o general Adyr Fiúza visitou o 28^o BC, na ocasião interrogou os prisioneiros e instruiu os subordinados. Pouco se comentava na sociedade sergipana a respeito do sequestro das vítimas da Operação Cajueiro. Não houve manifestação da sociedade, muito menos dos órgãos governamentais de Sergipe. Segundo Ibarê Dantas (1997), José Carlos Teixeira havia falado com o então governador de Sergipe José Rollemberg Leite, mas a princípio a única resposta dita pelo governador foi a de que estava tomando conhecimento de tudo. Dias após essa conversa, José Rollemberg



³³ Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 199.

³⁴ CARVALHO, Thayza Souza et al. **Aparelho repressivo de Estado**: memórias da ditadura em Sergipe. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017.

³⁵ Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 199.

encontrou o presidente Geisel, mas não se sabe se a repressão da operação foi uma pauta discutida nesse encontro.

Uma semana após as prisões, a Ordem dos Advogados (OAB) se pronunciou, em resposta ao ofício enviado pelos familiares das vítimas, esclareceu que havia convocado uma Reunião Extraordinária com o Conselho. E quando o primeiro grupo foi solto, o presidente da OAB também se pronunciou a respeito da saúde dos dois advogados, constatando que ambos estavam bem³⁶. Segundo declaração feita pelo general Adyr Fiúza e divulgada pelo jornal *Tribuna da Bahia*, “os advogados de Sergipe estão se recusando a defender os acusados de subversão, e, conforme a VI RM, se em Salvador não se conseguir encontrar quem esteja disposto a assumir a causa, haverá a necessidade de atuação do magistério público”³⁷. Apesar disso, a CEV/SE, identificou alguns advogados envolvidos na defensoria dos militantes.



Vozes e resistências na Operação Cajueiro

Diante de toda a repercussão da operação militar, principalmente na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro, o Major Alcântara informou, no dia 26 de fevereiro de 1976, que alguns militantes presos possuíam ligação com o MDB, “estavam ostensivamente ligados ao MDB”³⁸. Um dia após a divulgação da notícia pelo *Jornal da Bahia*, o chefe da VI Região Militar declarou que não havia ligação entre os militantes presos e o MDB, sob a justificativa de que apenas quatro deles tinham ligação com o MDB, mas não ocupavam nenhum cargo importante ou tinham função especial dentro do partido³⁹.

Em 1976, destacaram-se três fortes veículos de informação no cenário sergipano, o jornal *Gazeta de Sergipe*, o *Jornal da Cidade* e o *Diário de Aracaju*. Outros veículos também estavam ganhando

³⁶ DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997, p. 293.

³⁷ *Tribuna da Bahia*, Salvador-BA, 27 de fevereiro de 1976, p. 01.

³⁸ *Jornal da Bahia*, Salvador-BA, 24 de fevereiro de 1976, p. 08.

³⁹ DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997, p. 293.

força, como as redes de televisão Sergipe e Atalaia, embora estas fossem recentes, colaboraram para difusão das notícias de forma mais rápida. Na época, muitos jornalistas trabalhavam como correspondentes de outros jornais fora do estado, a exemplo, de Paulo Barbosa de Araújo, Milton Alves e José Carlos Montalvão, que eram correspondentes do Estado de São Paulo, do Jornal da Bahia e do Jornal do Brasil⁴⁰. Segundo depoimento de Milton Alves:

Eu era correspondente do Jornal da Bahia e Paulo Barbosa correspondente do Estadão. [...] Muitos dos que tinham sido presos, vários companheiros do Partido Comunista Brasileiro, possuía uma forte amizade, principalmente, com a esposa de Paulo, Rosa, que era enfermeira do INSS. Entrei no PCB ainda muito jovem, através de Wellington Mangueira, mas já era do Atheneu sergipense e depois fomos para a universidade, cuidamos do DCE. Sempre chegava às informações até nós, quando surgiu a notícia da Operação Cajueiro, que nós tivemos a certeza que o pessoal estava incomunicável no 28º BC, Paulo pelo Estadão e eu pelo Jornal da Bahia, nós denunciávamos que havia tortura. Lembro que na época estava na esquina da rua Nossa Senhora das Dores, era um barzinho, por volta de 19 horas da noite e Jackson Barreto passou dirigindo um Opala amarelo, deu uma freada brusca e disse:

- Camarada, cuidado! Os companheiros estão sendo presos.

Logo depois arrastou o carro e todo mundo ficou olhando para mim, e eu me perguntei: Os camaradas estão sendo presos, o que ele quis dizer com isso? Já sabia de algumas prisões porque estava no Cacique quando chegou a notícia de que estavam ocorrendo essas prisões, mas ainda era algo muito nublado, fui para casa e fiquei matutando o que Jackson havia me falado, no outro dia, logo cedo quando terminei o café, troquei de roupa e fui para casa de Paulo Barbosa, que era do Estadão e na época morava na Atalaia:

- Paulo, estou assustado.

⁴⁰ ARAÚJO, Paulo Barbosa de. **Os ícones de um terremoto**: Golpe Militar, repressão e resistência política. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

- O que foi?
- Esbarrei com Jackson e aconteceu assim, assim!
- A gente vai ter muito trabalho.
- Porque?
- É uma operação que ainda não tem nome, já tem muita gente presa, e muitos ainda serão presos. Naquela altura que estávamos conversando já tinha sido preso uns três ou quatro, eram tirados de dentro de casa. Rosa [esposa de Paulo Barbosa] tinha ligação com muitas dessas mulheres, eu, na época fazia Letras e era colega de sala de Carmélia, esposa de Milton Coelho, ela me passava as informações. Foi então que descobrimos que eles estavam incomunicáveis no 28 BC. Quando me sentei com Paulo para informar as prisões e a incomunicabilidade dos presos, ele também já tinha essa informação nós denunciámos⁴¹.

Em 20 de fevereiro de 1976, o Jornal da Bahia publicou a notícia intitulada “Vinte e seis presos políticos em Sergipe”, nela informava a prisão de vinte e seis presos que estavam incomunicáveis no 28^o BC. Informava ainda, os nomes de quatorze deles, mas não mencionava os motivos pelos quais as prisões tinham ocorrido⁴². No dia 25 de fevereiro o Jornal da Bahia noticiou que mais três pessoas haviam sido presas em Aracaju, desta vez trazendo a notícia da prisão de Edgar Coelho, Faustino Alves de Menezes e José Soares dos Santos⁴³. Na quinta-feira, 26.02 foi publicado que os presos iriam ser transferidos para serem julgados na Bahia, isso em decorrência da região de Sergipe estar subordinada à VI Região Militar, localizada na capital baiana⁴⁴. Desse modo graças a influência desses correspondentes, as prisões e tortura foram denunciadas, na época

⁴¹ Entrevista com Milton Alves, cedida ao autor, em 14.02.2023, Segrase, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

⁴² Nessa lista divulgada pelo 28^o Batalhão de Caçadores constava segundo o Jornal da Bahia os nomes dos seguintes militantes: José Elias Pinheiro Oliveira, Carlos Alberto Menezes, Wellington Mangureira, Jackson Sá Figueiredo, Pedro Hilário, João Santana Sobrinho, José Antônio Côes, Milton Coelho Carvalho, Marcelio Bomfim Rocha, Antônio Bitencourt, Carivaldo Lima Santos, Gervásio Santos, Durval José Santana e Valter Santos. In: **Jornal da Bahia**, Salvador-BA, 24 de fevereiro de 1976, p. 08.

⁴³ **Jornal da Bahia**, Salvador-BA, 25 de fevereiro de 1976, p. 08.

⁴⁴ **Jornal da Bahia**, Salvador-BA, 26 de fevereiro de 1976, p. 01-02.

as notícias não foram assinadas pelos jornalistas, mas o arbítrio ganhou visibilidade fora do estado.

Dentro desse contexto, houve uma primeira soltura desses presos, e aqueles que não foram liberados continuaram presos por cerca de quarenta dias e foram indiciados. Diante do pedido de prisão preventiva negado, as vítimas foram libertadas, mas tiveram que responder a um processo criminal por cerca de dois anos⁴⁵. Ao final da Operação Cajueiro todos aqueles que foram processados criminalmente foram absolvidos⁴⁶. De acordo com o jornal da cidade:

Todos os dezoito sergipanos acusados de atividades subversivas foram absolvidos ontem à noite por unanimidade pela auditoria militar da sexta região em Salvador. O resultado foi conhecido às vinte e três horas, quando o conselho de sentença por absoluta falta de provas resolveu absolver os acusados. Dos dezoito sergipanos, quase todos foram presos em fevereiro de 1976, durante a realização da chamada “Operação Cajueiro”, que, segundo o general Fiúza, à época comandante da sexta região militar, fora executado para dismantelar o aparelho do partido comunista que estava sendo reorganizado em Sergipe⁴⁷.

O uso do termo “Operação Cajueiro”, em 1978, pelo Jornal da Cidade chama atenção não apenas pela peculiaridade do nome, mas pela abertura de uma análise crítica do contexto histórico, das práticas judiciais e da violação dos direitos humanos nesse período. Todas as provas produzidas pelo IPM, segundo a CEV/SE (2021, p. 201)⁴⁸, foram descartadas, “as provas produzidas contra os acusados estavam maculadas de vícios insanáveis em suas origens” pois,

⁴⁵ DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Tempo Brasileiro, 1997, p. 321.

⁴⁶ Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 201.

⁴⁷ **Jornal da Cidade**, Aracaju-SE, 17 de agosto de 1978, p. 01.

⁴⁸ Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/relatorio_final_comissao_estadual_da_verdade_paulo. Acesso em: 02/06/2024.



havia sido feitas a base da tortura. Posteriormente, o poder Judiciário reconheceu a ilegalidade em que a operação militar foi realizada e a violação dos direitos humanos individuais das vítimas que foram alvos desta operação.

Nova configuração do cenário político das esquerdas

A derrocada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) após a Operação Cajueiro ocasionou na atmosfera nacional, e estadual, uma transformação na paisagem política. A partir da dispersão deste partido de esquerda, outros partidos políticos e movimentos sociais se beneficiaram do contexto de desestruturação do PCB. Desse modo, percebe-se que a dispersão provocou alterações significativas na dinâmica e conjuntura vivenciada, com isso, possibilitando o surgimento de novos atores políticos e adaptações na reconfiguração de sua dispersão.

68

A partir de 1978 apresentava-se um cenário de grandes expectativas pelos membros dos partidos políticos para a volta do pluripartidarismo. Nessa perspectiva, houve forte intensificação desses grupos políticos de esquerda, sobretudo após Petrônio Portella, ministro da justiça, informar a criação de novos partidos dentro da reforma constitucional. Diante dos acontecimentos, a apresentação de crise no governo fez com que autoridades, inclusive Golbery de Couto e Silva, defendessem o fim do bipartidarismo⁴⁹.

Desta forma, um balanço do processo de abertura sob Geisel é extremamente difícil: autoritário- confundia disciplina e ordem com uma visão imperial do poder-, pôde perceber as condições de crise do país e propor alternativas em torno de um projeto soberano e constitucional. Talvez a melhor síntese de sua personalidade seja ainda a realizada pelo *Jornal do Brasil* na época da sua morte: *o ditador da abertura!* (Silva, 2003, p. 269).

⁴⁹ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. A ditadura que mudou o Brasil. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

Geisel, ficou conhecido em todo esse processo por arrojar a transição política, mesmo que só tenha estabelecido diretrizes e caminhos. No final do seu governo, o seu sucessor João Batista Figueiredo, um outro “ditador sem ditadura”, continuou com as mudanças políticas, instituindo o pluripartidarismo e a anistia, ambos em 1979⁵⁰. Assim, o país, finalmente, deu sinais de caminhar em direção à “abertura política”, agora sob o comando do general João Batista Figueiredo.

Em 15 de março de 1979, assumiu a presidência o General João Batista Figueiredo (1979-1985), esse período ficou conhecido como a segunda fase de transição do regime militar para o regime democrático. Uma de suas tarefas era dar continuidade à política de “distensão”, “lenta, gradual e segura” iniciada no governo Geisel⁵¹. Todos os caminhos indicavam a transformação do regime para o democrático, principalmente após o retorno dos exilados políticos.

Em novembro de 1979, ocorreu a aprovação da Lei de Reforma Partidária pelo Congresso, o objetivo do governo era partilhar as oposições em várias facções enquanto o partido situacionista permaneceria unido. Essa reforma não surgiu da derrocada da ditadura, mas de uma estratégia para tentar reprocessa-la e alonga-la⁵². Por meio desta Lei, o governo pretendia dificultar a organização das esquerdas, pois era proibido alianças partidárias, organização de diretórios estaduais pelas federações e nas eleições, apresentar candidatos para todos os níveis⁵³.

O partido de situação, Arena, tornou-se o Partido Democrático Social (PDS). Na antiga Arena, a comissão diretora sergipana estava formada por Augusto do Prado Franco, Lourival Batista, Antônio Carlos Valadares, Francisco Guimaraes Rollemberg, Raimundo Diniz, José Rollemberg Leite, Arnaldo Rollemberg Leite, Albano do

⁵⁰ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014, p. 236.

⁵¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: **O Brasil republicano**, v. 4, 2003.

⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Editora UFMG, 2008, p. 105.

⁵³ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014, p. 269.



Prado Franco, Hélio Dantas e Djenal Tavares de Queiroz. Em termos gerais, esses membros já faziam parte do partido situacionista. Com a mudança, apenas João Alves Filho e Celso de Carvalho saíram do PDS migrando para o Partido Popular (PP). Enquanto o PP, foi um novo partido político que surgiu liderado por Tancredo Neves, sendo formado em sua maioria por empresários e bancários, assim como por membros que faziam parte da ARENA⁵⁴. É importante ressaltar que o PP foi criado por estratégia de Portella- Golbery, que objetivava criar um partido com aspecto político de esquerda e direita que englobasse e aderisse às visões do MDB e da ARENA. Para surpresa do governo, os números de filiados da ex-ARENA foram superiores que o esperado⁵⁵. No entanto, o PP foi inviabilizado pela própria lei criada pelo governo, o partido acabou em dezembro de 1981.

O MDB transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido de oposição ao regime, que acaba perdendo espaço para o PP na política sergipana. Sua Comissão Provisória foi formada por José Carlos Teixeira, Walter Batista, Jonas Amaral, João de Seixas Dórea, Batalha de Góis, Antonio Tavares, Acival Gomes e Balthasar Santos. Pouco tempo depois, Jackson Barreto passou a integrar o partido. Dentro desse novo cenário, o PDS era o partido de maior quantidade de membros na Câmara Federal⁵⁶. Foram criados também, outros partidos de esquerda, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola. Era um grupo formado por padres, advogados e comerciantes. Ainda no campo das esquerdas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi liderado por Ivette Vargas.

Para completar este quadro político ocorreu ainda, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Este partido foi fundado em São Paulo em fevereiro de 1980 e teve como figura marcante a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, que saiu como candidato ao governo

⁵⁴ DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997, p. 345.

⁵⁵ FLEISCHER, David V. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. *Revista de Ciência Política*, v. 29, n. 1, 1986, p. 29.

⁵⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora UFMG, 2008.



deste estado nas eleições diretas de 1982⁵⁷. Em Sergipe, este partido foi formado por estudantes, professores, bancários, trabalhadores rurais e ex-militantes do PCB. Em sua composição inicial tinha nomes como de Marcelio Bomfim, Antônio José de Gois, Milson Leite Barreto Filho, entre outros, eles formaram a Comissão Executiva Provisória do PT no estado. Os partidos PCdoB e PCB, assim como outras pequenas organizações, continuaram na ilegalidade. Nota-se assim, que com o fim do bipartidarismo houve uma série de movimentações para criação de novos partidos, que defendessem os direitos das minorias sociais. Esses partidos foram formados especialmente pelas esquerdas.

O PCB só conseguiu iniciar sua reorganização a partir de 1979, com a aprovação da Lei de Anistia, apesar de ainda o partido retomar recrutamentos com bastante cautela e cuidado devido às regras de exceção impostas pelo regime. No entanto, essa reorganização não era realizada abertamente, muitos dos militantes comunistas usavam codinomes e mantinham sua identidade verdadeira apenas dentro da rede partidária, ainda receosas com o regime. Ao mesmo tempo, muitos dos militantes que estavam no PCB, lutavam dentro do PMDB. Além disso, o forte movimento sindical e o surgimento do PT, absorveu boa parte da militância do PCB no processo de reconfiguração das esquerdas. Nesse sentido, enfraqueceu e dificultou o partido em sua reorganização partidária⁵⁸.

Um dos casos mais emblemáticos da dispersão do PCB na política sergipana é o caso envolvendo o militante Marcelio Bomfim, que foi detido, torturado e processado durante a Operação Cajueiro. Marcelio, após a Operação Cajueiro, saiu do PCB e mudou para o PT, tendo participado de sua fundação. Era um dos principais dirigentes do PCB, tendo dentro do partido a nível estadual um papel proeminente. Na época, desempenhou militância significativa durante o regime civil-militar, sendo um dos principais integrantes da direção do partido. Consta-se no relatório do Inquérito Policial Militar (IPM), que

⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014, p. 270.

⁵⁸ FIGUEIREDO, César Alessandro. **Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985**—a clandestinidade também mata. *Textos e Debates*, n. 25, 2014, p. 178-179.



as atividades de Marcelio estavam sendo observadas pelos militares desde 1964, ano em que foi estabelecida a ditadura com o lançamento de Ato Institucional. Esta vigilância destaca-se não apenas pela militância exercida no PCB, mas também por ter sido um personagem da resistência importante contra o regime autoritário.

Com a dispersão do PCB, outros partidos viram a oportunidade de ampliar sua base eleitoral, inclusive com os ex-pecebistas, ou seja, havia um vácuo com a derrocada do PCB. É importante enfatizar que neste processo de “abertura política”, os partidos que foram mais beneficiados possuíam uma diversidade de orientação política, com maior ênfase para os partidos de esquerda. Nessa perspectiva, duas foram as formas de conquistarem novos adeptos: 1- atraindo os pecebistas que possuíam simpatias com determinado partido em virtude de sua ideologia; 2- atraindo aqueles que pudessem se sentir representados pelo PCB, mas em decorrência de sua dispersão migraram para outros partidos.

72



Essa dispersão não beneficiou apenas partidos políticos, mas também alguns movimentos sociais, que ganharam um maior apoio e visibilidade. Neste contexto, alguns grupos específicos, partidários e/ou das lutas populares, que tinham como objetivo representar a sociedade puderam ocupar o espaço deixado pelo PCB. Da mesma forma, a participação de novos adeptos possibilitou maior legitimidade em decorrência das demandas sociais existentes.

Com a repressão à Operação Cajueiro e a posterior dispersão dos membros do PCB, o retorno do pluripartidarismo possibilitou uma nova configuração nas organizações das esquerdas sergipanas. Grande parte dos militantes encontrava-se sem uma organização formal, afinal o PCB havia sofrido uma completa dispersão. Assim, diante deste cenário de abertura política, ocorreram movimentações políticas que possibilitaram aos ex-pecebistas se organizarem dentro de outros partidos. Desse modo, mesmo com a derrocada do PCB, os comunistas não deixaram de participar ativamente da política brasileira.

Prestes percorreu todo o Brasil a convite das mais diversas entidades sociais, de trabalhadores, de estu-

dantes, de intelectuais, de políticos e de numerosos admiradores. Participou das principais campanhas eleitorais, procurando sempre dar apoio aos candidatos comprometidos com as causas populares e dispostos a contribuir para o avanço real da democratização do país (Costa, 2018, p. 42).

Luís Carlos Prestes, a convite de alguns movimentos sociais e populares, como estudantes e trabalhadores, andou por todo país. Ao longo dessa caminhada, Prestes apoiou candidatos de esquerda durante o processo de campanhas e eleições, sobretudo aqueles envolvidos com causas populares e a redemocratização do Brasil. Nesse sentido, o PCB privilegiou as forças que desenvolviam ações com viés democrático, uma causa já desenvolvida pelo partido anteriormente.

Manifestando-se defensor de uma constante preocupação com a unidade das oposições, Prestes colocou-se não só a favor da participação de todos os partidos em formação – PTB, PT e PP, com suas características específicas – na frente de luta contra o regime, como também da “unificação da classe operária para atuar num partido revolucionário”. Com isso, a classe operária interviria como fator decisivo na “frente única de luta contra a ditadura”, formada não apenas com os quadros da esquerda, mas com “todos os que desejarem ser nossos aliados nessa luta (Costa, 2018, p. 33).



Desse modo, Prestes defendeu a “unificação da classe operária”, que para ele deveria atuar dentro de um partido revolucionário. Da mesma forma, procurou apoiar todos os partidos políticos que estavam em formação, como o PMDB, PT, PTB e o PP. Sua proposta era criar uma frente que englobasse não apenas membros de esquerda, mas todos aqueles que sonhavam com o fim do regime autoritário. Nesse sentido, reunir pessoas que desejavam, independente de filiação partidária ou ideologia política, lutar em prol da redemocratização do País⁵⁹.

⁵⁹ FIGUEIREDO, César Alessandro. Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985—a clandestinidade também mata. *Textos e Debates*, n. 25, 2014, p. 179-180.

Nessa atmosfera, com o PCB sem força política e o surgimento de outros partidos ainda em consolidação, a política sergipana ganha novos contornos. Os pecebistas, imobilizados pelos setores de repressão, garantiram inicialmente a sua participação em entidades trabalhistas, sindicatos e outras, como também promoveram o diálogo com setores não conservadores da Igreja Católica e com grupos ligados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A gravidade da crise partidária do PCB levou seus membros a lutarem e fazerem acordos com outros partidos e movimentos sociais, mesmo ainda estando na condição de ilegalidade. Sob esse olhar, os pecebistas procuraram formar estratégias e alianças com outros movimentos sociais.

Desse modo, a ausência de uma direção nacional que conseguisse reanimar o partido fez com que houvesse uma dispersão. E assim, interrompeu-se o desenvolvimento do trabalho feito junto ao movimento estudantil, sindical e camponês, como era realizado anteriormente. Em Sergipe, observa-se que não houve uma política de inserção de novos integrantes ao PCB, como se caracterizava no PMDB com a Ala Jovem. Durante esses anos e no contexto de ascensão política vivenciada pelo PMDB, este se constituiu como uma força hegemônica de esquerda a nível estadual. Junto ao PMDB, observa-se a atuação do PT, que absorveu alguns dos pecebistas. Eles foram fundamentais na fundação e organização do partido no estado.

Estes militantes passaram a integrar-se sobretudo aos novos partidos de esquerda que estavam surgindo. Desse modo, tiveram uma participação importante nos processos eleitorais, assim como, em movimentos mais amplos, como a luta pela Anistia. Segundo Antônio Gois,

Nós estávamos no final dos anos 70, toda a esquerda tinha ido para a cadeia. O último partido que eles desorganizaram foi o “partidão”, em 1976. Eles queriam desbaratar o restante para falar na abertura. Teve a questão da Lei da Anistia, em 79, anistia para torturador. E surgiu, nos anos 70, um novo sindicalismo no Brasil. Então, eu comecei a participar nos anos 70. [...]



Passei uns dois anos no sindicato. Em 76, eu fui preso na Operação Cajueiro e, depois, desorientou tudo. Nos anos 70, em função dessas prisões que abrangiam pessoas que militavam e também que não militavam. Depois desse período, houve uma dispersão na universidade, não tinha fórum de discussão. No Movimento Estudantil, o pessoal estava começando com a reorganização do diretório central, alguns diretórios e mais nada. Você não tinha fórum de discussão. Aracaju era algo impressionante⁶⁰.

Com relação ao Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em depoimento coletado pela historiadora Maria Aline Oliveira, Núbia Nascimento Marques, que era militante e uma das fundadoras deste movimento em Sergipe, relatou que “a campanha pela anistia em Sergipe não poderia ser oficialmente liderada por ‘meninos’, se não seria chamado o movimento dos presos pela anistia”. Nessa perspectiva, a defesa de um movimento liderado por mulheres foi uma estratégia usada para estar vinculado ao movimento nacional. É importante lembrar que a questão da Anistia já fazia parte do programa proposto pelo PCB, desde 1967. Segundo depoimento de Zelita Correia a pesquisadora Maria Aline:

Esse Comitê Feminino pela Anistia, eu vou lhe dar um exemplo, foi mais para a gente abrir mão dos meninos por estarem feridos, porque ainda tinha gente presa, quer dizer, Milton foi torturado demais, Marcélio também foi, Pedro Hilário morreu das consequências da prisão, quer dizer eles não podiam botar a cara, porque se não seria o movimento dos presos pela anistia. Então, a gente, que estava solta, pegou a obrigação (Oliveira, 2020, p. 98)⁶¹.

⁶⁰ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida ao autor, em 13.02.2023, Atalaia, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

⁶¹ Entrevista com Zelita Rodrigues Correia, cedida à pesquisadora Maria Aline Matos Oliveira, 29.01.2019, Aracaju-SE. In: OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade**: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). Aracaju: Edise, 2021.



O MFPA assumiu a responsabilidade de lutar também pelos militantes que estavam presos, principalmente em decorrência da Operação Cajueiro. Ademais, a presença na linha de frente desses homens poderia trazer consequências negativas para o movimento. Para além disso, as principais lideranças eram mulheres livres, o que possibilitava uma maior legitimidade ao movimento. Na época dos julgamentos dos presos da Operação Cajueiro, ocorrido em Salvador, o MFPA organizou uma caravana formada por 70 pessoas para irem assistir ao julgamento. Dentre esse grupo de pessoas estavam membros do movimento, familiares e crianças. O fato de o comitê levar crianças e pessoas mais simples da zona rural fez parte de uma “estratégia de gênero” do movimento. Entretanto, a questão mais importante é que o comitê conseguiu mobilizar a população, o que se caracterizou como um fator em destaque nos julgamentos⁶². Em 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, mas uma anistia parcial, esta Lei está combinada também com a reforma da Lei de Segurança Nacional, permitindo o retorno dos exilados políticos. No entanto, a Lei da Anistia permitiu a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura, mas não a criminalização de seus agentes. Essa foi a decisão da interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da Anistia.

Nesse sentido, independente dos esforços feitos para conseguir equilibrar o PCB a nível nacional, ele não conseguiu acompanhar as lutas sociais contemporâneas. Aparentemente, ao tentar buscar respostas, afastava-se cada vez mais de suas bases. E nesse cenário, o PMDB, PTB, PP e especialmente o PT acabou ganhando expressivo reconhecimento em virtude das lutas dos trabalhadores e da classe operária. Além disso, absorveu boa parte da base operária antes ligada ao PCB.

⁶² OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). Aracaju: Edise, 2021.

Considerações finais

Portanto, revisitar a história da Operação Cajueiro e compreender as suas consequências para esta gente que lutou tanto por um país melhor, nos possibilita refletir sobre os impactos que essa ação militar ocasionou na vida dos atingidos e para a política no geral. Nesse sentido, esse estudo centrado no cenário político do final da década de 1970 e início dos anos 1980 buscou dar uma nova significação à Operação Cajueiro, centrando na análise dos fatos posteriores. Este episódio de repressão política, que atingiu os membros do PCB provocando desorganização, trouxe também uma nova reconfiguração no cenário político sergipano. Desse modo, o contexto de desestruturação partidária do PCB possibilitou uma reconfiguração política que beneficiou em massa as esquerdas. Aqueles que saíram do PCB acabaram ingressando nas alas jovem do PMDB, PT, PP ou PTB, mas os dois primeiros partidos foram os que se beneficiaram em maior número com a presença dos ex-militantes do PCB. É importante destacar ainda, que para a configuração do Partido dos Trabalhadores (PT) a presença dos ex-pecebistas foi fundamental, desde a fundação do partido no estado.

Referências

Fontes orais:

Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE.

Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 04/05/2023, Aracaju/SE.

Entrevista com Zelita Rodrigues Correia, cedida a pesquisadora Maria Aline Matos de Oliveira, 29.01.2019, Aracaju-SE.

Fontes jornalísticas:

Jornal da Bahia, Salvador-BA. Presos de Aracaju virão para a Bahia, 26 de fevereiro de 1976, p. 01-02.

Jornal da Bahia, Salvador-BA. Quarto exército prende em Aracaju, 25 de fevereiro de 1976, p. 08.

Jornal da Bahia, Salvador-BA. Vinte e seis presos políticos em Sergipe, 24 de fevereiro de 1976, p.08.

Jornal da Cidade, Aracaju-SE. Auditoria militar absorve sergipanos, 17 de agosto de 1978, p. 01.

Tribuna da Bahia, Salvador- BA. VI Região Militar explica e anuncia novas prisões, 27 de fevereiro de 1976, p.01.

Documentos oficiais:

ASV/ACE/3802/82_001, fls.6. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 02/06/2024.

ASV/ACE/3802/82_001, fls.95-98. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/06/2024.

ASV/ACE/3802/82_001, fls.96. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/06/2024.

ASV/ACE/3802/82_001, fls.97. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/06/2024.

Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/edise/produto/250/digital>. Acesso em: 02/06/2024.

DO BRASIL, C.-C. DE PEDHC PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 02/06/2024.



Recursos filmicos:

ROGÉRIO, Fábio. Operação Cajueiro: um carnaval de torturas. Youtube, 04 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw&t=1s. Acesso em: 02/06/2024.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985.

ARAÚJO, Paulo Barbosa de. Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M.; ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Vinhedo, ed. Horizonte, 2015. P. 115-141.

CARVALHO, Thayza Souza et al. Aparelho repressivo de Estado: memórias da ditadura em Sergipe. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5707/1/THAYZA_SOUZA_CARVALHO.pdf. Acesso em: 10/06/2024.

COSTA, Rodrigo José da. O socialismo possível: o PCB, os estertores da Ditadura Militar e a Nova República em Alagoas (1980-1991). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30705>. Acesso em: 20/05/2024.

CRUZ, José Vieira. *Da autonomia à resistência democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe, 1950-1985*. 2 ed. Aracaju: Criação, 2021.

DANTAS, José Ibarê Costa. A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário. Tempo Brasileiro, 1997.

FIGUEIREDO, César Alessandro. Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985 - a clandestinidade também mata. *Textos e Debates*, n. 25, 2014. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/2781/1552>. Acesso em: 28/05/2024.

FLEISCHER, David V. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. *Revista de Ciência Política*, v. 29, n. 1, p. 12-39, 1986. Disponível em: [file:///C:/Users/Samsung/Downloads/admin,+2++Governabilidade+e+abertura+pol%C3%ADtica+as+desventuras+da+engenharia+pol%C3%ADtica+no+Brasil,+1964-84%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Samsung/Downloads/admin,+2++Governabilidade+e+abertura+pol%C3%ADtica+as+desventuras+da+engenharia+pol%C3%ADtica+no+Brasil,+1964-84%20(1).pdf). Acesso em: 24/05/2024.



GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas Sergipe*. Aracaju, Editora Artexto, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora UFMG, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*. Aracaju: Edise, 2021.

RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração. A ditadura que mudou o Brasil*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador – BA, Sagga Editora, 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: *O Brasil republicano*, v. 4, p. 243-282, 2003.



A Diocese de Propriá-SE e o Golpe Militar de 1964: dilemas entre a modernização conservadora e a defesa pela justiça social

*Osnar Gomes dos Santos**

Resumo

Este trabalho pretende averiguar as posições da diocese de Propriá-SE durante o processo que culminou no golpe militar de 1964. A pertinência deste trabalho se explica em razão da influência política exercida por essa diocese, não apenas na consumação do golpe no Estado de Sergipe, mas também nas posições tomadas por ela anos depois da consolidação da ditadura militar. Posições que foram, gradativamente, substituindo a leniência inicial pela oposição direta e radical face ao regime. Trabalhos como os de René Dreifuss e Wellington Teodoro da Silva ajudaram a esmiuçar o caráter de classe do golpe de 1964 e os reflexos da religião naquele contexto.

Palavras-chave: Diocese de Propriá-SE; Golpe de 1964; anticomunismo

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Centro Territorial de Educação do Estado da Bahia (Cetep-Araci). Integrou o Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões da Universidade Federal de Alagoas (LIER-UFAL).

The Diocese of Propriá-SE and the 1964 Coup: dilemmas between conservative modernization and the defense of social justice

La Diócesis de Propriá-SE y el Golpe de 1964: dilemas entre la modernización conservadora y la defensa de la justicia social

Abstract

This paper aims to investigate the positions of the Diocese of Propriá-SE during the process that culminated in the 1964 military coup. The relevance of this work is explained by the political influence exercised by this diocese, not only in the consummation of the coup in the state of Sergipe, but also in the positions taken by it years after the consolidation of the military dictatorship. Positions that gradually replaced the initial leniency with direct and radical opposition to the regime. Works such as those by René Dreifuss and Wellington Teodoro da Silva helped to scrutinize the class character of the 1964 coup and the reflexes of religion in that context.

Key words: Diocese of Propriá-SE; Coup d'état the 1964; anticommunism

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo investigar las posiciones de la Diócesis de Propriá-SE durante el proceso que culminó en el golpe de estado militar de 1964. La relevancia de este trabajo se explica por la influencia política ejercida por esta diócesis, no sólo en la consumación del golpe en el estado de Sergipe, sino también en las posiciones que adoptó años después de la consolidación de la dictadura militar. Posiciones que fueron sustituyendo la indulgencia inicial por una oposición directa y radical al régimen. Trabajos como los de René Dreifuss y Wellington Teodoro da Silva ayudaron a escudriñar el carácter de clase del golpe de 1964 y los reflejos de la religión en ese contexto.

Palabras clave: Diócesis de Propriá-SE; Golpe de 1964; anticomunismo



Considerações iniciais

A diocese de Propriá, fundada em 1960, observou atentamente a atualização da Igreja e os acontecimentos políticos do país. No início da década de 1960, a principal missão da diocese de Propriá articular a influência católica na sociedade. Para tanto, tinha a preocupação em ampliar o número de padres, reformar as suas frentes de atuação e organizar a missão do laicato. Uma missão que fosse ela mesma uma extensão da missão da hierarquia, a dizer: estimular a penetração da Igreja na sociedade.

A diocese de Propriá, localizada na região mais pobre do Estado de Sergipe, foi fundada dois anos depois da sagração de Ângelo Roncalli ao papado. Desde a sua primeira carta pastoral, apresentada pelo bispo dom Brandão, a preocupação com a posição da Igreja no mundo esteve presente (Castro, 1960)¹.

A diocese estava ambientada com os ares da renovação. O bispo dom Brandão vinha da ordem regular dos redentoristas. Eram objetivos dos redentoristas: a evangelização dos mais pobres e o cuidado com os destituídos de apoio espiritual (Heizmann², 1985, p.29) . Apresentavam-se como preocupações iniciais do bispado a ignorância religiosa e os dilemas sociais da população ribeirinha, como o analfabetismo e a miséria (Castro, 1961)³.

Como a maioria do clero brasileiro, a diocese seguia uma posição modernista, no sentido de apoiar uma abertura, mas com o interesse tradicional de pôr a doutrina católica acima das doutrinas temporais. O catolicismo pretendia desafiar o liberalismo e o socialismo pela via estabelecida por Roma. A “cobiça dos patrões”, a “concorrência desenfreada” e a “usura devoradora”, típicas da ordem liberal, eram rechaçadas. O socialismo, por seu turno, era

¹ CASTRO, [Dom] José Brandão de. **Carta pastoral de saudação de Dom José Brandão de Castro** - Bispo de Propriá. [S.l; s.n.], 1960.

² HEINZMANN, padre Josef. **Afonso de Ligório e os redentoristas**. Estrasburgo: Sadifa, 1985. p. 29.

³ CASTRO, José Brandão de. **“Bispo de Propriá lança um apelo: “Um seminário para a terra de Dom Cabral”**”. Fala à imprensa de Belo Horizonte Dom José Brandão de Castro”. In: Senhor Bom Jesus, março de 1961.



visto como aquele remédio que, ao invés de curar, aprofunda a doença (A Defesa, 1962, p.2) ⁴.

A diocese optava pelo caminho da maioria do clero brasileiro. Por temer o avanço do “comunismo ateu”, dirimia as críticas ao liberalismo. Sua ojeriza pelo primeiro era, por assim dizer, visceral. Por conseguinte, não perdia tempo ao salientar a oposição da doutrina social da Igreja à doutrina marxista. Em palestra realizada na Record de São Paulo, no aniversário da independência do Brasil, ano de 1962, o bispo dom Brandão se amparou na doutrina social para alertar que a indiferença dos brasileiros diante dos problemas sociais poderia deixar nas mãos dos comunistas “os argumentos com que tentarão convencer os que sofrem de que a solução só pode estar com eles” (A Defesa, 1962, p. 2)⁵. Naquela palestra, o tom usado por dom Brandão era o de quem via a marcha comunista dobrando a esquina.

84

O clima político explicava o tom da palestra. As radicalizações no processo revolucionário em Cuba angustiavam a diocese de Propriá. Os católicos conservadores, que inicialmente viram alguma justiça naquela Revolução, rapidamente foram criando antipatia pelo processo revolucionário cubano. Rejeitavam as suas radicalizações no campo político e econômico. A Revolução nacionalizou multinacionais, mas também tornou escolas confessionais em propriedades do Estado — uma vez consideradas associadas às agressões imperialistas contra o regime. (Betto, 1987, p. 212-215) ⁶ Algo que foi lido por católicos enquanto uma perseguição à Igreja.

Não foram poucas as publicações da diocese a entoar uma narrativa de ostensiva oposição ao processo revolucionário cubano. O jornal diocesano *A Defesa* apresentava, em sua composição, colunas sobre geopolítica, as quais discutiam os acontecimentos no mundo. Em 1961, quando Cuba já havia se inclinado para o socialismo, o jornal publicou um artigo na coluna “Visão Geral do Mundo”.

⁴ A DEFESA. “Nova figura de trabalhador”, 28 de outubro de 1962, p. 2.

⁵ A DEFESA. “140 anos de Independência com Cristo”, 14 de outubro de 1962, p. 2.

⁶ BETTO, Frei. *Fidel e a religião: conversas com Frei Betto*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 212-215.

Nele, uma crítica áspera aos regimes socialistas chinês, cubano e soviético se sobressaiu. O artigo pontuava as querelas que existiam entre Igreja e Estado nos países comunistas (A Defesa, 1961, p.2) ⁷. A própria aproximação dos comunistas com a Igreja foi vista como uma das táticas comunistas para conquistar adeptos⁸.

Acerca da estrutura fundiária brasileira, a posição da diocese era muito próxima a da defesa pela reforma agrária, tal qual defendida por setores mais avançados da Igreja, no início da década de 1950. Uma posição marcada pela denúncia do grande latifúndio, porém crendo que sua solução se daria com o desenvolvimento técnico-econômico e com a cooperação entre “camponeses” e proprietários. A respeito, Scott Mainwaring citou a primeira declaração importante de um bispo brasileiro em defesa da reforma agrária, datada do início dos anos 1950. Era uma declaração do bispo dom Inocêncio Engelke, da cidade mineira de Campanhas. Mainwaring recordou que, para esse bispo, a cooperação entre camponeses e fazendeiros seria uma das resoluções para os problemas dos primeiros⁹.

Perspectiva evidenciada na entrevista que dom Brandão concedeu ao jornal católico *Senhor Bom Jesus*. O bispo teceu uma crítica ríspida ao grande latifúndio no Estado de Sergipe e defendeu a necessidade “imperiosa” de uma reforma agrária no Nordeste.¹⁰ Porém, na mesma entrevista, dom Brandão lembrou o caso de um fazendeiro de Lagarto que doou terras a 300 famílias, segundo ele, “com excelentes resultados para a economia da região”¹¹.

Não foi por acaso que dom Brandão lembrou esse caso. Estava alimentando a lógica da cooperação entre proprietários e trabalhadores rurais. Numa manchete de *A Defesa*, “Como queremos a reforma agrária”, a posição conciliatória também se manifestou nas

⁷ A DEFESA. “Visão Geral do Mundo”, 15 de novembro de 1961, p. 2.

⁸ Ibidem.

⁹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 73.

¹⁰ A DEFESA. “O bispo de Propriá fala ao jornal ‘Senhor Bom Jesus’”, 15 de novembro de 1961, p. 3.

¹¹ Ibidem.



palavras do monsenhor Sant’Ana, que agradecia a Deus pela existência dos muitos fazendeiros “compreensivos e dedicados”. Defendia uma reforma agrária com as “bênçãos de Deus e da Igreja”, num clima de liberdade, sem o controle do “Senhor Estado totalitário”¹².

A relação da diocese com os proprietários era estável. A sua defesa pela reforma agrária não a colocava na lista de perseguidos pelo conhecido “partido do boi”. Formado por grandes proprietários de terras sergipanos, o “partido do boi” era assim chamado em razão da sua influência na vida política. O “partido do boi” tinha um nome oficial no Estado: Sociedade dos Criadores. Segundo Figueiredo, a mencionada Sociedade reunia “donos de engenhos, usineiros, grandes fazendeiros, todos os reacionários e golpistas do Estado, cada um mais armado e mais violento que o outro. Segundo este autor, a Sociedade dos Criadores “incendeia, verbalmente, Sergipe, monta central de boatos e cochichos falam, a toda hora, em invasão de propriedades por ‘subversivos’ e ‘comunistas’”¹³.

Neste contexto, dias antes do golpe de 1964, a Sociedade dos Criadores realizou um encontro na cidade de Lagarto. Segundo longa matéria do jornal *Folha Popular*, os latifundiários presentes no encontro bradaram contra a “intranquilidade” política no Estado. Um dos pregadores pediu a união da classe para expulsar “comunistas” de Sergipe. O arcebispo de Aracaju, Dom Távora, era uma das pessoas que o grupo queria expulsar do Estado¹⁴.

A diocese de Propriá também concelebrava muitas das iniciativas da política externa norte-americana dos tempos de John Kennedy. A mencionada diocese foi uma das instituições que teceu laços à vinda do embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, a Sergipe, no ano de 1963. Os integrantes do nacional-reformismo viam o embaixador Norte-americano como um alienígena a se meter nos assuntos nacionais. Os grupos que defendiam o governo de João Goulart - o Jango - em Sergipe condenaram a visita de Gordon. Di-

¹² SANT’ANA, [Monsenhor] José Moreno. “Como queremos Reforma Agrária”. In: A Defesa, 30 de novembro de 1961, p. 1.

¹³ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe (1962-1975)*. Aracaju: [S.n; s.d], p. 51.

¹⁴ FOLHA POPULAR. “O regime de latifundiários envelheceu e ninguém poderá evitar sua morte”, 21 de março de 1964, p. 1.



versas entidades políticas da situação lançaram uma nota de repúdio contra a presença do embaixador no Estado.¹⁵

A União Estadual dos Estudantes Universitários de Sergipe (UEES) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) encabeçaram a lista de entidades que manifestaram o seu repúdio ante a presença de Gordon. Uma manifestação pública foi realizada.¹⁶ As críticas dos grupos de esquerda às ingerências de Gordon nos assuntos domésticos faziam sentido. Gordon mantinha relações que iam da Agência Central de Informações (CIA) ao Departamento de Estado Norte-americano, cultivando ligações diretas com os próceres do complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Este complexo empreendia, engenhosamente, a desestabilização do governo Jango.¹⁷ Para os grupos ligados ao presidente, não havia dúvidas sobre a atuação de Gordon nas sombras do poder: ele era um conspirador. Por isso, em Sergipe, repudiavam a sua presença.

Ariosvaldo Figueiredo, que também era colunista do jornal *Gazeta de Sergipe*, pontuou que o ato contra a visita de Gordon a Sergipe foi “dos mais concorridos e vibrantes”. Asseverou: “Sergipe grita contra o embaixador norte-americano”.¹⁸ Contudo, saiu do jornal da diocese de Propriá uma das mais intransigentes defesas da presença do embaixador. A matéria “*Bem-vindo, Mr. Gordon*”, publicada pelo jornal *A Defesa*, desaprovou a manifestação realizada em Aracaju e atacou os grupos que articularam a manifestação contra o embaixador.

O município de Propriá tinha nomes afinados com o nacionalismo de esquerda de Leonel Brizola. Nas eleições de 1962, a cidade elegeu o médico Geraldo Maia como prefeito da cidade: figura conhecida dos bairros pobres de Aracaju¹⁹. Geraldo Maia era médico.

¹⁵ FOLHA POPULAR. “**Protestar junto ao povo contra a vinda a Sergipe do Gringo Lincoln [sic] Gordon**”, 06 de abril de 1963, p.1.

¹⁶ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 14.

¹⁷ DREIFUSS, René. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 80-81 e 102.

¹⁸ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 13.

¹⁹ *Ibidem*, p. 50.



O prefeito de Propriá prestava serviços médicos gratuitos à população carente dos bairros pobres da capital, como o bairro Santos Dumont.

Geraldo Maia também era irmão do deputado estadual Cleto Sampaio Maia, líder do governo na Assembleia Legislativa. Enquanto Geraldo Maia apoiava a organização do maior Sindicato Rural do Estado, Cleto Sampaio aprovava, na Assembleia, as suas moções em favor das reformas de base do governo Jango.²⁰ Os irmãos Maia eram dois nomes importantes do bloco nacional-reformista. Ambos chegaram a ter destaque em algumas edições do jornal da diocese de Propriá.

A diocese tinha, porém, maior afinidade com nomes do bloco da oposição a Jango. Dentre estes, destaca-se o deputado Lourival Baptista, que recebia as loas diocesanas. Lourival mantinha conexões com o bloco que costurava a oposição às reformas de base e o desgaste do governo Jango. Lourival aparece na lista com os nomes dos políticos que perfilavam a trilha da conspiracionista Ação Democrática Parlamentar, uma das frentes de atuação do IBAD. Era ele mesmo ligado à sigla ibadiana ADP²¹, mas um tipo de político palatável para o espírito diocesano. Afinal de contas, Lourival conseguia, corriqueiramente, recursos para as instâncias da diocese. Contudo, o fato de os irmãos Maia pertencerem a uma corrente política inversa não impediu que tivessem uma relação amistosa com a diocese, às vezes, até cooperando para a implantação de projetos comuns — como se verá adiante.

A Igreja tinha os seus “tipos ideais” de políticos. Para os modernistas-conservadores católicos, a gestão do presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, era exemplar. O jornal *A Defesa* foi um dos veículos do catolicismo nacional a exaltar o presidente — jovem e católico — dos Estados Unidos. Logo após o assassinato desse presidente, *A Defesa* sugeria que o motivo da tragédia era certamente o fato de Kennedy ser um “exímio defensor da verdadeira demo-

²⁰ Ibidem, p. 16.

²¹ DREIFUSS, René. *Op. Cit.*, p. 322.

cracia”.²² O jornal *A Defesa*, mesmo duas semanas após a morte de Kennedy, destinou a ele uma manchete, no dia 8 de dezembro de 1963, que exclamava o “último pedido de Kennedy a Deus”: a paz e a justiça.²³

Embora o jornal da diocese de Propriá tecesse críticas aos Estados Unidos, na prática, enaltecia os condutores do governo norte-americano. Saudava a presença de Gordon e estampava, em suas páginas, o caráter pacífico, democrático e humano do governo Kennedy. O fato de ele ter permitido, em 1961, a invasão à Baía dos Porcos, em Cuba, não parecia causar incômodo em seu periódico.

Não à toa o programa norte-americano “Aliança para o Progresso” foi aplaudido pela diocese. O referido Programa foi criado em março de 1961. Tinha como meta promover algumas reformas modestas, focadas na assistência externa, através do auxílio norte-americano. Por trás da filantropia, um interesse político que foi denunciado por Miguel Arraes. O programa foi acusado por ele de fazer parte do pacote de ingerências dos Estados Unidos na economia e política brasileira.²⁴

A linha assistencialista do programa “Aliança para o Progresso” parecia complementar a linha paternalista da diocese. Isso foi reconhecido pelo próprio bispo dom Brandão mais de duas décadas depois. Segundo ele, as primeiras ações da diocese, sob a sua orientação, foram paternalistas, o que incluía a ação em defesa da campanha do leite em pó norte-americano.²⁵

Pode-se concluir que não havia divergências entre a linha defendida pela diocese de Propriá e a política externa norte-americana do período Kennedy. Embora receptiva à atualização da doutrina social da Igreja, a diocese perfilava o caminho daquelas instâncias católicas modernistas que acabavam sendo subtraídas

²² A DEFESA. “Presidente John Kennedy”, 23 de novembro de 1963, p. 1.

²³ A DEFESA. “Último pedido de Kennedy a Deus: dai a paz e a justiça”, 08 de dezembro de 1963, p. 4.

²⁴ PARKER, Phyllis. 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 71.

²⁵ CASTRO, [Dom] José Brandão. *Mensagem de Santo Antônio*. [Entrevista concedida pelo Bispo de Propriá a Luciano Bernardi. [S.l.], 04 de abril de 1984, p. 10.



do campo popular-reformista e acomodadas nos planos do bloco modernizante-conservador que buscavam desestabilizar o governo Jango. Isso se devia ao proselitismo, ao anticomunismo visceral, à ação eficiente da elite orgânica do capital multinacional e de outras frentes da oposição.

Numa coluna de dom Brandão, datada de agosto de 1963, foi discutida a posição da Igreja sobre a política. O bispo comentou que, uma vez abraçando o sacerdócio, os religiosos tomam a decisão de jamais se imiscuir em lutas partidárias. Dom Brandão defendeu que a “isenção de ânimo” nos assuntos políticos era a opção preferível à Igreja. Porém, sublinhou que a isenção não deveria ser confundida com neutralidade. Um belo jogo de palavras.²⁶ Todavia, a “isenção de ânimo”, defendida por dom Brandão, faltou ao encontro com a prática diocesana. Ao menos era o que apontavam inúmeras edições do jornal *A Defesa*. O periódico não perdia tempo nas condenações ao bloco nacional-reformista. Uma ilustrativa manchete do dia 30 de maio de 1963 exclamava contra a greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Estampando aquele manifesto, *A Defesa* turvava a sua suposta “isenção” com a denúncia: “C.G.T. Quer é Desordem”.²⁷

Em Sergipe, a presença do padre Alípio de Freitas causou crises nos conservadores. Os deputados Nivaldo Santos e Sebastião Figueiredo exortavam a Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) contra as congratulações daquele parlamento às pregações do padre Alípio de Freitas, pelo seu trabalho em defesa das reformas para o país. O padre Alípio de Freitas era natural de Portugal. Vivia no Brasil desde a década de 1950. A visita a Sergipe, no ano de 1963, fazia parte de uma série de viagens pelo país para divulgar suas ideias, consideradas radicais, em defesa das reformas de base do governo Jango. Seu nome causava as mais variadas excitações na cena política.²⁸

²⁶ A DEFESA. “Nós e a política”, 31 de agosto de 1963, p. 2.

²⁷ A DEFESA. “Frente Sindical Nacionalista – C.G.T. Quer é Desordem”, 30 de maio de 1963, p. 1.

²⁸ SILVA, Wellington. *Catolicismo e golpe de 1964*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018, p. 228.



Em Sergipe, a defesa pelas reformas tinha o apoio da Sociedade União dos Operários Ferroviários (SUOF), da União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES), do Movimento de Educação de Base (MEB), estimulado pelo arcebispo dom Távora, da Associação dos Servidores Públicos do Estado de Sergipe (ASPES), da SUPRA, sob a batuta de Ariosvaldo Figueiredo, e do jornal *Gazeta de Sergipe*, comandado pelo empresário, com ares progressistas, Orlando Dantas. Todos eles, a seu modo, perfilavam a trilha do nacional-reformismo e incomodavam as elites tradicionais.

Por sua vez, a diocese de Propriá entoava a “agenda do medo”.²⁹ O anticomunismo era forte na diocese de Propriá. A sua inclinação reformista foi por ele limitada. A diocese acabou rapidamente assentada nas fileiras do reformismo conservador, não aceitando posturas radicais em defesa das reformas de base, como as do padre Alípio.³⁰ A legitimação das intervenções norte-americanas no país e a “agenda do medo” engrossaram as páginas do seu periódico.³¹ Não tardou para caucionar a sanha autoritária que grassou no país, em Sergipe e nos municípios ligados a ela.



O golpe bate na porta de Deus

Mesmo considerando a abertura da instituição para as proposições conciliares, o olhar para o social na diocese seguia a linha majoritária da Igreja: modernista-conservadora. Quer dizer, uma linha assentada na abertura, por isso modernista; mas uma abertura limitada, pois, preocupada que possíveis excessos abrissem brechas para a penetração de ideias “heréticas” nas fileiras da instituição. Essa posição sibilina apostava em reformas sociais, por isso, as reformas de base não eram negadas. Negava-se o governo que as propunha, pois ele era visto enquanto leniente com a “comunização” do país. As reformas sociais deveriam ser feitas, mas conduzidas por outras “mãos”. As “mãos” de quem? Certamente não as de Jango, nem as do bloco nacional-reformista.

²⁹ SILVA, Wellington. Op. Cit., p. 247.

³⁰ CASTRO, dom José Brandão de. “Bispo Diocesano fotografado com o Padre Alípio”, 29 de setembro de 1963, p. 1.

³¹ A DEFESA. “Aliança para o Progresso em Foco”, 20 de setembro de 1963, p. 3.

Assim pensava o bispo. Seguiu a linha de raciocínio de um sem-número de instituições que admitiam a construção de um pacote reformista para o país, entretanto, que fosse dirigido por outras forças políticas. Desse modo, coroava-se uma das principais estratégias da elite orgânica do bloco do capital multinacional e associado: atrair para o seu campo expressivos representantes do conservadorismo reformista.³² Sim, havia um reformismo-conservador, e a diocese de Propriá seguia o seu caminho. Entretanto, não é correto pensar que os grupos reformistas-conservadores estavam a reboque da elite orgânica do capital, servindo de “massa de manobra” para ela. O que houve foi uma acomodação daqueles grupos no heterogêneo bloco oposicionista.

Para que se tenha uma ideia da complexidade da questão, muitos dos grupos que propagavam críticas ao governo mantinham certa crença de que Jango estava em disputa. Não temiam Jango, pois era sabido por todos que se tratava de um político do diálogo: um estancieiro vindo de uma rica família, que certamente nada tinha de comunista. Porém, temiam a presença de elementos esquerdistas no bloco por ele capitaneado. Numa matéria de o jornal *A Defesa*, o apelo feito por Adhemar de Barros para que Jango se “desvincule do Grupo Esquerdista” foi ressaltado.³³ Nota-se que Jango também estava em disputa para a diocese. Contudo, a cada guinada à esquerda do governo, a ilusão da disputa se embaçava.

Quando a relação com a política se dava no âmbito local, a questão ficava ainda mais complexa. Os diálogos da diocese com o prefeito Geraldo Maia chegavam a ser frutíferos. Mesmo com o irmão do prefeito, Cleto Sampaio, o intrépido defensor das reformas de base, havia uma relação amistosa. Na fundação da Creche São José, em 1º de maio de 1963, uma manifestação popular foi promovida pelo prefeito da cidade. Uma passeata de operários e trabalhadores rurais desfilou por Propriá, passando pela catedral diocesana “ao cair da noite”. Os oradores dos festejos eram: o prefeito Geraldo

³² NETTO, José. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 61.

³³ A DEFESA. “Ademar e Jango”, 15 de abril de 1963, p. 1.



Maia, o seu irmão Cleto Sampaio Maia e o bispo dom José Brandão de Castro. *A Defesa* classificou o prefeito como “médico ilustre e benquisto”. O deputado Cleto Sampaio assegurou que solicitaria da Assembleia Legislativa um montante de cinquenta mil cruzeiros para a subvenção mensal da creche – através da Lei nº 113, de 17 de junho de 1963³⁴. Dom Brandão benzeu as instalações e agradeceu aos colaboradores.³⁵

Na mesma edição do boletim diocesano, uma matéria versou sobre um encontro entre eles, em Propriá. Encontro organizado pela União Sergipana dos Estudantes Secundários (USES) e realizado na sede dos Cavalheiros da Noite. Mais uma vez, ocupavam o mesmo espaço o prefeito Maia, o seu irmão, Cleto, e o bispo dom Brandão, além de outras autoridades civis e dos estudantes secundaristas. Novamente, *A Defesa* fez questão de ressaltar a postura dos irmãos Maia. O jornal diocesano foi categórico a respeito da conferência sobre as reformas de base apresentada por Cleto naquele encontro.³⁶

Adiante, a matéria destacou as duas reuniões realizadas nos dias seguintes. Segundo *A Defesa*, na primeira reunião, o prefeito Geraldo Maia pontificou com “invulgar brilhantismo”. Na segunda, foi a vez do bispo dom Brandão pontificar com a mesma qualidade.³⁷ Ainda deu tempo de classificar o prefeito e o bispo como “dois gigantes do pensamento”, os quais “prenderam a atenção do auditório por muito tempo, enquanto dissertavam com destemido fulgor sobre as reformas de base, sem nada lhes escapar a visão brilhante”.³⁸

Lendo a matéria na íntegra, percebe-se o entusiasmo diante de um encontro que tinha por meta discutir reformas estruturais na sociedade, incluindo as de base, propostas por Jango. Fica perceptível que a diocese de Propriá não tinha uma posição contrária às reformas. Aberta à atualização da doutrina social da Igreja, não ha-

³⁴ A DEFESA. “Creche São José: Aprovada a Subvenção – Novas possibilidades”, 15 de julho de 1963, p. 4.

³⁵ A DEFESA. “Em plena atividade a Creche São José”, 30 de maio de 1963, p. 2.

³⁶ A DEFESA. “Vida estudantil”, 30 de maio de 1963, p. 3.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.



via dúvidas de que reformas estruturais deveriam ser feitas. Mas o anticomunismo e a “relação dialética entre a busca do novo e a velha prática religiosa” encetaram uma posição dúbia, escorregadia, capaz de empurrar a diocese para os panteões da oposição que vociferava contra o governo federal.³⁹

A atmosfera anticomunista e a “agenda do medo” orquestravam uma paranoia psicossocial em cima da crença do inimigo oculto que, para muitos, infiltrava-se no país. A respeito disso, José Paulo Netto apontou a existência de uma “atmosfera psicossocial de confronto e de caos”. Estampava-se a mensagem: “‘a corrupção’ e a ‘subversão’ estariam tomando conta do Brasil e as ‘forças vivas na nação’ já não podiam ‘suportar um presidente desacreditado’”.⁴⁰ O governo Jango era atacado ostensivamente pela campanha das direitas. Tal governo assistiu os reformistas-conservadores cair de vez nos braços da oposição. Ademais, o presidente era ainda asfixiado pelas pressões econômicas advindas da Casa Branca. Da embaixada norte-americana, comandada por Lincoln Gordon, o programa “Aliança para o Progresso” encaminhava recursos para os governadores e prefeitos da oposição, ao mesmo tempo em que era suspenso o financiamento ao governo federal.⁴¹

A força das esquerdas em Sergipe poderia ser uma ilusão, mas não a dos conservadores. Estes se articulavam no Estado engenhosamente, captando recursos para a sua empreitada contra o bloco reformista sergipano. Foram graves as denúncias feitas por Ariosvaldo Figueiredo sobre a compra de armas da Sociedade dos Criadores. Não era apenas a chegada de armas que preocupava o delegado da Superintendência da Reforma Agrária do governo estadual (SUPRA). Segundo dito por Ariosvaldo, na reunião dos grandes proprietários de terra em Lagarto, a Sociedade dos Criadores levantou um capital inicial de um milhão de cruzeiros velhos, visando

³⁹ Sobre a questão da “relação dialética entre a busca do novo e a velha prática religiosa”, ver: IOKOI, Zilda. **Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 21.

⁴⁰ NETTO, José. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 63.

⁴¹ *Ibidem*, p. 59-60.



construir sua sede social e montar uma estação de rádio. Sobre a entrada de armas, Ariosvaldo assegurou categoricamente:

Muitas armas, caixas e mais caixas de revólveres, metralhadoras e munições entram, facilmente, em Sergipe, compradas, especialmente, por Augusto do Prado Franco, os irmãos Rosendo Ribeiro Filho e José Raimundo Ribeiro, que as distribuem entre os fazendeiros, verdadeiros arsenais nas propriedades, clima de guerra em um estado sabidamente manso, pobre, pacífico, sem nenhuma Liga Camponesa, sem nenhum conflito sério, até então, entre proprietários e trabalhadores rurais.⁴²

As denúncias foram feitas ao coronel Arivaldo da Silveira Fontes, o Secretário de Segurança Pública do Estado. Ariosvaldo Figueiredo lembrou que o secretário confirmou as denúncias. No entanto, a confirmação não bastava. Pouco efeito surtiu. Alguns anos após o golpe de 1964, um dos nomes citados na lista de compradores de armas, Rosendo Ribeiro Filho, sentiu-se seguro para prometer criar, em Sergipe, o grupo paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a fim de “acabar com as greves comandadas por comunistas e oportunistas que querem perturbar a paz social sergipana”.⁴³

Por um lado, a moral dos vencedores; por outro, o lamento dos vencidos. Consumado o golpe, em Sergipe, o governador Seixas Dória, num gesto de altivez, recusou a proposta indecente de renunciar às suas inclinações reformistas. Acabou condenado no processo encaminhado a 6ª Região Militar por “culpabilidade em atividades subversivas”. Preso, foi enviado para a Ilha de Fernando de Noronha, onde já se encontrava o seu amigo Miguel Arraes, também vitimado pelas arbitrariedades da nova ordem.⁴⁴

⁴² FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 68.

⁴³ *Ibidem*, p. 220.

⁴⁴ SERGIPE. DOSSIÊ de João de Seixas Dória. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P95/05. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).



O cerco também se fechou para os irmãos Geraldo e Cleto Sampaio Maia. Não importava as realizações do prefeito Geraldo Maia. Sem clemência, foi vítima da arbitrariedade, também por “subversão”.⁴⁵ Seu irmão, Cleto, teve o mesmo fim. Contra ele, denúncias ainda mais graves foram feitas. Classificado como subversivo e agitador, sua participação no comício da Paraíba, suas defesas pelas reformas e a acusação de que tentou invadir o município de Cedro de São João para depor o prefeito dessa cidade recheavam a sua ficha criminal. Curioso notar que Cleto também foi alvo do arbítrio por participar da campanha de alfabetização baseada no método Paulo Freire.⁴⁶

Entre o apelo por reformas e o medo do comunismo, a diocese de Propriá ficou do lado da “Revolução”. Puxou os seus fiéis para as marchas no Baixo São Francisco. Entusiasmado, o bispo citava as dúbias palavras de dom Hélder para defender a sua posição: “as reformas eram uma bandeira certa em mãos erradas”.⁴⁷ Uma manchete de *A Defesa* deixava claro que “o Brasil camponês confia na Revolução”.⁴⁸ Numa outra, o terço era exaltado como a “força das forças”. Comemorava-se a Pátria livre do “Credo vermelho e de sua prole macabra: terror, despersonalização, crimes, roubos, escravidão, desespero, morte”.⁴⁹

A confiança de que as reformas seriam feitas pelas “mãos certas” foi expressa em seus editoriais. Castelo Branco foi classificado como “o grande Presidente que Deus nos deu, notável pelo seu espírito de equilíbrio”. Nas mãos dele, depositava-se a confiança de que sairiam as reformas necessárias para o país, a saber: a agrária, a bancária, a habitacional e “todas as demais reformas que se fizerem mister”.⁵⁰ O

⁴⁵ SERGIPE. DOSSIÊ de Geraldo Sampaio Maia. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P193/05. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

⁴⁶ SERGIPE. DOSSIÊ de Cleto Sampaio Maia. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P88/05. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

⁴⁷ A DEFESA. “O Brasil Camponês Confia na Revolução”, 13 de junho de 1964, p. 1.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ A DEFESA. “Força das Forças – O Terço”, 15 de abril de 1964, p. 1.

⁵⁰ A DEFESA. “O Brasil Camponês Confia na Revolução”, 13 de junho de 1964, p. 1.



editorial de 13 de junho de 1964 apresentava a visão do bispo sobre os acontecimentos recentes. Para ele, “um suspiro de alívio atravessou o Brasil” quando se tornou público que, em poucas horas, “o poder tinha saído das mãos dos que estavam para lançar-nos na órbita de Moscou ou de Pequim”.⁵¹

As marchas chegaram também a Propriá. De acordo com a pesquisadora Solange Simões, a grande maioria das marchas ocorreu depois de consumado o golpe de Estado, com o objetivo semelhante daquelas realizadas antes do golpe: legitimar a intervenção militar.⁵² Dom Brandão estava em Recife quando aconteceu a “Marcha da Família com Deus em Ação de Graças”, na cidade de Propriá. Enviou uma mensagem que foi lida pelo cura da catedral, o padre Paulo Lebeau, um dos redentoristas estrangeiros recém-chegados na diocese.⁵³ As marchas se seguiram pelas cidades de Japoatã, Aquidabã e Cedro de São João.⁵⁴ No chamado “Dia da Vitória”, com terços nas mãos, no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, fiéis agradeceram aos seus santos pelo “triumfo”.

Contudo, na “alegria da vitória”, havia o perigo de se pensar que “o povo não tinha razão para se angustiar e reclamar as reformas”, disse o bispo. De todo modo, o otimismo fazia morada em suas palavras: “O Brasil inteiro confia na Revolução [...]. E espera que para cada brasileiro tenha raiado a aurora de tempos realmente novos”.⁵⁵ O jornal *A Defesa* apresentava a versão oficial da diocese. A “alegria” das marchas e a ação das Forças Armadas foram justificadas, livraram o país de um golpe “rubro-ditatorial”, que “transformaria



⁵¹ Ibidem.

⁵² SIMÕES, Solange. **Deus, Pátria e Família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 107.

⁵³ Ibidem. O padre Paulo Lebeau era um redentorista belga. Chegou à diocese com outros redentoristas para ampliar o quadro de sacerdotes na diocese. A chegada desses religiosos foi estimulada pelos pedidos de dom Brandão, enquanto esteve na Europa, durante o Vaticano II. Cf. “Festivamente recebidos em Propriá os redentoristas”. *A Defesa*, 23 de fevereiro de 1964, p. 1.

⁵⁴ A DEFESA. “O Brasil Camponês Confia na Revolução”, 13 de junho de 1964, p. 1.

⁵⁵ Ibidem.

o Brasil numa nova Cuba”. Enfim, o “barril de pólvora” que “estava prestes a explodir” tinha sido apagado.⁵⁶

Após o golpe, mudanças agitaram a vida política sergipana. Os apoiadores do bloco nacional-reformista saíram de cena, dando lugar a novos dirigentes políticos. A diocese de Propriá saudava os novos nomes, dava a sua contribuição simbólica para a conformação da nova ordem. Acerca da perda de mandato do prefeito Geraldo Maia, pouco foi dito. Nenhum editorial do órgão oficial da diocese saiu em defesa do prefeito, antes ressaltado pelas suas páginas como um “gigante do pensamento”, que pontificava com “invulgar brilhantismo”. Um político que levava a sério o seu “gigantesco programa administrativo”, realizando suas obras “em tempo recorde”. As exaltações sobre o “operoso Prefeito de Propriá” se desmancharam como um castelo de areia. E deram lugar ao otimismo, com a chegada do novo prefeito, Jackson Figueiredo Guimarães, então presidente da Câmara dos Vereadores de Propriá.⁵⁷

Nessa cidade, uma operação militar, liderada pelo capitão Antônio Dantas Bião, foi desencadeada para aprofundar a perseguição aos opositores da “Revolução”.⁵⁸ A *Defesa* noticiou a operação sem tecer nenhum julgamento crítico sobre ela. Pelo contrário, utilizou do léxico “revolucionário” para reafirmar que a operação consistia na continuação dos levantamentos sobre a “subversão”, na cidade, e irregularidades no setor administrativo.⁵⁹ De fato, o último ponto fazia sentido. Logo que se impôs a nova ordem, os seus títeres fizeram questão de pôr atrás das grades os agentes públicos envolvidos em esquemas ilícitos.

Preocupavam-se em passar a impressão de que a nova ordem restauraria moralmente o país, afastando-o não apenas dos subversivos, mas também dos corruptos. O mesmo acontecia com os acusados de corrupção. Por isso, o prefeito do município de Telha asseverou: “Não esqueçam que eu estou preso por corrupção”. Com

⁵⁶ A DEFESA “Força das Forças – O Terço”, 15 de abril de 1964, p. 1.

⁵⁷ A DEFESA. “Notícias de Propriá”, 30 de abril de 1964, p. 4.

⁵⁸ Cf. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 95-96.

⁵⁹ A DEFESA. “Militares trabalham ainda em Propriá”, 13 de junho de 1964, p. 4.



essas palavras, parecia que o prefeito preferia ser corrupto a subversivo⁶⁰. Dessa forma, muitos populares achavam que os presos políticos eram levados às grades por corrupção ou por algum outro ato ilícito. A *Defesa* publicava informes que enalteciam a realização “revolucionária” do expurgo “moral”, que seguia após a realização do expurgo “ideológico”.⁶¹ Outros prefeitos, de cidades acopladas pela diocese de Propriá, foram caindo. Alguns até por engano, depois sendo reempossados. O prefeito do município de Amparo do São Francisco, Epaminondas Martins, foi preso por equívoco⁶². O prefeito Carlos Torres, de Neópolis, foi afastado da prefeitura. Depois que “assumiram o equívoco” do afastamento, Carlos Torres foi reempossado⁶³. A diocese ia legitimando a onda de cassações e intervenções. Mas em nenhum caso a cooperação da diocese com a nova ordem ficou tão evidente quanto no da cidade de Cedro de São João.

Nessa cidade, A *Defesa* informou que o Supremo Comando do Estado de Sergipe achou por certo delegar ao padre Manuel Guimarães, pároco da cidade, os poderes de prefeito.⁶⁴ Da conhecida família Guimarães, o padre Manuel exercia suas atividades na região antes mesmo da criação da diocese: um nome conhecido e da mesma família do também padre Evêncio Guimarães. Dom Brandão foi consultado sobre a medida, afinal, como bispo, poderia negar a sua anuência ao pedido. Conforme o jornal diocesano, o prelado pontuou que, numa situação normal, não daria a sua anuência; mas, em seguida, acrescentou: “Nas circunstâncias atuais [...], como medida de exceção, não se opunha à aceitação do cargo pelo Pároco de Cedro”.⁶⁵

⁶⁰ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 95.

⁶¹ A DEFESA. “**Expurgo Moral**”, 15 de abril de 1964, p. 1.

⁶² FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 95.

⁶³ A DEFESA. “**Reempossado o Prefeito Carlos Torres**”, 30 de maio de 1964, p. 2.

⁶⁴ O informe se referia, certamente, ao Alto Comando Revolucionário de Sergipe. Segundo Ibarê Dantas, ele era composto pelos comandantes do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), da 19ª Circunscrição de Serviço Militar (19º CSM) e da Capitania dos Portos. Cf. DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe. 1964-1984: partidos e eleições num Estado autoritário**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014, p. 38.

⁶⁵ A DEFESA. “**Padre Manuel Guimarães à frente da Prefeitura de Cedro**”, 27 de junho de 1964, p. 1.



Com a decisão do bispo, a diocese conquistava uma prefeitura, ressaltava a sua aliança com a nova classe dirigente. Inicialmente, não parecia haver contradições entre apoiar as reformas de base em paralelo ao apoio da nova ordem política. Segundo a nota diocesana *Reformas Estruturais*, o general Castelo Branco já estudava um esquema “para as reformas do país serem encaminhadas ao Congresso”.⁶⁶ As palavras de dom Jaime Câmara eram evocadas no jornal *A Defesa*: “Veio na hora a resposta do céu”.⁶⁷ Paralelo a isso, o realce das “aspirações” do novo presidente: “restaurar a legalidade e revigorar a democracia, estabelecer a paz e promover o progresso da justiça social”.⁶⁸

Congratulações também para o novo governador de Sergipe, Sebastião Celso de Carvalho. Vice-governador do Estado durante o governo Dória, o órgão oficial da diocese desejou para Celso de Carvalho a “assistência divina”.⁶⁹ Por outro lado, pouco se comentou sobre a deposição de Seixas Dória. Assim como Geraldo Maia, foi dito apenas que o afastamento se deu “em virtude dos últimos acontecimentos no País”.⁷⁰ Sobre as denúncias de que os prisioneiros — dentre eles, Seixas Dória — estavam sendo vítimas de maus-tratos e torturas, na Ilha de Fernando de Noronha, *A Defesa* levantou passagens da entrevista concedida por Ilza Porto ao jornal *Gazeta de Alagoas*. Parecia querer acalmar a consciência dos seus leitores.

Em letras garrafais, três títulos davam ênfase ao que se passava na prisão. Segundo comentado na entrevista: “Absoluta tranquilidade”, “Bom tratamento” e “Clima de Paz”. A líder de um grupo feminino de Alagoas, Ilza Porto, assegurava que os presos “estão muito

⁶⁶ A DEFESA. “Reformas estruturais”, 15 de abril de 1964, p. 1.

⁶⁷ A DEFESA. “Dom Jaime Câmara”, 15 de abril de 1964, p. 1.

⁶⁸ A DEFESA. “Novo presidente da República”, 15 de abril de 1964, p. 1.

⁶⁹ A DEFESA. “Novo Governador de Sergipe”, 15 de abril de 1964, p. 4.

⁷⁰ A DEFESA. “Notícias de Propriá”, 30 de abril de 1964, p. 4. No caso do prefeito de Neópolis, monsenhor Sant’ana leu uma crônica na emissora de rádio *Rio São Francisco*, que foi publicada no jornal diocesano. A diocese tomou uma posição contrária ao afastamento do prefeito, afirmando que ele se deu em razão de uma “injusta denúncia”. A DEFESA. “Reempossado o Prefeito Carlos Torres”, 30 de maio de 1964, p. 2.

bem tratados, com mais regalia e conforto do que merecem”.⁷¹ Para *A Defesa*, apresentar a entrevista enviesada sobre os presos políticos parecia mais prudente do que apresentar os motivos arbitrários das suas prisões. Algo que ratifica o aval diocesano às cassações políticas, no âmbito estadual e nacional.

Considerações finais

Portanto, não restam dúvidas que a diocese de Propriá deu o seu beneplácito para a instauração da nova ordem. O “perigo comunista”, que nunca existiu, verdade seja dita, naquele momento, pareceu afastado pela intervenção das “gloriosas Forças Armadas”.⁷² Ansiosamente, a diocese aguardava que as “mãos certas” emplasassem as reformas estruturais no país.

A campanha golpista não seria exitosa sem a adesão de diversas instituições da sociedade civil, dentre elas, a Igreja Católica. O rosário, o nome de Deus, a participação de padres e bispos e um sem-número de entidades, que contavam com a cobertura da Igreja Católica, materializaram-se nas mais variadas manifestações públicas contra Jango. A principal foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Depois dela, sobrou a agonia para o bloco de poder nacional-reformista.

A oposição parecia oferecer as “mãos certas” para realizar as reformas estruturais pleiteadas pelos modernistas-conservadores da Igreja. Não custa lembrar que os grupos católicos não foram uma “massa de manobra” dos conspiradores. Eles tinham as suas motivações para aderir ao golpe. O anticomunismo manifesto em modernistas-conservadores da Igreja lia o governo Jango enquanto incapaz de frear o suposto “espectro” comunista a “rondar” o país. Por isso, procuraram, na oposição a Jango, as “mãos certas” para hastear as “bandeiras certas”. Porém, das “mãos” da oposição, não encontraram as reformas de base, mas o projeto de modernização conservadora. O respaldo dado por frentes católicas, incluindo a

⁷¹ A DEFESA. “Sobre Fernando de Noronha”, 30 de abril de 1964, p. 1.

⁷² Cf. “Força das Forças – O Terço”. *A Defesa*, 15 de abril de 1964, p. 1.

diocese de Propriá, à oposição a Jango favoreceu o golpe de 1964 e a instauração de um novo ciclo político no Brasil.

É difícil imaginar que essa mesma diocese, na virada da década de 1960, converteu-se, surpreendentemente, numa das mais intrépidas vozes de oposição à ditadura e à ordem local. Tal “conversão” não cabe ser analisada neste momento, mas, parece oportuno, mencionar que uma surpreendente mudança ocorreu em sua linha político-ecclesial. O que coube a este artigo foi analisar a participação e influência dessa diocese no processo golpista que derrubou um presidente legítimo e instaurou uma ditadura militar no país.

Referências

A DEFESA. “**140 anos de Independência com Cristo**”, 14 de outubro de 1962

A DEFESA. “**Ademar e Jango**”, 15 de abril de 1963

A DEFESA. “**Aliança para o Progresso em Foco**”, 20 de setembro de 1963

A DEFESA. “**Creche São José: Aprovada a Subvenção – Novas possibilidades**”, 15 de julho de 1963

A DEFESA. “**Dom Jaime Câmara**”, 15 de abril de 1964

A DEFESA. “**Em plena atividade a Creche São José**”, 30 de maio de 1963

A DEFESA. “**Expurgo Moral**”, 15 de abril de 1964

A DEFESA. “**Força das Forças – O Terço**”, 15 de abril de 1964

A DEFESA. “**Frente Sindical Nacionalista – C.G.T. Quer é Desordem**”, 30 de maio de 1963

A DEFESA. “**Militares trabalham ainda em Propriá**”, 13 de junho de 1964

A DEFESA. “**Nós e a política**”, 31 de agosto de 1963

A DEFESA. “**Notícias de Propriá**”, 30 de abril de 1964

A DEFESA. “**Nova figura de trabalhador**”, 28 de outubro de 1962.

A DEFESA. “**Novo Governador de Sergipe**”, 15 de abril de 1964

A DEFESA. “**Novo presidente da República**”, 15 de abril de 1964

A DEFESA. “**O bispo de Propriá fala ao jornal ‘Senhor Bom Jesus’**”, 15 de novembro de 1961

A DEFESA. “**O Brasil Camponês Confia na Revolução**”, 13 de junho de 1964



A DEFESA. “**Padre Manuel Guimarães à frente da Prefeitura de Cedro**”, 27 de junho de 1964

A DEFESA. “**Presidente John Kennedy**”, 23 de novembro de 1963

A DEFESA. “**Reempossado o Prefeito Carlos Torres**”, 30 de maio de 1964

A DEFESA. “**Reformas estruturais**”, 15 de abril de 1964

A DEFESA. “**Sobre Fernando de Noronha**”, 30 de abril de 1964

A DEFESA. “**Último pedido de Kennedy a Deus: dai a paz e a justiça**”, 08 de dezembro de 1963

A DEFESA. “**Vida estudantil**”, 30 de maio de 1963

A DEFESA. “**Visão Geral do Mundo**”, 15 de novembro de 1961

BETTO, Frei. **Fidel e a religião: conversas com Frei Betto**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Dom José Brandão (Bispo de Propriá). **Mensageiro de Santo Antônio**. [Entrevista concedida a] Luciano Bernardi. [S.], 04 de abril de 1984.

CASTRO, dom José Brandão de. **Carta pastoral de saudação de Dom José Brandão de Castro - Bispo de Propriá**. [S.]; s.n.],1960.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe**. 1964-1984: partidos e eleições num Estado autoritário. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

DREIFUSS, René. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe (1962-1975)**. Aracaju, s/n, s.d.

FOLHA POPULAR. “**O regime de latifundiários envelheceu e ninguém poderá evitar sua morte**”, 21 de março de 1964.

FOLHA POPULAR. “**Protestar junto ao povo contra a vinda a Sergipe do Gringo Lincol [sic] Gordon**”, 06 de abril de 1963

HEINZMANN, padre Josef. **Afonso de Ligório e os redentoristas**. Estrasburgo: Sadifa, 1985.

IOKOI, Zilda. **Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Jornal A Defesa

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NETTO, José. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PARKER, Phyllis. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Senhor Bom Jesus. **Bispo de Propriá lança um apelo**: Um seminário para a terra de Dom Cabral [Entrevista à imprensa de Belo Horizonte Dom José Brandão de Castro, março de 1961.

SERGIPE. DOSSIÊ de Cleto Sampaio Maia. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P88/05. *In*: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

SERGIPE. DOSSIÊ de Geraldo Sampaio Maia. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P193/05. *In*: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

SERGIPE. DOSSIÊ de João de Seixas Dória. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P95/05. *In*: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

SILVA, Wellington. **Catolicismo e golpe de 1964**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SIMÕES, Solange. **Deus, Pátria e Família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

Jaime Wright: O reverendo dos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*

*Felipe Moreira Barboza Duccini***

Resumo

Nesse artigo buscamos analisar a trajetória de vida do reverendo presbiteriano Jaime Wright (1927-1999), dentro do contexto político, social e religioso da ditadura militar brasileira (1964-1985). O reverendo presbiteriano engajou-se fortemente na causa dos direitos humanos durante a ditadura, foi fundador da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR) e coordenou o desenvolvimento do projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Jaime Wright foi uma das lideranças do ecumenismo protestante, tendo trabalhado quase uma década na Arquidiocese de São Paulo, ao lado do arcebispo D. Paulo Evaristo Arns.

Palavras-chave: Jaime Wright, Direitos Humanos, Ditadura.

* Esse artigo faz parte da nossa pesquisa de doutorado, que é realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

** Doutorando em História na Universidade Federal da Bahia, mestre e graduado em História pela UFBA. Realizou estágio doutoral na Universidade de Temple, com bolsa CAPES-Print. E-mail: felipe_duccini@hotmail.com.

Jaime Wright: The Reverend of Human Rights during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985)

Jaime Wright: El reverendo de los Derechos Humanos durante la Dictadura Militar Brasileña (1964-1985)

Abstract

In this article we seek to analyze the life trajectory of the Presbyterian reverend Jaime Wright (1927-1999), within the political, social and religious context of the Brazilian military dictatorship (1964-1985). The Presbyterian reverend was strongly involved in the cause of human rights during the dictatorship, he was the founder of the Ecumenical Coordination of Services (CESE), the Committee for the Defense of Human Rights for the Countries of the Southern Cone (CLAMOR) and coordinated the development of the project Brazil Never Again (BNM). Jaime Wright was one of the leaders of Protestant ecumenism, having worked for almost a decade in the Archdiocese of São Paulo, alongside Archbishop D. Paulo Evaristo Arns.

Keywords: Jaime Wright, Human rights, Dictatorship.

Resumen

En este artículo buscamos analizar la trayectoria de vida del reverendo presbiteriano Jaime Wright (1927-1999), dentro del contexto político, social y religioso de la dictadura militar brasileña (1964-1985). El reverendo presbiteriano estuvo fuertemente involucrado en la causa de los derechos humanos durante la dictadura, fue fundador de la Coordinación Ecuménica de Servicios (CESE), del Comité de Defensa de los Derechos Humanos para los Países del Cono Sur (CLAMOR) y coordinó el desarrollo del proyecto Brasil Nunca Más (BNM). Jaime Wright fue uno de los líderes del ecumenismo protestante y trabajó durante casi una década en la Arquidiócesis de São Paulo, junto al Arzobispo D. Paulo Evaristo Arns.

Palabras-clave: Jaime Wright, Derechos humanos, Dictadura.



Introdução

Jaime Nelson Wright, foi um reverendo presbiteriano brasileiro, expoente do movimento ecumênico, defensor dos direitos humanos, opositor da ditadura militar. Sua trajetória começou em Curitiba, no dia 12 de julho de 1927 e se encerrou em Vitória, no dia 29 de maio de 1999, aos 71 anos de idade, deixando um legado de lutas sociais, projetos políticos e religiosos.

Jaime Wright participou da criação e desenvolvimento de diversas instituições e projetos dos quais foi fundador, organizador e/ou coordenador como, por exemplo: o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR), o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), o Serviço Paz e Justiça na América Latina (SERPAJ), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e o projeto Brasil Nunca Mais (BNM).¹

Essas entidades e projetos tiveram larga repercussão social, religiosa e política no Brasil e na América Latina. Sua atuação internacional, em solidariedade aos países do Cone Sul que viviam em ditaduras, ampliou ainda mais seu protagonismo. Jaime visitou muitos desses países em eventos dessas organizações ou como secretário e representante do cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo da Arquidiocese de São Paulo.

O golpe civil-militar e a repressão do Estado e da Igreja

Em 1964 no contexto do golpe civil-militar,² Jaime Wright estava em trabalho missionário em São Paulo, mas logo foi transferido para Caetité na Bahia, para dirigir a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) da cidade. Na Bahia, o reverendo começou a ser conhecido por denunciar os desvios em órgãos do governo estadual, pela luta

¹ Jaime ainda foi fundador e/ou coordenador de outras entidades, como o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, o Movimento de Justiça e Libertação e a Fundação Samuel. Também participou ativamente na Campanha Pela Anistia e da Campanha pela Constituinte.

² René Dreifuss ao analisar que o golpe de Estado foi um movimento civil e militar no livro **1964: A Conquista do Estado** inicia uma discussão sobre a participação de parte da sociedade civil na ditadura. Em sua tese, ele analisa como civis e empresários do complexo IPES/IBAD exerceram sua influência no regime militar.



em prol da justiça social e pela defesa dos perseguidos por razões políticas no país.

Nesse período tornou-se membro da Associação Baiana de Imprensa e correspondente não remunerado do jornal baiano *A Tarde*, além desse jornal, Jaime escreveu dezenas de artigos para periódicos brasileiros, estadunidenses, latino-americanos e europeus. Escrevia sobre o ecumenismo, as violações dos direitos humanos, as prisões políticas ilegais, e denunciava às torturas e mortes de presos políticos. Com o recrudescimento da ditadura militar no final da década de 1960, por questão de segurança passou a assinar alguns dos seus artigos com o pseudônimo de “Roberto Barbosa”. Em 1968 organizou em Caetité a I Mesa-Redonda Distrital das Lojas Maçônicas, onde articulou a publicação de uma declaração que condenava a transgressão dos direitos humanos no Brasil.

108

Com a declaração do Ato Institucional nº 5, durante o governo do presidente marechal Artur da Costa e Silva, segundo alguns historiadores, deu-se o início aos “anos de chumbo” o período mais repressor da ditadura (D’Araújo et. al, 1994). A decretação do AI-5 autorizou o presidente da República, em caráter excepcional, sem apreciação judicial, a: intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender, por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do *habeas-corpus*. Sendo também decretado o recesso do Congresso Nacional, por tempo indeterminado, somente em outubro de 1969 o Congresso foi reaberto, devido à necessidade de referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

O ano de 1968 ficou marcado na história brasileira e mundial pelas manifestações políticas, pela virada cultural, pelas mudanças de costumes, mentalidades e práticas sociais. No Brasil, o movimento estudantil e o movimento operário foram as ruas, protestando e exigindo melhores salários e liberdades democráticas. Para reprimir os protestos, o governo aumentou a repressão, que passou a atingir amplos setores da sociedade. A repressão ao movimento estudantil universitário atingiu majoritariamente os filhos da classe média e alta, os clérigos católicos que ficaram ao lado dos operários e estudantes,

também foram duramente reprimidos, com isso, a Igreja Católica foi retirando seu apoio a ditadura, passando a ter uma atuação mais expressiva nas críticas ao regime e na defesa dos direitos humanos.

Nessa época, Jaime Wright foi se afastando das atividades da IPB, cujo Supremo Concílio apoiava o regime militar, mantendo o foco do seu trabalho no projeto missionário da Missão Presbiteriana Brasil Central (MPBC) e se aproximando da ala progressista da Igreja Católica, nas figuras de D. Hélder Câmara e principalmente D. Evaristo Arns.

Além da repressão do governo, Jaime Wright e outros reverendos presbiterianos ecumênicos tiveram que enfrentar a repressão dos próprios irmãos(a) da igreja. Com a eleição de Boanerges Ribeiro, eleito presidente do Supremo Concílio em 1966, com a promessa de moralizar os seminários, varrendo a influência dos “modernistas”, eufemismo para religiosos ligados ao ecumenismo e a Teologia da Libertação, a perseguição tornou-se sistêmica dentro da igreja. Durante o mandato de Boanerges,³ fez parte do Supremo Concílio, o tenente-coronel Renato Guimarães, ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

Nesse período, o autoritarismo presente na IPB não ficou restrito somente ao âmbito eclesiástico, ocorrendo uma verdadeira caça aos “hereges”,⁴ associada a mentalidade da repressão governamental de caça aos “subversivos”. Essa caça aos “hereges” levou vários reverendos e teólogos presbiterianos, como Jaime Wright, Waldo César, Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias (que foi torturado e teve o irmão Ivan assassinado), João Dias de Araújo, que escreveu o livro *Inquisição sem fogueiras*,⁵ a se retirarem ou serem expulsos da IPB, sendo perseguidos pela igreja e pela ditadura. Parte desse grupo de

³ Boanerges foi eleito por três mandatos consecutivos, entre 1966 a 1978, fato até então inédito na igreja. Autor de mais de dez livros sobre a igreja e sua história, fortemente defendido pelos historiadores oficiais da instituição e que conseguiu fazer seus sucessores na igreja até o final da década de 1980.

⁴ Partindo do conceito de heresia enquanto relações de poder, onde quem a define é quem detém o poder. Para o protestantismo, segundo Rubem Alves (1979, p. 241), o herege é sempre o “outro”, geralmente quem defendia o ecumenismo.

⁵ A segunda edição do livro, lançado em 1982, contou com a tradução para inglês e ajuda de Jaime Wright e sua esposa Alma, que ajudaram no rastreamento das referências bibliográficas e siglas, da filha de ambos, Anita, pela sugestão da ilustração de capa e, por fim, ao CLAMOR, que cedeu sua máquina para este serviço.

reverendos buscaram refúgio no exílio para evitarem a repressão. Segundo João Dias de Araújo a perseguição às práticas ecumênicas levou a igreja presbiteriana a uma verdadeira “inquisição”, afirmando que o presidente do Supremo Concílio, Boanerges Ribeiro instituiu uma “ditadura fundamentalista” dentro da igreja.

Durante esse período de repressão política e religiosa, a IPB chegou a solicitar o afastamento de Jaime do Brasil e da MPBC, denunciando a atuação do reverendo aos órgãos de repressão. Sendo informado a IPB que, por ser brasileiro, ele não poderia ser expulso da mesma forma que estava ocorrendo com inúmeros outros religiosos estrangeiros, que nessa época estavam sendo compelidos por pressão das igrejas e do governo a se retirarem do país.

Segundo o próprio reverendo Jaime, membros da alta hierarquia da IPB, o denunciaram diversas vezes aos militares, porém, todas as tentativas falharam:

[...] fui contemplado com várias denúncias feitas pelos companheiros deles [Boanerges e aqueles que diretamente estavam relacionados a ele] e isso eu tenho de fonte muito limpa, porque um amigo que eu tive durante muito tempo foi o Coronel Teodoro de Almeida (Pupo) que por sua vez tinha um cunhado Coronel, também. [...] Coronel [Renato] Guimarães. E o Coronel Guimarães, claro, passava as notícias para o cunhado, Coronel Pupo, e eu ficava sabendo de antemão dos planos, as estratégias da IPB com relação à repressão, a tentativa da repressão da Missão Presbiteriana Brasil Central, e as denúncias que eles pretendiam fazer. [...] E, as denúncias eram feitas, mais ou menos, no seguinte estilo: eles sempre faziam questão de dizer que: Jaime Wright não é da nossa Igreja Presbiteriana, ele é de outra Igreja Presbiteriana, é de uma Igreja Americana ecumenista - e, eles usavam o tom pejorativo para falar de ecumenismo; é membro do Conselho Mundial de Igrejas - que, notoriamente, é um órgão subversivo; e que, sendo esta Igreja membro do Conselho Mundial de Igrejas e, Jaime Wright sendo membro desta igreja, Jaime Wright, então, é, também, subversivo e peri-



goso. Era mais ou menos este estilo que eles usavam para me denunciar [...] (Paixão, 2014, p.34).

Na visão da igreja, ser ecumênico era ser “subversivo”. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que patrocinava o ecumenismo pelo mundo, era considerado um “órgão subversivo”, era um discurso similar ao utilizado pelos órgãos da repressão militar para eliminar qualquer opositor acusando-o de “comunista” e “subversivo”. Desse modo, a igreja seguia a mesma linha, eliminando seus opositores, taxando-os de “ecumenista” e de “crentes vermelhos”.

Durante a terceira eleição de Boanerges Ribeiro, o coronel Renato Guimarães tornou-se vice-presidente do Supremo Concílio. O coronel era da II Região Militar e chegou a participar do SNL. Dentro da igreja, participou na criação da Comissão Especial de Seminários (CES), órgão criado pela LPB para fiscalizar os seminários e centros de formação da igreja, era o principal órgão responsável pela expulsão de alunos e professores, foi o órgão que determinou à diretoria do Seminário Presbiteriano do Recife o afastamento do professor João Dias de Araújo, em 1970.

A criação do CES, durante a reunião do Supremo Concílio, realizado em Fortaleza em julho de 1966, marcou uma etapa definitiva da vitória dos fundamentalistas conservadores dentro da igreja. Entre as resoluções aprovadas na reunião constava: “Determinar que os professores dos seminários da LPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-política” (Digesto Presbiteriano, 1961-1970, p. 246). Foi a sentença definitiva para a intervenção do Supremo Concílio, nos Seminários, Presbitérios e Sínodos, visando eliminar a propagação do ecumenismo e de um evangelho de cunho mais social, procurando alinhar-se e agradecer ao regime militar.

Muitos presbitérios argumentaram que as resoluções aprovadas feriam sua autonomia e a própria constituição da LPB, e tentaram recorrer da decisão, fato que não impediu a visita de membros da CES aos Seminários para averiguar as denúncias recebidas de comportamentos considerados impróprios praticados por professores e seminaristas.

Através do CES a igreja criava seu próprio organismo de informação, controle, censura e punição, em ressonância com os mecanismos similares utilizados pela ditadura. Segundo João Dias de Araújo, essa opressão aos seminários para expulsarem seus professores e alunos também era realizada na forma de pressão financeira, podendo levar a dissolução do próprio seminário que não aceitasse os ditames do Supremo Concílio, fato que ocorreu com o Seminário Presbiteriano do Centenário (SPC) de Vitória no Espírito Santo. De acordo com Araújo, esse seminário:

Passou a sofrer uma séria pressão, sobretudo, no setor financeiro, tendo em vista o atraso provocado pela tesouraria do Supremo Concílio em cumprir com suas obrigações para com os professores, provocando uma situação de incerteza (Araújo, 1982, p.114).

112



A pressão para fechar o SPC é externada pelo coronel Guimarães em carta de 28 de setembro de 1967, e endereçada a outro membro da CES, o reverendo Saulo de C. Ferreira. Nessa carta é colocada a possibilidade de punir aquela instituição de ensino e de pôr fim ao seu funcionamento. Esta postura repressiva deveria ser adotada, segundo o coronel, como resposta à pouca receptividade, ou seja, ao tratamento oferecido à Comissão pelas autoridades do Seminário (Vilela, 2014, p.12). O que levou inevitavelmente ao fechamento do SPC, em 1969.

Nesse período de extrema repressão de determinadas expressões de fé e de condutas políticas e sociais, seja por parte do governo ou da própria IPB, muitos religiosos enfrentaram um dilema espiritual e moral. Esses religiosos vão ser obrigados a fazerem uma escolha, continuarem respeitando a hierarquia do Supremo Concílio e seu apoio a ditadura ou continuarem defendendo aquilo que eles acreditavam ser o caminho da cruz, do evangelho social, do ecumenismo e da dignidade e respeito aos valores humanos.

A escolha pela opção vista como o caminho da “cruz” gerou uma ruptura de uma parcela importante do mundo presbiteriano, que não coadunou com o regime militar. Jaime fez sua escolha afastando-se

da IPB e criando uma série de projetos em defesa dos direitos humanos e pelo respeito inter-religioso, sendo seguido e apoiado por diversos outros reverendos da ala ecumênica da igreja, não só pelos reverendos expulsos e/ou afastados da IPB, como também por diversos outros pastores e religiosos expulsos de diversas outras igrejas protestantes, cujas instituições haviam escolhido apoiar a ditadura.

A morte de Paulo Wright e Vladimir Herzog e o crescimento da luta pelos Direitos Humanos

Paulo Stuart Wright, era deputado estadual de Santa Catarina, foi cassado após o golpe civil-militar e expulso da IPB após a igreja receber documentos provenientes do Comando do 5º Distrito Naval de Florianópolis acerca da atuação política do então deputado do Partido Social Progressista (PSP)⁶. Paulo Wright ameaçado de ser preso, como diversos outros apoiadores do governo Goulart, refugiou-se na embaixada do México no Rio de Janeiro, onde solicitou asilo político, partindo para o exílio logo depois.

Retornando clandestinamente ao Brasil em 1965, Paulo torna-se líder da Ação Popular (AP), organização formada por egressos do movimento estudantil cristão, banidos pelo regime militar. Formado por membros da: Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Associação Cristã de Acadêmicos (ACA), entre outras organizações. Paulo Wright liderou dentro da AP, uma ala chamada de Ação Popular Marxista-Leninista (APML)⁷ que pregava a luta armada contra a ditadura. Após 8 anos vivendo na clandestinidade Paulo “caiu” em setembro de 1973. Durante as homenagens da Semana da Pátria, a repressão fechou o cerco contra a

⁶ Em razão dos referidos documentos – segundo consta em Ata – o Conselho, em 1964, resolveu vetar a posse do Sr. Paulo Wright ao cargo de presbítero, eliminando-o também do rol de membros efetivos daquela comunidade religiosa. Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, p. 103-104.

⁷ A AP rachou em 1971, formando-se duas facções que passaram a reivindicar, ao mesmo tempo, o nome de Ação Popular Marxista Leninista (APML), uma liderada por Duarte Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes e José Renato Rabelo, mais próxima ao PCdoB e que acabaria se incorporando a ele, e outra menor, liderada por Jair Ferreira de Sá, Paulo Wright e Manoel da Conceição, formando a fração da APML, também conhecida como “AP Socialista”.



AP, capturando 38 militantes da organização, nas cidades de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e em Salvador, incluindo membros da APML independentes ou ligados ao PCdoB. Paulo foi preso pelo II Exército e levado ao DOI-CODI,⁸ de São Paulo, onde foi morto.

Com o desaparecimento do irmão, cresceu o protagonismo de Jaime, que partiu em busca de respostas, segundo relato de Evaristo Arns:

O deputado havia sido morto antes de 1973 [nesse ano], mas nós não sabíamos. Sempre havia novas notícias, espalhadas por maldade, dizendo que ele estava vivo. Disseram, por exemplo, que ele estava no Chile. Deram até o endereço. Jaime Wright foi a Santiago, para a rua tal, número tal, que existia, mas lá não havia ninguém chamado Paulo Wright. Outra vez, enganaram Jaime, para que ele fosse para a Amazônia. Disseram que Paulo Wright estava no Araguaia. Ele foi checar. Jaime Wright foi infatigável na procura do irmão (Dasilio, 2012, p. 75).

A prática da desinformação era comum nos serviços de contrainformações dos órgãos da repressão militar, que divulgavam informações que levavam os familiares dos desaparecidos políticos a acreditarem que seus entes queridos ainda estavam vivos, foi divulgado ainda que Paulo estava vivo em Cuba.⁹

Durante esse período de forte repressão, além de buscar e cobrar por respostas sobre o paradeiro do seu irmão. Jaime foi um dos grandes idealizadores da criação da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)¹⁰ em 13 de junho de 1973. No CESE, Jaime foi o responsável pelo projeto de publicação e distribuição em larga escala do texto integral da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

⁸ Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.

⁹ Delora Wright, filha de Jaime escreveu o livro: **O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba**, para desmentir essa tese.

¹⁰ Baseada na Teologia da Libertação e no Ecumenismo, fundada em Salvador, com a participação da Igreja Católica Apostólica Romana, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Episcopal do Brasil, da Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, da Igreja Metodista e da Missão Presbiteriana do Brasil Central, com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).



num formato de cartilha, acrescida de textos bíblicos correlatos e comentários.

As cartilhas dos Direitos Humanos publicadas pela CESE, visava atingir a população e os setores religiosos, conclamando para uma reflexão sobre o desrespeito dos direitos humanos no Brasil. Jaime foi responsável pela terceira e quarta edição da cartilha, publicadas em 1977 e 1978 respectivamente. Em artigo ao jornal *O São Paulo* da arquidiocese de São Paulo, o reverendo explicou que procurou correlacionar possíveis afinidades da Bíblia, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

A terceira edição ecumênica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que está sendo lançada esta semana em seis capitais brasileiras pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), mostra ela claramente a afinidade da Declaração com a Bíblia. Quatro páginas de índices dos textos bíblicos no final da edição fazem crer que, de fato, é Deus que está falando às nações através da Declaração (*O São Paulo*, abril 1978, p. 7).

Entre 1973 e 1978 foram publicadas pela CESE, 1.800,000 milhões de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, recomendando que os fiéis respeitassem seus princípios e denunciasses as violações aos direitos humanos, como as violações que estavam sendo cometidas aos presos políticos. Segundo o reverendo Jaime, a própria criação do CESE, representou um marco importante na colaboração entre a Igreja Católica e as igrejas protestantes ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas e para a luta dos direitos humanos no Brasil:

Eu tive o privilégio de ser convocado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) em 1973 para dirigir o projeto de emergência dos direitos humanos. [...] Era a primeira vez que a Igreja Católica no Brasil se unia às igrejas membros do Conselho Mundial de Igrejas para fazer uma entidade brasileira. Antes de se estruturarem, resolveram fazer esse projeto, ou seja, a publicação da Declaração Universal dos Direitos Hu-

manos com citações bíblicas e declarações oficiais de Igrejas evangélicas e católicas. Eu dirigir esse projeto e incluímos no texto dos 30 artigos, 200 versículos bíblicos que apoiam inteiramente os artigos da Declaração. [...] E não seria mal lembrar que há várias parábolas de Jesus, que poderiam ser descritas como parábolas dos direitos humanos. Por exemplo a parábola do samaritano, que ilustra o dever que os cristãos tem de estender uma mão de misericórdia aos necessitados, apesar de todas as barreiras (Tribuna de Imprensa, 13 de março 1987).

Jaime passou anos reunindo provas, documentos e depoimentos de outros presos políticos que sobreviveram as torturas e relataram a prisão de Paulo Wright pelo DOI-CODI. Em 1987 durante entrevista concedida ao jornal *Tribuna da Imprensa*, intitulada “Eu acuso o torturador Ustra”, o reverendo acusou formalmente o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI de São Paulo entre 1970 e 1974, como o torturador e algoz de Paulo Wright.

Em 31 de outubro de 1975, o reverendo Jaime participou com D. Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel do culto em memória ao jornalista judeu Vladimir Herzog, mais um preso, torturado e morto pelo DOI-CODI de São Paulo.

Herzog tinha 38 anos, era casado e pai de dois filhos, era diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura, professor de jornalismo na Universidade de São Paulo (USP) e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava politicamente no movimento de combate contra a ditadura, mas não praticavam a luta armada.

Em 24 de outubro de 1975 agentes do II Exército, durante a “Operação Jacarta”, que visava a eliminação do PCB, convocaram Vladimir para prestar depoimento sobre as ligações que ele mantinha com o “Partidão”. Segundo a própria nota do Exército,¹¹ Herzog se apresentou voluntariamente ao DOI-CODI no dia seguinte, às 8 horas, junto com outro colega de profissão, sendo acareado junto com seus delatores George Benigno Jatahy e Rodolfo Konder. Vladimir teria

¹¹ Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-Vladimir-Herzog-CEM-DP001.pdf> Acesso em: 21/07/2021.



negado seu vínculo com o PCB, então os jornalistas foram levados para um corredor, de onde escutaram uma ordem para que se preparasse a máquina de choques elétricos para a tortura. Em seguida, Konder foi levado à tortura, e Herzog não mais foi visto vivo, às 16 horas, após 8 horas de tortura: foi declarado morto por “suicídio”. Prática comum do regime militar, que alegava que as vítimas das suas torturas e assassinatos eram suicidas, popularizando na época o termo “fora suicidado”. Segundo Elio Gaspari, a morte de Manoel Fiel Filho, três meses após o assassinato de Herzog, representava até aquele momento o “39º suicida do regime, e o 19º a se enforcar” (Gaspari, 2014, p. 359).

Segundo o informe divulgado pelo II Exército, Herzog havia cometido suicídio em sua cela, se enforcando: “ao ser procurado na sala onde fora deixado, desacompanhado, foi encontrado morto, enforcado, tendo para tanto utilizado uma tira de pano”,¹² a tira de pano que alegadamente seria a cinta do próprio macacão padrão do DOI-CODI, fato que contradiz o próprio depoimento de um comandante do DOI-CODI, o então general de brigada e chefe do Estado-Maior do I Exército, Leônidas Pires Gonçalves, que afirmou que:

Os presos botavam um macacão, porque não podíamos deixar nada que eles pudessem usar para se automortificar ou se matar. Era um macacão liso, não tinha cinto, não tinha nada (D’Araújo et. al, 1994).

Dessa forma, o alegado “suicido” foi desmentido pelas evidências forenses, principalmente pela foto tirada pelo fotógrafo Silvano Leung Vieira:

¹² Informe do II Exército. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/24012-o-instante-decisivo.shtml>. Acesso em: 06/02/2023.



Imagem 1 – Morte de Herzog, nas dependências do DOI-CODI



Fonte: Acervo do Brasil Nunca Mais. Foto Silvano Leung.

Segundo Silvano Leung Vieira, que era fotógrafo do Instituto de Criminalística da Polícia Civil de São Paulo, e confessou em entrevista:

Ainda carrego um triste sentimento de ter sido usado para montar essas mentiras. Disseram apenas que era um trabalho sigiloso e que eu não deveria contar para ninguém. A requisição veio do Dops. [...] Tudo foi manipulado, e infelizmente eu acabei fazendo parte dessa manipulação. Depois me dei conta que havia me metido em uma roubada. Isso aconteceu, acho, porque eles precisavam simular transparência (Folha de S. Paulo, 5 de fevereiro 2012).

A foto de Vieira mostrando que o preso “se enforcou” atando um pano na primeira barra da janela, a 1,63 metro de altura do solo

também foi cortada, para não mostrar a barra superior da janela, que poderia ter sido usada, se Herzog quisesse de fato se enforcar, subindo na carteira escolar e se projetando em vão-livre.

Dessa forma, a imagem 1 reproduzia, mostrando os pés de Herzog tocando o chão depõem contra a ideia de suicídio. Segundo os peritos técnicos, nessa posição o enforcamento seria fisicamente impossível de ser realizado pelo indivíduo. O rabino Henry Sobel, líder da comunidade judaica, levou em consideração também, as marcas das torturas encontrados durante a preparação do corpo de Herzog, para descartar a hipótese de suicídio e assim poder realizar seu enterro, seguindo os preceitos judaicos. Seu enterro foi realizado no centro do Cemitério Israelita do Butantã, o que implicava desmentir publicamente a versão oficial de suicídio, visto que segundo a teologia judaica, um suicida não poderia ser enterrado seguindo os rituais tradicionais judaicos.

Na semana seguinte à morte do jornalista foi realizada a missa de sétimo dia, na Catedral da Sé, que se transformou num ato de repúdio a ditadura. O ato ecumênico inter-religioso pela morte de Herzog tornou-se uma das primeiras grandes manifestações de protesto pós-68 contra a violência da ditadura militar.

Imagem 2 – Jaime Wright, Evaristo Arns e Henry Sobel, cerimônia em homenagem a Herzog



O ato ecumênico reuniu cerca de 8 mil pessoas dentro e fora da Catedral da Sé, em São Paulo, unindo numa mesma oração, um representante protestante, um católico e um judeu. A cerimônia foi comandada conjuntamente por D. Paulo, pelo reverendo Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel.

Três anos após a morte de Herzog, Jaime participou da fundação do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul (CLAMOR), em 1978, junto com Jean Rocha e Luiz Eduardo Greenhalgh, este último advogado e presidente do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) de São Paulo. Nesse projeto Jaime trabalhou com entidades católicas que recebiam refugiados políticos, oriundos principalmente da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, ajudando a organizar em São Paulo e no Rio de Janeiro, o suporte necessário para o acolhimento desses refugiados políticos.

Jaime, que ainda procurava por pistas sobre o paradeiro do seu irmão Paulo, reuniu uma vasta documentação, além de informações que eram coletadas e trocadas entre os familiares dos desaparecidos políticos, que formavam uma rede de solidariedade, que muitas vezes incluía reuniões e participação nessas entidades: CESE, CBA, CLAMOR, entre outras, que lutavam pelos direitos humanos e confrontavam a repressão. Segundo Enrique Padrós, entidades como o CLAMOR salvaram inúmeras vidas:

Em resumo, fortaleceu desesperançados e ajudou a salvar vidas, muitas vidas. Em tempos de terrorismo de Estado, de conexão repressiva e de Operação Condor, quantas vidas foram salvas? É impossível quantificar todos os que receberam ajuda direta, indiretamente ou que foram reanimados pelos efeitos, mesmo que distantes, produzidas por sua ação expansiva e dos seus integrantes (individualmente ou em conjunto), dos seus colaboradores diretos, dos seus boletins, em fim, dos seus *clamores* de denúncia e dignidade (Padrós, 2014, p. 81).

Como explica Jaime, alguns desses refugiados políticos haviam inicialmente fugido para a Argentina e agora com o golpe militar

nesse país, optaram por cruzarem as fronteiras brasileiras, em busca de refúgio:

Em 1976, após o golpe militar na Argentina, centenas de perseguidos políticos buscaram o Brasil como refúgio e – especificamente - a Arquidiocese de São Paulo, já conhecidíssima nos países do Cone Sul pela sua atuação a favor dos oprimidos. Mas não eram somente argentinos. Eram, também chilenos que fugiram da repressão do Chile e que fugiam, agora, da repressão da Argentina. Eram uruguaios que fugiram da repressão do Uruguai e no Chile e que fugiam, agora, da repressão Argentina. Eram paraguaios e bolivianos também (Wright, Fundação 2 de Julho, caixa 1, pasta 1).

Além do CLAMOR, a Arquidiocese de São Paulo abrigou o desenvolvimento de outro grande projeto relacionado aos direitos humanos, o projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Idealizado por membros do CBA do Rio de Janeiro, liderada pela advogada Eny Raimundo Moreira.¹⁵ O projeto BNM passou a organizar e reunir toda uma documentação sobre a tortura e repressão no Brasil, através de fontes oficiais do Estado, analisando, catalogando e fotocopiando os processos mantidos pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Esse foi um dos projetos mais relevantes da trajetória do reverendo, que além de escolhido para coordenar o projeto, teve como uma das principais missões a de tesoureiro, obtendo financiamento para microfilmar as centenas de páginas de todos os autos judiciais, que depois seriam enviadas ao exterior. Jaime “assumiu o risco de viajar diversas vezes para a Suíça para depositar os rolos de filme [...]. Prestava conta dos trabalhos e trazia o dinheiro escondido na roupa” (Dasilio, 2012, p. VIII). Para financiar o projeto, Jaime solicitou ajuda ao CML, obtendo assim os recursos financeiros necessários com o secretário-geral Philip Potter, com o auxílio do reveren-

¹⁵ O CBA-RJ foi fundado em 18/02/78. Em depoimento, Eny conta que a ideia teve origem nas falas do jurista e advogado de presos políticos Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Acervo do Armazém Memória. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VuFK-3tbj7w4> Acesso em: 03/05/2020



do presbiteriano Charles Roy Harper.¹⁴ Após seis anos de trabalho, ao custo total de 500.000 mil dólares, foram produzidos um documento denominado “Projeto A”, com a análise e a catalogação das informações constantes dos autos dos processos judiciais em 6.891 páginas divididas em 12 volumes.¹⁵ Devido à dificuldade de leitura e até de manuseio do “Projeto A”, Evaristo Arns idealizou o “Projeto B”, um livro homônimo que resumisse o projeto em um espaço 95% menor.

Assim, o BNM ficou mundialmente conhecido através do livro homônimo lançado em 1985. O livro foi um dos maiores sucessos de vendas na história do Brasil, permaneceu na lista dos dez mais vendidos por 91 semanas consecutivas, sendo o livro de não-ficção mais vendido no Brasil. Chegando a sua 41 edição em 2014, foi traduzido em diversas línguas, para o inglês foi traduzido pelo próprio Jaime Wright, com o título de *Torture in Brazil: A Shocking Report on the Pervasive Use of Torture by Brazilian Military Governments, 1964-1979*.¹⁶ Por medo de represárias, a editora foi proibida de realizar qualquer publicidade de lançamento e vários membros que participaram do projeto optaram inicialmente por ficarem no anonimato, seus nomes só foram divulgados anos mais tarde. Segundo o reverendo Jaime, ao longo de 6 anos de trabalho, 35 pessoas contribuíram com o projeto.¹⁷

O balanço final dos 21 anos de período ditatorial, resultou em cerca de 50.000 mil pessoas presas: 7.367 indiciadas, 10.034 atingidas na fase inicial de Inquérito Policial Militar (IPM), com 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a Segurança Na-

¹⁴ O reverendo presbiteriano brasileiro foi colega de Paulo Wright no Instituto Ecumênico de Bossey. Funcionário da CMI, ele atuava como intermediário, tanto no transporte de documentos e informes até Genebra, quanto retornando com recursos financeiros. Também ajudou nas denúncias na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

¹⁵ Foram efetuadas 25 cópias do “Projeto A” e encadernadas em capa dura, preta com letras douradas. Doadas 14 cópias para universidades, bibliotecas e centros de documentação de entidades dedicadas à defesa dos direitos humanos no Brasil e ofertadas 11 cópias para instituições estrangeiras. Uma das cópias do Projeto A se encontra na Faculdade 2 de Julho.

¹⁶ Com prefácio de Joan Dassin, publicado pelo *Institute of Latin American Studies*, da *University of Texas at Austin*, em 1986.

¹⁷ Dez anos de Brasil: Nunca Mais. *Folha de São Paulo*, 14 de julho 1995.

cional, sendo 4.862 cidadãos cassados, 130 banidos (Santos, et. al, 2009, p 152), mais de 10 mil exilados e 434 mortos e desaparecidos políticos.¹⁸

Considerações finais

O reverendo Jaime Wright contribuiu com os Direitos Humanos e o com o processo de redemocratização política do Brasil, a exemplo de tantos outros. Sua trajetória religiosa, social e política possibilita compreendemos inúmeros contextos e problematizar como vários membros e reverendos ligados à IPB tiveram as suas práticas políticas e religiosas questionadas e investigadas pelos órgãos de repressão e informação do Estado ditatorial e/ou pela própria igreja e que resultou na repressão política e religiosa a diversos reverendos e presbíteros.

Pelas contribuições do reverendo Jaime Wright na luta pelos direitos humanos, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, aprovou em 2015 o Projeto de Lei nº 1.836 do deputado federal Fábio Sousa (PSDB-GO), para a inscrição do nome do reverendo presbiteriano Jaime Nelson Wright no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O projeto transformou-se no Projeto de Lei nº 405, aprovado no dia 13 de abril de 2019, com relatoria do senador Flávio Arns (PSB-PR), sendo sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de maio de 2023.

O Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, chamado de Livro de Aço, pois suas páginas são feitas de metal, foi criado em 1992, o livro reúne protagonistas da liberdade e da democracia, que dedicaram sua vida ao país em algum momento da história, brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha. O livro se encontra

¹⁸ Foi utilizado o número de mortos e desaparecidos que consta no *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*; v. 3, 2014.



no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, monumento construído na Praça dos Três Poderes, em Brasília.¹⁹

Nesse artigo pudemos acompanhar um pouco da trajetória de vida do reverendo presbiteriano Jaime Wright, e sua luta pelos direitos humanos durante a ditadura. Acreditamos que algumas lições históricas possam ser retiradas dessa breve reflexão, incluindo uma melhor compreensão do processo de luta pela democracia no Brasil e a importância de se mantê-la.

Referências:

ALVES, Rubem. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

ARAÚJO, João Dias de. **Inquisição Sem Fogueiras**. Rio de Janeiro: ISER, 2 ed, 1982.

ARNS, Evaristo. *Et al.* **Brasil: Nunca Mais**. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, ed 26, 1991.

ATA DO CONSELHO. **Igreja Presbiteriana de Florianópolis**. 1964 n^o 1284, 19/10/99. ARQUIVO. Fundação Dois de Julho. Caixa 3, pasta 1.

BRANDT, Juliana Cristina. GARCIA, Renata Luigia C. O Desenvolvimento Administrativo de Araras da década de 60 a década de 90. **Revista UNAR**, v. 7, n. 2, 2013.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final: Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: CNV. v. 3, 2014.

CASIMIRO, Arival D. **Resistindo à secularização**. Santa Bárbara d'Oeste, SOCEP, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DASILIO, Derval. **Jaime Wright: O Pastor dos Torturados**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Org) **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁹ Infelizmente durante visita ao Panteão em abril de 2024, constatamos que o Livro de Heróis não é atualizado desde 2018.



DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970. Cambuci: Casa da Editora Presbiteriana.

FERRAZ, Lucas. O instante decisivo: a Folha localizou o fotógrafo do cadáver de Herzog. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 92, 5 de fevereiro 2012.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

JUNIOR, Valdir Gonzalez Paixão. Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978). Bauru: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 20-41, 2014.

MATOS, Alderi Souza de. **Uma Igreja Peregrina** – história da Igreja presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009.

O SÃO PAULO. São Paulo: Arquidioceses de São Paulo, abril de 1978.

PADRÓS, Enrique Serra. CLAMOR: A solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor. **Projeto História**. São Paulo, v. 50, 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume 1, 2009.

TRIBUNA DE IMPRENSA. Rio de Janeiro, 13 de março 1987.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Memórias, Discursos e Práticas: A Igreja Presbiteriana Do Brasil Durante as Décadas de 1960 e 1970. **ABHO**, anais. Teresinha: UFPI, 2014.

WRIGHT, Delora Jan. **O Coronel Tem Um Segredo**: Paulo Wright não está em Cuba. São Paulo: Vozes, 1993.

WRIGHT, Jaime. Entrevista concedida a J.B Nunes. **Contexto**, [s.l., s. data.].

WRIGHT, Jaime. Entrevista concedida. **Folha de São Paulo**. 14 de julho 1995.



Agentes da Sétima Arte: descortinamento histórico do Clube de Cinema de Sergipe diante do Golpe de 1964

Onesino Elias Miranda Neto*

Resumo

A proposta desse trabalho visa construir um breve referencial historiográfico acerca das ações do CCS – Clube de Cinema de Sergipe durante o período da ditadura militar em Sergipe, demonstrando sua formação e atividades desde seu nascimento até os idos anos de chumbo. Busca-se refletir sobre as condições adversas que as manifestações culturais tinham em Aracaju e diante disso como os membros cineclubistas promoviam atos que refletiam a resistência contra o governo militar.

Palavras-chave: cineclubistas; ditadura; Sergipe; resistência.



* Mestre em Cinema e Narrativas Sociais pelo PPGCINE/UFS, formado em História Licenciatura pela UNIT, historiador associado da ANPUH/SE e professor da rede SESI Educação.

Agents Of The Seventh Art: historical insight into the Sergipe Cinema Club in the face of the 1964 coup

Abstract

The purpose of this work aims to build a brief historiographical reference about the actions of the CCS – Clube de Cinema de Sergipe during the period of the military dictatorship in Sergipe, demonstrating his training and activities from his birth until his senior years. It seeks to reflect on the adverse conditions that cultural manifestations had in Aracaju and in light of this how film society members promoted acts that reflected resistance against the military government.

Keywords: films clubs; dictatorship; Sergipe; resistance.

Agentes Del Séptimo Arte: recorrido histórico por el Cine Club de Sergipe ante el golpe de 1964

Resumen

La propuesta de este trabajo tiene como objetivo construir una breve referencia historiográfica sobre las acciones del CCS – Clube de Cinema de Sergipe durante el período de la dictadura militar en Sergipe, demostrando su formación y actividades desde su nacimiento hasta los viejos años de liderazgo. Busca reflexionar sobre las condiciones adversas que tuvieron las manifestaciones culturales en Aracaju y a la luz de ello cómo miembros de la sociedad cinematográfica promovieron actos que reflejaban resistencia contra el gobierno militar.

Palabras-claves: cineclubistas; dictadura; Sergipe; resistencia.



Introdução

Em 2024 completamos 60 anos do golpe civil-militar de 1964. Várias são as preocupações sociais que norteiam essa data, muitos movimentos conservadores-liberais no país atuam com a perspectiva de desenvolver na sociedade um apagamento histórico através do negacionismo científico, fomentando-se assim, uma segunda anistia. Essa variável perigosa tecida de cinismo de diversos agentes e instituições, obriga cada vez mais a atenção e o cuidado de pesquisadores, historiadores e memorialistas acerca da construção da tomada de poder em 1964 e de seus retratos contemporâneos.

Cada prospecção de resgate desse período histórico ajuda na contribuição para que tal acontecimento não seja repetido ou até mesmo idolatrado. Com isso, vale destacar como a população civil mantinha seus movimentos sociais. Em Sergipe, várias foram as formas de resistência diante do Estado de exceção: organizações estudantis, manifestações sociais, intelectuais, artísticas, dentre outras. Neste pequeno texto, não se busca dar conta de toda a trajetória do movimento artístico sergipano durante o golpe de 1964, muito menos encerrar o resgate das ações cineclubista no estado, mas, atingir um descortinamento histórico das práticas desenvolvidas no extinto Clube de Cinema de Sergipe.

Os pioneiros

O desenrolar do golpe civil-militar de 1964 no Brasil atingiu em cheio as aspirações da juventude e sua participação no cotidiano das artes e da cultura. Os movimentos estudantis teriam que buscar alternativas para o embate com a estrutura ditatorial latente no Estado brasileiro daquele momento. Fazer uma manifestação artística que angariasse a formação de uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, que promovesse uma reflexão social, era a tônica dos estudantes e intelectuais de esquerda. Para Napolitano (2021, p. 27), “depois do golpe, as tênues ligações entre a militância artística e cultural e as classes populares foram cortadas”. Nesse recorte, uma das alternativas sociais de encontros para o simples prazer de

assistir a uma película, ou debater estruturas cinematográficas com maior erudição, ou ainda, construir um pensamento crítico diante da barbárie política eram os cineclubes.

A história do cinema em Sergipe perpassa por várias regiões do estado, ao longo da Terceira República (1946-1964) iniciaram-se as pioneiras filmagens. Diversos nomes destacam-se nesse período, tais como, Evaldo Costa, Clemente Freitas e, quem mais tarde tornar-se-á prefeito da cidade de Aracaju e governador do estado, Marcelo Déda Chagas.

Um fato histórico relevante na sociedade sergipana foi o torpedeamento de navios mercantes na costa do estado entre o litoral sul e a capital, promovendo pavor e pressão política dos representantes de Sergipe que queriam uma atitude de repúdio do presidente Getúlio Vargas. Segundo Maynard (2021, p. 82), parte de Aracaju ficou às escuras e, a partir daquele momento, seria preciso fazer racionamento de energia para equilibrar a situação”. Em meio a este contexto, várias áreas de exibições filmicas eram disponíveis no estado, estas obras cinematográficas que passavam nestes locais reproduziam o espelho social, propiciavam educar e doutrinar. Muitas destas películas eram passadas com o intuito de refletir o temor da guerra, construir na população uma aversão ao Nazismo e justificar o apoio brasileiro aos Aliados. Porém, não apenas se configuravam as salas de exibições, como também, se via as primeiras ações de gravações de filmes no estado, principalmente, na cidade de Estância com o cineasta Clemente Freitas. Para Moreno (1988, p.19), “Clemente filmava em 16 mm e 8 mm, os acontecimentos de sua cidade natal”. Outros nomes importantes nestas filmagens pioneiras foram Wilson Silva e Evaldo Costa que focavam, assim como Clemente, em captar imagens do cotidiano e de suas terras natais (Dantas, 2004, p. 165).

As primeiras salas de exibição e o CICLA

Em Aracaju, a primeira metade da década de 1940 e meados da década de 1950 marca a etapa do nascimento das primeiras salas de exibições de filmes, destacando-se: Cinema Guarany, Cine Rio Bran-

co, ambos situados no centro da capital. Além destes, o Cine Vitória, o Cine Rex, Cine Aracaju, Cine Pálace e o Cine São Francisco.

Dentro dos quadriláteros de Pirro, as salas de exibição contextualizam-se com o projeto de modernidade que transpirava na capital durante este período. O Cine Rio Branco inseria-se como uma área de entretenimento característico da vida nas *urbes*, sendo, para Melins (2007, p.118), “a casa de espetáculo mais importante de Aracaju”. O Cine Vitória, por sua vez, trazia esta modernidade nas estruturas arquitetônicas, onde via-se, Segundo Maynard (2021, p.108), “a combinação entre cinema e teatro no mesmo ambiente”. Esta grande gama de salas para a clientela cinematográfica em Aracaju propiciou diversas ações de debates filmicos e suas múltiplas relações, desde conversas entre os espectadores sobre a obra exibida até o fomento de periódicos especializados na análise mais erudita sobre a sétima arte. O cinema era um ponto de intercessão para os diálogos entre os cinéfilos, amantes das artes ou pessoas que apenas buscavam o entretenimento, isso engrandeceu o número adeptos que se interessavam em narrativa cinematográfica, em entender a linguagem do cinema e todas as suas interdisciplinaridades, com isso, a cidade passava a ter através da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe – SCAS o Clube de Cinema de Aracaju – CICLA, que para Dantas (2004, p.165), “teria perdurado de 1952 a 1956”, além de toda a estrutura que este Cineclubes tinha, com cargos de direção e de associados.

Cineclubismo na passagem da democracia ao estado ditatorial

Durante os Governos Populistas que fomentaram o período democrático entre 1946 e o golpe de 1964, o Brasil vivia sobre a dualidade de projetos que visavam a construção do país diante da Guerra Fria. De um lado o Varguismo com seu nacional desenvolvimentismo e do outro o desenvolvimentismo que deu as bases do governo de Juscelino Kubitschek. Nesse último modelo, os investimentos concentravam-se na Indústria de Bens de Consumo que possibilitou a vinda de indústrias automotivas para o sudeste. Criava-se entre os jovens a perspectiva de o bem, nesse caso, o carro,

era o grande objeto dos sonhos e de liberdade, favorecendo a estrutura mercadológica e aliando ao conservadorismo social, implementando um arquétipo de uma “Juventude Transviada”, ou seja, o “rebelde”, porém, dentro das expectativas do tradicionalismo da sociedade. Assim, a sétima arte refletia esta identidade, como o Brasil era sempre colocado no pêndulo das políticas de alinhamento e não alinhamento que caracterizavam a bipolarização mundial, uma das formas de divulgação do *American Way of Life* era através dos filmes de Hollywood. Os investimentos do Plano de Metas de JK atraíram uma forte concentração de obras filmicas com este verniz social. Isso, não excluía outras indústrias do cinema a adentrarem as salas de exibições do Brasil. A forte importação de películas favoreceu a chegada de alguns movimentos europeus que também influenciaram os jovens, o *Neorrealismo* italiano e a *Nouvelle Vague* francesa são exemplos deste fervor cultural.

132

Com tantas referências, os frequentadores do CICLA sentiam-se estimulados a se imbricarem nos debates e nos estudos acerca do cinema, diversas ações foram proporcionadas pelos seus integrantes e disponibilizadas a sociedade aracajuana. A SCAS teve papel fundamental no desenvolvimento destes encontros de cinéfilos durante o período em que o jornalista Ivan Valença era integrante. Segundo Fontes (2019, p. 57-58), “o jovem Ivan Valença fez as programações mais geniais de nossa época. Além de ver filmes que não entrariam no circuito comercial nós tínhamos a oportunidade de encontrar pessoas como nós”. A SCAS – Sociedade de Cultura Artística de Sergipe atuava em vários campos das artes, mas, tinha o seu Departamento de Cinema, importantíssimo para a interdisciplinaridade com o teatro, para Macieira nesta instituição “não se trazia somente filmes de arte para cá, trazia também uma série de peças de teatro”¹. Medidas como esta faziam o ato de assistir uma película servir de “fio condutor” para diversos questionamentos entre os espectadores das salas de exibição.

¹ Augusto César Macieira em entrevista dada no dia 20/05/2007. Ver em: MIRANDA NETO, Onesino Elias, SANTOS, Shislane Cristina dos, CAMPOS FILHO, Walter César Vasconcelos. **Cinéfilos em ação: a história do Clube de Cinema de Sergipe (1960-1969)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007. p. 45.

O movimento cineclubista em Aracaju ganhou muita força nos anos posteriores, ainda na passagem da década de 1950 para a década de 1960 os membros do CICLA, que já havia se encerrado, fundaram o Centro de Estudos Cinematográficos de Aracaju mantendo a atividade do clube de cinema ativa e com intercâmbios com outros centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro, além de cineclubes de Salvador. Segundo Moreno (1988, p. 20), “os jornalistas e críticos de cinema Ivan Valença e José Carlos Monteiro fundaram o CENTRO DE ESTUDOS CINEMATOGRAFICOS DE ARACAJU (CECA), que teve vida efêmera, pois suas atividades foram encerradas em agosto de 1964”. Os integrantes desse centro temiam as represálias dos agentes de segurança pública, após o golpe de 1964, mais pelos posicionamentos oposicionistas aos militares do que mesmo pela censura. As exhibições de filmes italianos, de cineastas como Pier Paolo Pasolini, Michelangelo Antonioni, Frederico Fellini e Bertolucci, de filmes como *O Silêncio*² de Ingmar Bergman, geravam fiscalizações da polícia militar ao cineclube, isto intimidava os frequentadores.

Mesmo diante desses receios, em 1966 foi fundado o CLUBE DE CINEMA DE SERGIPE, composto por membros de vários cineclubes de Aracaju, tendo em diversas localidades da capital como pontos de encontros para desenvolvimento de palestras, exhibições de filmes e debates. Segundo Moreno (1988, p. 20), “nesse período o CCS foi reconhecido de Utilidade Pública do Município e do Estado”. Com o nascimento desse cineclube, identifica-se em Aracaju um pequeno, porém, imprescindível foco de resistência civilizatória diante de um período ditatorial, de barbárie, devido ao fomento de atividades que propiciavam questionamentos políticos e sociais tendo como fio condutor as obras filmicas, seu caráter de funcionamento ultrapassava o simples ato de apenas assistir ao filme ou de consumir cinema.

O Estado brasileiro utilizava como mecanismo de barbárie que rompiam a construção civilizatória democrática os Atos Institucionais, principalmente, o AI-5. Em Sergipe havia uma confluência com os padrões fiscalizadores nacionais com a implementação de legis-

² *O Silêncio*. (Tystnaden). Direção: Ingmar Bergman. Produção: Allan Ekelund. Suécia: Versátil, 1963. 1 DVD (96 min.), P&B. Distribuição em Vídeo: Publifolha.



lação que estruturava a opressão no estado. Para Oliva (1991, p. 156), “daí por diante o clima de tensão fez aumentar a violência no trato das questões políticas locais”. Desde o funcionamento do antigo Departamento de Cinema da SCAS que cineclubistas visavam exhibir filmes que rompiam a hegemonia cultural estadunidense, inclusive em etapas políticas do Brasil ainda vivendo no desenvolvimentismo do governo JK, continuando após 1964. Augusto César Macieira via no CCS uma alternativa de indústria do entretenimento já que era um espaço de se contemplar outras escolas cinematográficas, pois, “a turma de críticos daqui e leitores de revistas de cinema francês, resolveram fazer uma mudança, uma nova leitura de cinema e sair daquelas comediazinhas que eram o que estava em voga na década de 1950”³.

Outra maneira de resistência artística encontrada pelos membros do Clube de Cinema de Sergipe foi a produção de filmes locais, possível devido ao coletivismo característico deste tipo de agremiação social, o que amenizava a dificuldade financeira. Filmar ia além do pegar a câmera e fazer uma narrativa artística, em momentos de sanções, significava desenvolver tópicos de questionamentos sociais e políticos, fazia desse ser que produzia cinema no cineclube em Aracaju um elemento de contestação diante de um governo autoritário, ditatorial, repressor. Para Ilma Fontes, este período “foi bonito, porque houve resistência, porque é nessa hora que a gente vê a personalidade que está por trás do artista”⁴.

A capital de Sergipe passou por múltiplos fatores que contribuíram para a cidade cada vez mais se modernizar ao longo da década de 1960, tendo em vários setores ações que pleiteavam tornar Aracaju uma cidade que se encaixava nesse contexto. As próprias manifestações artísticas se imbricavam na ideia de uma urbe civilizada, com um forte parque industrial e moderna. Para Carvalho (2003, p. 66), “danças, folguedos, comidas típicas, bordados, ar-

³ Augusto César Macieira em entrevista dada no dia 20/05/2007. Ver em: MIRANDA NETO, Onesino Elias, SANTOS, Shislane Cristina dos; CAMPOS FILHO, Walter César Vasconcelos. **Cinéfilos em ação: a história do Clube de Cinema de Sergipe (1960-1969)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007. p. 50.

⁴ *Ibidem* p. 63.



tesanatos de bairros instalados em Aracaju, durante aproximadamente um século e meio, foram desculturados e substituídos por códigos urbanos, cosmopolitas”. Essa “desculturação” era rebatida por movimentos ligados ao Centro Popular de Cultura – CPC, neles via-se uma constante busca pela formação da identidade nacional, sobretudo no cinema. Porém, não significava o fim da hegemonia da cultura de massa, assim como no Brasil, em Sergipe, as Chanchadas e as pornochanchadas tinham destaque nas salas de exposições. Esse embate era nato dentro da realidade dos cineclubes sergipanos, ou até mesmo nas ações cineclubistas em todo o país. Durante a política de alinhamento da Guerra Fria os EUA conseguiram perpetuar no Brasil suas formações artísticas e culturais adentrando no cotidiano social brasileiro através do cinema. Nos anos da ditadura militar o monopólio estatal da publicidade contribuiu para se propagandear no país um Estado de “bem-estar” social. Para Wolf (2004, p. 26), “as pulsões são feitas de modo sublimado, na imaginação, mediante a adoção de uma atitude de espectador e ouvinte, deixando-se levar por sonhos e devaneios”, isso, tornava o cinema uma preocupação contumaz do governo, tendo nos encontros de cinéfilos em clubes de cinema uma alternativa contrária a esse domínio cultural.

Fala-se muito nos bairros centrais e históricos de Aracaju, atualmente, na nostalgia alegre e paradisíaca da capital que se concentrava nas ruas do tabuleiro de Pirro, hoje, têm-se a preocupação e até mesmo insatisfação em alguns cidadãos da cidade com o expansionismo desregulado e pautado na especulação imobiliária como uma consequência da necessidade de firmar um conceito de uma *urbe* em expansão que foi idealizado na década de 1960. Assim como diversas grandes cidades, o centro reunia os amantes da vida noturno, bares, casas de prostituição faziam os prazeres sociais do aracajuano boêmio. Para Melins (2020, p. 144), “as casas noturnas de então eram locais de trabalho para os gigolôs, *caftens*, rufiões, músicos, bailarinas, prostitutas, que eram os donos da noite, viviam da noite e para a noite, tinham a alma e fama dos românticos”. Essas lembranças também focam na tranquilidade e na possibilidade de refugiar-se da vida agitada urbana. Ainda, segundo Melins (2020, p. 64), “guardo boas lembranças da época em que o Parque Teófilo



Dantas era um recanto acolhedor com seu lindo aquário, pequeno zoológico, seus córregos limpos e alamedas bem cuidadas, acolhia diariamente o aracajuano para momentos de lazer”. A grande concentração de praças, áreas de encontros faziam com que, nesse período, os encontros do Clube de Cinema de Sergipe se concentrassem nestas áreas centrais e arredores. Segundo Freitas (2003, p. 270), “o Aribé era considerado subúrbio e havia uma preocupação dos políticos em manter a ordem nessas localidades”. Apesar desse pensamento rodear grupos sociais diversos, a repressão governamental foi mais forte do que a permanência de um cineclube tão inovador a tal ponto de ter suas atividades encerradas ainda na década de 1960.

Conclusão

136



As referências do golpe de 1964 no país reverberam a construção dicotômica entre oprimidos e opressores, acreditar que esse fato histórico ficou no passado, sem prospecções ideológicas no futuro é inocência latente. À proporção que se cresce no país um discurso de ódio, de uma aversão aos movimentos sociais crescem também, diversas manifestações individuais ou em grupo dos que resistem a este período de extrema barbárie. Não acertamos ainda as contas com o passado, isso é prática que necessita ser contínua e resiliente, prefiguram-se no setor político do Brasil homens e mulheres que defendem, ainda que de forma piegas e fantasiosa, a volta ao intervencionismo militar. Uma metonímia dessa dualidade social expressa-se no campo da cultura e das artes, nos temíveis anos de valência do AI-5, Ato Institucional Nº5, camadas sociais diversas deleitavam-se com o paradoxo tenaz presente nas manifestações da literatura, do cinema, do teatro, entre outros. Via-se uma arte engajada em construir uma irrupção de resistência e de luta contra o governo, assim como presenciava-se, também, uma arte letárgica.

No começo dos anos 1970, o campo artístico-cultural protagonizado pela esquerda viveu um momento paradoxal. Por um lado, estava cercado pela censura rigorosa às artes, sofrendo com a repressão direta a

artistas engajados. Por outro, passava por um momento criativo e prestigiado socialmente, estimulado pelo crescimento do mercado e pelo papel político que assumiu como lugar da resistência e da afirmação de valores antiautoritários. Os meios de comunicação e a indústria da cultura como um todo conheciam uma época de expansão sem precedentes. Com o crescimento econômico, os bens culturais passaram a ser consumidos em escala industrial: telenovelas, noticiários, coleções de livros e fascículos sobre temas diversos, revistas, sinalizavam para a nova tendência “industrial” e “massiva” do consumo cultural, que se consolidaria na segunda metade da década de 1970. (Napolitano, 2021, p.173).

Em Sergipe não foi diferente, muitos atrativos culturais refletiam os anos de tutela militar no estado, a construção por uma arte engajada era paralela aos movimentos culturais que expressavam uma sociedade que consumia e que ao mesmo tempo imbricava-se diante da barbárie governamental. Aracaju era uma capital que selava uma região proveniente do domínio político de poucas famílias abastardas e que continuavam no poder mesmo com o golpe de 1964. Contudo, esse cenário não impediu florescerem manifestações de luta contra o Estado autoritário entre os estudantes, intelectuais, operários e sociedade civil, atingindo as artes. Estes fatores propiciavam expor as mazelas e abusos de poder dos militares.

Mas, em termos de mobilização política, a categoria que mais se movimentou contra o regime autoritário, nos seus primeiros anos de existência, foi a dos estudantes. Após as prisões, em 1964, das principais lideranças vinculadas às reformas de base, o primeiro movimento com alguma repercussão na sociedade foi o dos secundaristas do Atheneu. [...]. Alguns alunos foram chamados para depor no 28º BC, e três deles impetraram mandado de segurança. Apesar da presença de militares no Tribunal de Justiça, este se manifestou favorável ao pleito dos estudantes, mas todos foram expulsos. Tratando-se de filhos de figuras da classe média, alguns com bastante prestígio social, o



caso repercutiu na sociedade, expondo os abusos dos militares e gerando tensões desgastantes. (Dantas, 2014, p.123).

Neste cenário entravam as marcas importantes do Clube de Cinema de Sergipe, muito mais do que simples encontros para se assistir filmes, o cineclubes conseguia possibilitar encontros de cinéfilos, amantes de cinema ou simples espectadores para convergirem em debates que suprimiam as dificuldades de se conversar sobre diversas temáticas, incluindo política. Os seus membros compartilhavam experiências de outras cenas cinematográficas do país, com exibições de obras vindas de outros estados e contatos com clubistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, ou seja, outros grandes centros do país. Além das exibições de filmes que retratavam escolas filmicas revolucionárias do mundo, dos movimentos da Nouvelle Vague, do Neorrealismo Italiano, dos vários Cinemas Novos, criando um espaço de resistência política em Aracaju.

138

Referências

- CARVALHO, Fernando Lins de. O popular e o popularesco: perspectivas para Aracaju. *Revista de Aracaju*. Vol. 1, n. 1, 2003. p. 63-66.
- CARVALHO, Maria Clara Andrade de; SANTOS, Luciana de Souza. Entre trilhos e caminhos: os bondes em Aracaju no período de 1900 a 1950. *Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais/Universidade Tiradentes*. Vol. 8, n. 8, 2008. p. 183-192.
- DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- _____. *A tutela militar em Sergipe (1964-1984): partidos e eleições num Estado autoritário*. 2ª edição. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.
- FONTES, Ilma. *Tempo bom, tempo ruim: autobiografia*. Aracaju: Moura Ramos Gráfica e Editora, 2019.
- FREITAS, Bárbara Sheila Gonçalves e. A ocupação periférica do quadrado de Pirro: Aribé (1901-1931). *Revista de Aracaju*. Vol. 1, n. 1, 2003. p. 216-275.
- MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *De Hollywood a Aracaju: a Segunda Guerra Mundial por intermédio dos cinemas (1939-1945)*. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

_____. “Presepe de Sombras” em Aracaju (Sergipe-Brasil): uma reflexão sobre exibições cinematográficas no início do século XX. **Revista de História da UEG**. Vol 3, n. 1, 2014. p. 131-142.

_____. **De Hollywood a Aracaju**: antinazismo e cinemas durante a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro; Recife: Autografia/EDUPE, 2021.

MELINS, Murillo. **Aracaju romântica que vi e vivi**. 3ª edição. Aracaju: Unit, 2007.

MELINS, Murillo. **Aracaju**: Reminiscências e devaneios. Aracaju: J. Andrade, 2020.

MIRANDA NETO, Onesino Elias, SANTOS, Shislane Cristina dos, CAMPOS FILHO, Walter César Vasconcelos. **Cinéfilos em ação**: a história do Clube de Cinema de Sergipe (1960-1969). 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.

MORENO, Djaldino Mota. **Cinema Sergipano**: catálogos de filmes. Aracaju: Conselho Estadual de Cultura, 1988.

_____. **VII Festival Nacional de Cinema**. Aracaju: UFS/PROEX/CULTART, 1980.

_____. **Esparsos Filmes em Questão**. Aracaju: Clube de Cinema de Sergipe, 1980.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. 1ª edição. 9ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

_____. **História do Brasil república**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. 1ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950-1980): cultura de massa e cultura da elite, movimentos de vanguarda, arte e política. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2020.

SANTOS, Mislene Vieira dos. **Da ditadura à democracia**: o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995). 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SANTOS, Gilvan Victor dos. **O circuito operário católico em Sergipe**: práticas educativas e organização da cultura operária (1935-1969). 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SILVA, Eduardo Lima. **Campo do cineclubismo brasileiro**: uma análise dos interesses em jogo no período de rearticulação do movimento cineclubista. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porta Alegre, 2014.



SILVA, Ademilton José Leite da. **Anúncios cinematográficos no correio de Aracaju (1907-1914)**. 2016. 678 f. Monografia (Graduação de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de poder. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (org.). **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE/BANCO DO ESTADO DE SERGIPE, 1991. p. 127-166.

Obra cinematográfica

O Silêncio. (Tystnaden). Direção: Ingmar Bergman. Produção: Allan Ekelund. Suécia: Versátil, 1963. 1 DVD (96 min.), P&B. Distribuição em Vídeo: Publifolha.



O Golpe na Música Sergipana (1964- 1988)

Tereza Cristina Cerqueira da Graça*

Resumo

Este ensaio trata da atuação do aparelho censório da Ditadura Militar (1964-1988) na música popular produzida em Sergipe, utilizando como fonte principal os documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP/DPF/MJ) constantes nos acervos do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e do Arquivo Nacional (AN). Autores como MOBY (1994) e NAPOLITANO (2010) explicam o significado do que veio a denominar-se Música Popular Brasileira (MPB) e alguns estudos sobre as artes sergipanas do período, ainda que não tenham a censura como foco, compõem uma sucinta revisão bibliográfica. Ficou constatado que o *modus operandi* dos órgãos censores, notadamente quanto aos aspectos morais e políticos, esteve presente entre nós, frustrando expectativas de jovens artistas e impedindo que composições com algum nível de contestação chegassem a um público mais amplo.

Palavras-chave: censura, música, Sergipe

* Doutora em Educação pela PUCRS. Professora aposentada das redes públicas de ensino de Aracaju/Estado de Sergipe e da Universidade Tiradentes. Sócia e 2ª Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

The Coup in Sergipe Music (1964-1988)

El golpe en la música de Sergipe (1964-1988)

Summary

This essay deals with the role of the censorship apparatus of the Military Dictatorship (1964-1988) in popular music produced in Sergipe, using as its main source the documents of the Public Entertainment Censorship Division (DCDP/DPF/MJ) contained in the collections of the Public Archives of Sergipe. State of Sergipe (APES) and the National Archives (AN). Authors such as MOBY (1994) and NAPOLITANO (2010) explain the meaning of what came to be called Brazilian Popular Music (MPB) and some studies on the Sergipe arts of the period, even though they do not have censorship as a focus, compose a succinct bibliographical review. It was found that the *modus operandi* of the censorship bodies, notably regarding moral and political aspects, was present among us, frustrating the expectations of young artists and preventing compositions with some level of contestation from reaching a wider public.

Keywords: censorship – music - Sergipe

Resumen

Este ensayo aborda el papel del aparato de censura de la Dictadura Militar (1964-1988) en la música popular producida en Sergipe, utilizando como fuente principal los documentos de la División de Censura de Espectáculos Públicos (DCDP/DPF/MJ) contenidos en las colecciones del Archivo Público de Sergipe. Estado de Sergipe (APES) y Archivo Nacional (AN). Autores como MOBY (1994) y NAPOLITANO (2010) explican el significado de lo que se dio en llamar Música Popular Brasileña (MPB) y algunos estudios sobre las artes sergipeñas de la época, aunque no tienen como foco la censura, componen una breve reseña bibliográfica. Se constató que el *modus operandi* de los órganos de censura, especialmente en lo que respecta a los aspectos morales y políticos, estaba presente entre nosotros, frustrando las expectativas de los artistas jóvenes e impidiendo que composiciones con cierto nivel de contestación llegaran a un público más amplio.

Palabras clave: censura – música - Sergipe



Tendo examinado a letra musical acima discriminada, verifiquei haver em seu contexto insinuações relativas à política, extrapolando o permitido pelas normas censórias. Em razão do exposto, indico a Não Liberação.

Brasília, 30 de junho de 1981.

(...)

Técnica de Censura.

O texto acima é o Parecer n. 4.604/81 da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, proibindo a apresentação da música “O que separa as Américas”¹, de Hunald Fontes de Alencar, no I Festival Sergipano de Música Popular Brasileira, promovido pela TV Sergipe em julho de 1981. Por que a letra dessa música foi vetada? Quantas outras composições tiveram o mesmo destino? Que perigos representavam para o público ouvinte? Enfim, como atuou a censura às artes, particularmente à música, em Sergipe durante a Ditadura Militar instalada em nosso país em 1964? São questões para as quais este texto esboça algumas respostas, na perspectiva de apontar caminhos (fontes, procedimentos e aproximações com a literatura local e nacional) para uma pesquisa mais ampla sobre um tema quase ausente na historiografia sergipana.

Introdução ou “Alvorecer”²

Antes de adentrar no objeto deste ensaio, é preciso explicar, ainda que sucintamente, a que música estou me referindo. É praticamente consenso entre os estudiosos que o termo ‘música popular’, até antes dos anos 1960, era a música em situação de oposição à ‘música clássica’ ou ‘erudita’, independentemente dos ritmos e do segmento social de onde provinham compositores, intérpretes e

¹ Requerimento e Parecer disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ns/cpr/mui/lmu/07607/br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_07607_d0001de0001.pdf> Acesso: 10/06/2024

² *Alvorecer*, música de José Ronaldson Souza, inscrita no Festival Estudantil de Música Novo Canto, edição 1987. Aprovada pela Censura em 18 de novembro de 1986.

público. E a música popular brasileira vinculada à sigla MPB, quando surge, por que surge e o que significa?

Penso que Moby (1994) oferece uma explicação esclarecedora e concisa. Ele diz que, a partir dessa década, especialmente com o surgimento da bossa nova e dos grandes festivais de música, a sigla MPB aparece no cenário musical brasileiro:

Esta sigla e toda a produção poético-musical que ela passa a designar é uma construção política e não significa mais, como pode parecer, toda e qualquer música popular brasileira, sendo um subproduto – ou melhor, para que o termo não soe pejorativo – uma subseção dela.

Resulta praticamente impossível precisar o momento exato em que nasce a sigla MPB. (...) Ao que tudo indica, seu surgimento teve, como objetivo inicial, combater a tentativa da indústria cultural de fazer com que o iê-iê-iê fosse vendido também como sendo música popular “de raiz”. A sigla se cristalizaria no nome do conjunto vocal – MPB-4 – e se consolidaria durante os chamados “anos duros” do regime militar. (Moby, 1994, p. 145)

Mais adiante, conclui:

Na verdade, a sigla MPB está vinculada, sem dúvida, a resistência da faixa de compositores e cantores que, herdeira da chamada “canção de protesto”, de origem universitária, tinha como proposta combater o regime militar. (...) Eis aí a MPB que, com o fim da ditadura militar, começa a desaparecer enquanto sigla e enquanto movimento artístico-político, cedendo lugar cada vez mais definitivo ao rock and roll em português, ao pagode e à canção “brega” e new-sertaneja. (...)

Assim, parece claro que, ao utilizar as expressões “música popular brasileira” e “MPB” não se pode estar falando do mesmo objeto, quando estiverem referidas ao regime militar” (Moby, 1994, p. 147-148)



Há outros autores que identificam dentro dessa MPB diferenciações entre ‘música engajada’ e ‘música de protesto’ e outras variações e misturas, como Vilarino (1999). Napolitano (2010) mergulha mais fundo, oferecendo uma conceituação para além dos aspectos estéticos, afirmando que

Seria temerário tentar delimitar as características da MPB a partir de regras estético musicais estritas, pois sua instituição se deu muito mais em nível sociológico e ideológico. Estes dois planos foram articulados pela mudança no sistema de consumo cultural do país, transformando as canções no centro mais dinâmico do mercado de bens culturais. A sigla MPB se tornou sinônimo que vai além do que um gênero musical determinado, transformando-se numa verdadeira instituição, fonte de legitimação na hierarquia sócio-cultural brasileira, com capacidade própria de absorver elementos que lhe são originalmente estranhos, como o rock e o jazz (Napolitano, 2010, p. 7).

Para Vilela (2010) esse status de movimento musical se estende também à bossa nova, à jovem guarda e à música mineira do chamado Clube da Esquina que trouxe muitas inovações nos arranjos e na poesia. Entretanto, essa discussão é por demais complexa para os limites desse ensaio que quer tão somente tratar da música popular elaborada pelos nossos compositores e músicos durante os anos sombrios. Até porque, ainda que eu conheça algumas poucas melodias, somente disponho das letras encaminhadas à censura e, nelas não há qualquer indicação rítmica, salvo uma ou outra que traz no título as palavras ‘samba’ ou ‘frevo’.

Dado que não encontrei nenhum estudo que trate especificamente, ou prioritariamente, da censura às artes em Sergipe abordarei, a título de panorama restrito, a relação entre as artes e a Ditadura Militar (1964-1985) a partir de um dos textos de Cruz (2009). Em seguida, cotejo alguns estudos sobre o teatro e a música em Sergipe, destacando o que dizem sobre a censura. Trata-se de uma espécie de ‘estado da arte’ sobre o tema. Apresento, depois, a principal fonte utilizada, especificando sua localização e a forma

de apresentação dos documentos para, posteriormente, tratar do *modus operandi* dos órgãos censores às composições. Por último, tento mostrar a aplicação de aspectos do processo de análise censória nas letras de músicas de autores sergipanos. Cruz (2009), Alves (2014), Gomes (2019), Moby (1994), Vilarino (1999), Napolitano (2010), Heredia (2021), dentre outros, servem de aporte teórico a este ensaio. À guisa de conclusão, aponto questionamentos e proposições na perspectiva de aprofundar uma pesquisa mais ampla sobre o tema.

1. A “Força Forte³” da ditadura nas artes em Sergipe

A historiografia brasileira é pródiga em estudos sobre o período da Ditadura Militar no Brasil, em seus mais variados aspectos. O mesmo não se pode dizer de Sergipe, embora já tenhamos uma significativa produção no que tange aos estudos de caráter político, especialmente pela contribuição da obra do historiador Ibarê Dantas (especialmente, *A Tutela Militar em Sergipe – 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. 2ª ed. São Cristóvão: Ed. UFS, 2014 e *História de Sergipe – República (1988-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004). No que se refere aos aspectos culturais e artísticos do período em nosso Estado, os trabalhos são ainda muito poucos.

No âmbito geral da arte e da cultura, ainda que limitadas ao movimento estudantil sergipano, o trabalho do professor José Vieira Cruz é dos mais relevantes. Ele tem se dedicado ao estudo dos movimentos estudantis em Sergipe, enfocando as iniciativas culturais e artísticas dos estudantes desde os anos 1960, passando pela luta e conquista da Universidade Federal de Sergipe (1968) até as ações de resistência à Ditadura Militar. Dentre os textos do professor, destaco para fins deste ensaio, “Memórias Efervescentes: estudantes, artistas e os movimentos culturais em Sergipe em tempos de sombras”.

³ *Força Forte*, música de Carlos José Almeida. Aprovada em 01 de junho de 1981. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/07617/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_07617_d0001de0001.pdf> Acesso: 25/06/2024

Cruz (2009) analisa o enfrentamento de parcela do movimento estudantil e artístico cultural à Ditadura Militar, no período de abril de 1964 a 1984, trazendo uma retrospectiva do engajamento de estudantes no Centro Popular de Cultura (CPC) da União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES) e de artistas com o trabalho de conscientização política do povo através das artes, até o início do governo Seixas Dórea. Como em todo país, as experiências desses movimentos foram interrompidas ou redimensionadas com o golpe de 1964. Em Sergipe, alguns segmentos estudantis defenderam a nova ordem, enquanto outros ligados à cultura e à educação popular, assim como artistas foram processados e/ou presos junto a militantes políticos.

O autor alega que os estudantes resistiam à pesada censura dos órgãos de vigilância do Estado autoritário através da poesia, de frases fixadas em paredes, iniciativas culturais e artísticas em espaços universitários e até nos eventos fomentados pelas políticas culturais do regime, a exemplo do Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) que acaba se tornando ponto de encontro de discussão política. Eles participaram de discussões de temas nacionais e lutas em defesa das liberdades, pela anistia, contra a elevação do custo de vida, pela reforma universitária e pelo restabelecimento da democracia. No plano local, estiveram mobilizados em torno de reivindicações específicas como a meia passagem e a eleição direta para o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Gradativamente, incorporaram-se a bandeiras mais amplas de movimentos sociais e sindicais sergipanos, a exemplo da defesa da igualdade racial e de direitos dos povos originários, contribuindo assim para o processo de abertura política e a redemocratização do país.

Desse modo, se pode inferir que estudantes que escreviam poesias e outros textos literários, que participavam de grupos teatrais, que esculpiam ou pintavam, que tocavam algum instrumento, cantavam ou compunham músicas colocavam seus talentos ao serviço da contestação, mesmo sob a ameaça dos cortes e proibições da censura e da violência do poder fardado e armado. E não apenas eles.



2. “Passarando⁴”: notas sobre a censura nas artes sergipanas

Os textos que consegui reunir são produções recentes que, necessariamente, não foram elaborados visando o tema da censura. Ela aparece em um estudo sobre intelectuais vinculados à Academia Sergipana de Letras, em dois textos sobre o teatro, dois sobre música, em um livro sobre memória urbana da capital e em um material audiovisual veiculado na Rede Mundial de Computadores. Trata-se de uma entrevista com Luiz Eduardo Oliva, uma voz autorizada pela militância que teve na música e no teatro sergipanos nos anos de chumbo. Passemos, então a conhecê-los.

Oliveira (2019) investiga a atuação do jornalista Orlando Dantas, do ex-governador deposto e preso João de Seixas Dórea, do bispo de Propriá Dom José Brandão de Castro e do advogado José Anderson do Nascimento, quatro imortais da Academia Sergipana de Letras (ASL), que enfrentaram a repressão da Ditadura Militar. Sobre especificamente a atuação da censura, a autora cita Thetis Nunes, também imortal da ASL, que teve seu livro *O Ensino Secundário no Brasil*, publicado em 1964, retido pelas forças repressivas, o jornal *Gazeta de Sergipe* e o Festival de Arte de São Cristóvão, promovido pela UFS, cuja programação passava pelo crivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).

O texto de Mayra Cruz Alves, “Teatro e resistência em Aracaju em tempos de ditadura: 1964-1977” elenca grupos teatrais existentes na cidade entre as décadas de 1960 e 1970 e cita peças censuradas no pós-64, alegando que, na maioria dos casos, elas sofreram apenas cortes; muito mais por questões morais que políticas. A autora destaca o FASC, promovido pela UFS desde 1972, como oportunidade de reunir artistas locais e nacionais de diferentes linguagens, mediante apresentações públicas e eventos de aprendizado e troca de experiências. Foi depois da edição de 1977 que o Grupo Teatral Imbuauça começou a trabalhar temas da cultura popular por influência do Teatro Livre da Bahia. Desde então, esse grupo utili-

⁴ *Passarando*, música de Patrícia Vasconcelos. Aprovada em 28 de julho de 1982. Disponível em AN_BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_36670_d0001de0001.pdf. p. 2.

za-se de elementos dessa temática para despertar o público para os problemas da sociedade brasileira e sergipana, especialmente a luta pela redemocratização e pela redução das desigualdades sociais no país. Caracterizado, então, como um dos grupos de resistência em Sergipe, a autora justifica que o Imbuca não teve maiores problemas com a censura por ter atuado numa época de maior abertura política.

Nathaly Silva estuda a atuação do Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Amadorista Castro Alves (GRFACACA) de 1972, ano da sua fundação, até 1986, quando adotou outra nomenclatura. A autora localiza e analisa as produções do grupo face à repressão da Ditadura Militar, associada ao controle dos indivíduos negros por meio da ideologia da democracia racial. Conclui que parte da sua trajetória artística ora estava mais aproximada com pautas defendidas pela ditadura, ora assumia uma postura mais denunciatória. Embora, Silva (2022) não tenha encontrado documentos que comprovassem a existência vetos ou violência às suas produções, os relatos confirmam que o grupo buscou diversas estratégias para lidar com a censura da Polícia Federal. Assim, conseguiu sobreviver e expandir seus empreendimentos e, ao mesmo tempo, introduzir elementos da cultura afro-brasileira que possibilitassem reflexões sobre os problemas enfrentados pela comunidade negra, despertando a consciência racial.

Estudando o movimento da Jovem Guarda em Aracaju, Gomes (2019) refere-se a mudança do estilo musical dos conjuntos sobreviventes no final da década de 1960, citando a promulgação do AI-5, quando recrudescer a vigilância e a repressão nas artes em todo o país. Desse período, o autor recolheu depoimentos que ilustram a atuação da censura em livros, filmes, repertórios musicais e, principalmente nas composições próprias que começaram a vir a público a partir do I Concurso Sergipano de Música, de 1969. Entretanto, mesmo com os meninos que não se interessavam por política, resta evidente a rejeição de parte da sociedade sergipana à apresentação estética dos cabeludos jovem-guardistas que foram, inclusive, vítimas de arbitrariedades da polícia local.

O Som da História, de Irineu Fontes (2024) tem um capítulo dedicado aos festivais de música realizados em Sergipe entre o final



dos anos 1960 até a década de 1990. Seu livro é um belo e generoso registro de memórias, cuja tônica é o respeito e a valorização dos seus pares. Ele elenca compositores e concursos, a exemplo do Festival Estanciano da Canção (1968), Festival Estudantil da Canção (1971), I e II Festival Sergipano de Música Popular Brasileira (FSM-PB), Novo Canto (1984-1993) e o Sescanção (1996). Nesse capítulo, o autor escreve algumas palavras sobre o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968 (Fontes, 2024, p. 45), marcando que os nossos artistas também foram vítimas dos censores.

Anterior ao texto de Fontes, Graça (2021) também aborda esses festivais. Nele, há o registro de dois episódios em que os jovens estudantes e compositores sentiram o peso da censura. O primeiro refere-se a uma crônica publicada no boletim dos alunos da antiga Escola Técnica Federal de Sergipe (atual IFS), onde os responsáveis foram inquiridos e intimidados no prédio da Polícia Federal, quando para lá se dirigiram acompanhados do diretor do colégio. O outro relata a proibição de nova encenação do espetáculo “Conta Gotas”, concebido por um grupo de estudantes do Colégio Costa e Silva (atual Colégio Estadual Prof. João Costa). Realizado em 1977, no Auditório Lourival Batista, além de todo o texto crítico ao regime, os meninos declamaram poesias e musicaram a Declaração dos Direitos do Homem. O depoimento do compositor José Carvalho Conceição dá mais detalhes do espetáculo e conta sobre o medo que sentiu no interrogatório a que foi submetido na Polícia Federal, ainda muito jovem e imaturo.

Em recente *live* promovida pela ONG Ação Cultural de Sergipe, Luiz Eduardo Oliva, uma voz autorizada pela militância na música e no teatro sergipanos, concede uma entrevista sobre a censura nos anos de chumbo. Nas áreas da música e do teatro, cita alguns trabalhos que sofreram cortes da censura nos anos 1970-80, como a música “O que Separa as Américas”, de Hunald Alencar, e a peça “A História da Cigarra e da Formiga”. Essa última, uma releitura da fábula de La Fontaine, montada coletivamente pelo Grupo Raízes e dirigida por Jorge Lins em 1976, que valorizava o artista através da cigarra cantora. Segundo ele, os cortes operados foram tão absurdos que alguns jornais de circulação nacional registraram o epi-

sódio, a exemplo do Jornal do Brasil que estampou a manchete “O Palco Amordaçado”.

Sobre a música em Sergipe, vale registrar dois trabalhos que, a meu ver, trazem contribuições importantes, embora não façam qualquer alusão à censura. Trata-se da monografia de Oliveira Júnior (2013) sobre o fenômeno fonográfico em Aracaju, em que reclama da falta de uma história da música popular sergipana e escreve um capítulo específico, onde tenta dar uma sequência cronológica à narrativa a partir de fragmentos de entrevistas veiculadas na internet, depoimentos e trechos de publicações impressas. O outro é o livro de João Luís Meneses, *Cachê Sangrento* (2022), que trata das condições de trabalho dos músicos em Aracaju nas duas últimas décadas, tanto no setor privado (bares, restaurantes, festas e outros eventos particulares) quanto no setor público. A partir das falas dos participantes da pesquisa, analisa as subjetividades, enfocando a dinâmica do ‘prazer-sofrimento’ no trabalho que decorre da satisfação com a profissão ao lado das frustrações pela ausência de reconhecimento e certo isolamento social.

Dada essa espécie de ‘estado da arte’ dos estudos sobre as artes sergipanas que citam a censura, cabe agora apresentar e comentar uma parte das fontes a que tivemos acesso. São letras de músicas aprovadas pela censura disponíveis no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e outras tantas aprovadas e vetadas total ou parcialmente, disponíveis em formato digital no Arquivo Nacional (AN) do Brasil.

3. Na “Mesa dos Acontecidos⁵”: as fontes

A primeira fonte escrita que encontrei com as letras das músicas que concorreram (ou não) aos dois festivais da TV Sergipe (1981 e 1982) e às edições do Festival Novo Canto (1984 a 1993) estão em pacotilhas do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Nesse arquivo, foram acessadas 124 (cento e vinte e quatro) letras com as

⁵ *Mesa dos Acontecidos*, música de Valdefrê Fraga e Antônio do Amaral. Aprovada em 06 de agosto de 1981. AN. Disponível em: BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_07332_d0001de0001.pdf. p. 08.

respectivas datas de avaliação da Censura Federal. São 23 (vinte e três) referentes ao ano de 1982, 04 (quatro) de 1983, 40 (quarenta) de 1984, 25 (vinte e cinco) de 1985 e 30 (trinta) de 1986. Encontrei também duas letras, cuja data de criação, como consta, é o ano de 1981, mas a avaliação é referente a 1983. Assinam esses documentos, os censores *Fulano*, censor federal e chefe do Departamento da Polícia Federal, *Sicrano*, censor que vez por outra assina como chefe substituto, e *Beltrano*⁶.

No acervo digital do Arquivo Nacional (AN) encontrei muitas das letras das músicas disponíveis no APES. Quase todas da década de 1980, mas agora, elas são parte de requerimentos, alguns dispostos em pastas-padrão do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP). Os requerimentos contêm um ofício, assinado pelo requerente e/ou seu preposto e a cópia datilografada da letra da música. Alguns aparecem individualmente, por autor da letra da música, ou contendo letras de um mesmo autor, ou ainda, pelo promotor do evento, a exemplo dos chefes de órgãos públicos. É o caso de letras de músicas inscritas no Festival Novo Canto, promovido pela Fundação Estadual de Cultura (FUNDESC), nos anos de 1984 a 1993, onde o presidente assina algumas solicitações. O mesmo ocorria com entes privados, a exemplo do I e II Festival Sergipano de Música Popular Brasileira (FSMPB) promovido pela TV Sergipe, nos anos de 1981 e 1982. Nesse acervo também encontramos documentos condensados num único arquivo que traz apenas as letras, com nomes dos autores, alguma observação do censor e um carimbo com sua rubrica.

Um dos documentos que acessei no acervo digital do AN, arquivado sob o número BR-DFANBSB-NS-CPR-MUI-LMU-34059 contém 46 (quarenta e seis) páginas numeradas que registram as letras de 36 (trinta e seis) músicas, quase todas com dois tipos de carimbo. Na letra aprovada, o carimbo é encimado pelas iniciais do MJ/DPF/DCDP/SR/DF, logo abaixo escrito “Censura Federal”, abaixo disso

⁶ Para não expor os nomes dos censores, optei por desmembrar o título de uma música, provavelmente inscrita na 1ª edição do Festival Novo Canto: *Fulano, Sicrano e Beltrano* é a letra da música de Eduardo Menezes Santos. Liberada pela censura em 27 de setembro de 1985.

as palavras: “Texto Aprovado”, com uma linha para a rubrica do censor. Uma parte das letras aprovadas trazem as observações do censor: “somente para o festival” ou “somente para o show”. Raramente, o censor rabisca uma data, já que o carimbo não indica local onde seria colocada. O carimbo de reprovação é um retângulo com a palavra VETADO em letras garrafais. Em boa parte das páginas de letras vetadas nada consta além do carimbo; algumas trazem uma rubrica do censor; outras contêm alguma observação.

Do total de letras constantes desse documento, somente 07 (sete) obtiveram aprovação total, sem quaisquer restrições, 14 (catorze) foram aprovadas com a observação: “somente para o show” ou “somente para o festival”. Dentre as 15 (quinze) vetadas, 03 (três) contêm o endosso do chefe e 01 (uma) foi “retida para análise”.

Curiosamente, não há nos papéis disponíveis no APES qualquer letra totalmente vetada, exceto aquelas que tiveram veto inicial, mas depois, foram liberadas. Em nenhum dos dois arquivos (APES e AN) encontrei letras de composições das décadas de 1960 e 1970, embora haja outros documentos, a exemplo do processo relativo ao pedido de expulsão de alunos do Colégio Atheneu Sergipense que se recusaram a participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no ano de 1964⁷.

Apenas como amostra da fonte oral, acrescentamos a fala de um dos mais famosos compositores sergipanos das décadas de 1970 e 1980. Trata-se de Alcides Melo, compositor da música vencedora do I Festival Sergipano de Música Popular Brasileira, promovido pela TV Sergipe, em 1981 e, depois como jurado da segunda edição desse certame em 1982. Um depoimento importante, pois que as letras de composições suas e/ou com parcerias não foram localizadas nos arquivos documentais.

⁷ Denominação dada a uma série de manifestações públicas, ocorridas entre março e junho de 1964 no Brasil, em resposta ao que era considerado por militares e setores conservadores da sociedade uma ameaça comunista. DANTAS cita o caso do colégio (2014, p. 40) e o Relatório de Inquérito Policial Militar/1964, de 27/10/1982, detalha o ocorrido. (Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ppp/83005182/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_83005182_d0001de0001.pdf> Acesso: 25/06/2024.



4. Censura “*Em Marcha*”⁸: o *modus operandi* do SCDP às letras de músicas

De acordo com Cecília Heredia (2021), ao entrar no aparelho censório, a música percorria um caminho, normalmente homogêneo em todo o país. Antes de ser apresentada publicamente ou gravada, a canção deveria ser encaminhada ao Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP); ao receber a letra, os censores teriam, em média, três semanas para emitirem parecer. Uma mesma canção deveria ser analisada por outros três técnicos ou pelo chefe do setor; o que raramente acontecia devido à falta de profissionais. A análise deveria estar escrita num parecer que, ao longo dos anos foi mudando de formato, indo desde apenas um carimbo a dezenas de páginas. Depois

A decisão final dos censores, por sua vez, poderia propor a interdição total ou parcial da obra, sua liberação ou ainda, vetos parciais, como para menores de 18 anos, com proibição para execução pública ou em rádios, liberação apenas em festivais ou liberação após correção de erros ortográficos ou gramaticais” (Heredia. 2021, p. 78)

O artista ou a gravadora recebia a comunicação sobre o resultado e poderiam solicitar um novo exame em grau de recurso no caso de veto, explicando os questionamentos feitos pela censura ou propondo mudanças na letra. As mensagens contidas nas letras eram analisadas de forma positiva quando consolidavam pressupostos morais conservadores defendidas pelo regime, ou negativas quando buscavam contestar a ordem pública e o status quo. Isto era feito tendo em vista não apenas o que o compositor quis dizer, mas também como o público iria interpretar.

Moby informa que, no eixo Rio-São Paulo, muitos compositores praticavam a autocensura a fim de ter suas músicas liberadas, a

⁸ *Em Marcha*, letra da música de George Martins Freitas Filho, aprovada pela Censura em 10 de setembro de 1982. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/34059/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_34059_d0001de0001.pdf>. p. 26. Acesso: 15/06/2024.



exemplo de Chico Buarque que, numa entrevista em 1971, declarou adotar a estratégia, mas se pondo limites: “Agora, se eles me fizerem recuar mais, eu paro” (MOBY, 1994, p. 133). Quando um compositor tinha muitas letras vetadas, a mudança do nome poderia amenizar o apetite dos censores. Chico Buarque também recorreu a esse expediente, assinando como “Julinho de Adelaide”. Em maio de 1990, num depoimento à Rádio Jornal do Brasil, o compositor revelou que o artifício funcionou, pelo menos duas ou três músicas do Julinho foram aprovadas (Moby, 1994, p. 132).

Esse autor diz que alguns Pareceres da Censura são risíveis, dando como exemplo, um trecho em que a censora veta a música “Azza”, de Iza Barbosa de Almeida, por considerar que a autora se referia ao ministro dos Transportes Mário Andreazza, do ditador Médici, pois “se trata de um desrespeito a essa personalidade pública”. O outro Parecer, também de 1971, veta uma música somente pelo título. A dupla baiana Tom & Dito, então, modificou o título de “Pô” para “Ora Bolas” e teve a composição aprovada. (Moby, 1994, p. 142-143). Outro exemplo vem do III Festival Paraibano da MPB, de 1969, quando a compositora e estudante de Medicina Glorinha Gadelha foi convidada pela Polícia Federal a mudar o título da sua música de “Dispositivo Intra Uterino (DIU)” para “Mundo da Gente”. A canção com seu título original já havia sido aprovada e classificada como campeã do certame, entretanto, um segundo censor achou que se tratava de uma ‘exaltação ao amor livre’. (Gomes, 2014, p. 106-108).

Outras nuances do conteúdo e da forma como os censores examinavam as músicas são explicadas por Heredia, Moby e outros estudiosos. Entretanto, para os limites deste artigo, penso serem suficientes os aspectos acima citados. Sintetizando, temos que a análise deveria ser feita por três técnicos e esses tinham um prazo máximo para emitirem pareceres que poderiam ser a liberação total, o veto total e o veto parcial; além disso, poderiam restringir a música somente a apresentação em shows ou festivais. Grosso modo, os itens avaliados eram: a) conteúdo moral b) conteúdo político; c) dentro dos itens anteriores poderia estar o desrespeito a autoridades constituídas (d), interpretação do público, independentemente



do que o autor quis dizer. Como estratégia dos autores, temos: 1) a autocensura e 2) um novo pedido de análise, arriscando um censor menos rigoroso ou um “Novo Tempo”⁹, mais tolerante à medida em que a abertura política avançava. Que resultado tiveram algumas composições sergipanas nesse quadro? É o que tento responder no próximo segmento.

5. As composições sergipanas na “Navalha no Pescoço”¹⁰ da censura

Ao que tudo indica, o protocolo de ação dos órgãos censores, descrito acima por HEREDIA (2021) era o mesmo em todo o país. No caso da exigência de, pelo menos três técnicos na análise de uma música, encontrei raros processos. Na pasta referente à composição liberada “O Ser e a Natureza”, de José Antônio Vieira, há a assinatura de três técnicos: do censor analista, do chefe que endossou o veredito e de outro chefe que encaminhou o processo para ciência e arquivamento. Este processo chamou minha atenção no tocante à possibilidade de adoção de uma outra identidade por parte do compositor. A ficha-padrão requer nome completo, filiação, endereço, profissão, número de documentos de identidade e o pseudônimo. Nessa ficha há três espaços onde se registram as mesmas informações, sendo o primeiro para o autor principal e os demais para os parceiros. E, por fim, uma declaração a ser assinada pelo requerente:

“Declaro que a matéria a ser examinada nunca foi submetida à apreciação desta DCDP (excetuando os pedidos de renovação de certificado ou de confronto de texto), assumindo inteira responsabilidade pelas informações aqui prestadas”.

⁹ *Novo Tempo*, composição de Lupércio Damasceno Barbosa. Liberada pela Censura em 05 de janeiro de 1988. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/21567/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_21567_d0001de0001.pdf>. p. 13

¹⁰ *Navalha no Pescoço*, música de Marcos Aurélio Ferreira Freitas. Aprovada em 27 de setembro de 1985. Campeã no Festival Novo Canto, de 1985. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/25584/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_25584_d0001de0001.pdf



Disso, posso concluir que, somente graças ao despreparo e à desorganização burocrática, alguns artistas conseguiram mudar as identidades e fazer aprovar as mesmas músicas em segunda ou terceira análise, apenas modificando os títulos. Fosse hoje com o auxílio da informática...

Sobre o uso de uma outra identidade por parte dos nossos compositores, somente uma pesquisa mais acurada pode detectar; o que encontramos foram pseudônimos, alguns curiosos e até hilários, como 'Jane Longa Vida' (Jane Guimarães Meneses), Flor de Maracujá (Gleyse Santos Santana), Abelha Rainha (Maria Quaranta Lobão) e George Cachorro Louco (George Martins Freitas Filho). Outros persistiram e continuam designando o artista, cujo público desconhece seu nome de batismo. O cantor e compositor 'Irmão', já falecido, e 'Pantera', que ainda se apresenta nos palcos, são dois exemplos bastante ilustrativos em Sergipe.

"Comi Macaco", de 'Jane Longa Vida', é um exemplo curioso de música vetada pelo crivo moral. A mesma letra tinha sido encaminhada em ocasião anterior, quando foi vetada, com outra autoria: Geovany Guimarães de Meneses. Sempre econômicos com as palavras, o censor escreveu: "Interditada pelo Serviço Federal de Censura e Diversões Públicas com base nos artigos 41, letra 'a' e 77 do Decreto 20.493/46. No ano seguinte, o carimbo e a rubrica datados de 14 de outubro de 1985, apenas diz: Aprovada. No caso dessa, o apelo sexual é bastante explícito. Vejamos:

Comi macaco
Fiquei de touca
Perdi a roupa
Quado essa louca
Beijou-me a boca
(...)
Bem diplomata
Saquei no ato
Ganhei uma gata
Comi macaco.

Joguei banana pra ele
Que não comeu, chupou



E eu disse vai mais, vai mais
Ele acelerou

Gozei gozado
Bicho safado
Gozei gozado
Bicho safado
(APES. Coleção Manifestações Culturais-Letras de
Músicas.
Caixa 16-A, vol. 1, n. 23).

Uma das que gozaram o privilégio do “carimbo do chefe”, como endosso à reprovação do censor, tem uma estrofe sublinhada com uma frase curta ao lado, infelizmente ilegível. A estrofe grifada é da música *Cabeça*, de Samuel Bezerra de Lima:

158

Eu quero todo mundo
fazendo a cabeça (fazendo a cabeça)
Transando a mente, o amor
Numa lega (tri-legal!)

Outra música foi vetada apenas por conta da última estrofe. Trata-se da música *Rima Sertaneja*, de José Carvalho Conceição, o Carvalhinho do Grupo Repente, cuja recomendação, escrita a punho do censor, é retirar a estrofe:

Pé de cana é caneta
Pé de pipa é pipeta
Vou cantar na tiririca
Com alho, cebola
Pimenta e pipa!

Em nenhum dos dois casos há qualquer justificativa escrita. Provavelmente, o censor viu na primeira letra uma apologia ao uso de drogas, recorrendo ao chefe que ratificou sua conclusão. Já na última, possivelmente um duplo sentido, atentatório à moral e aos bons costumes. O fato é que a letra, reenviada sem essa estrofe, foi aprovada com a observação escrita a punho: “posteriormente, foi apresentada um novo texto sem a última estrofe e liberada”. O cen-

sor rubricou e escreveu a sigla: I FSMPB, referindo-se ao I Festival Sergipano de Música Popular Brasileira¹¹.

Há um caso curioso sobre a censura moral. Trata-se do frevo ou marchinha carnavalesca “Comercial Grátis”, de Denisrobert Andriolo Corumba, vetada pela censura, no início dos anos 1980.

Quem vai quer
Quem vai querer
Magnólia vende meia
Pra você e seu bebê

Gretchen com seu bumbum
Fafá com seus mamões
Magnólia vende meia
Na esquina do Calçadão

No Carnaval
Ela vende prá xuxu
Vou comprar um par de meia
Pra dar a tia Lulu.

Essa letra não tem nada demais, se considerarmos o conteúdo de várias outras marchinhas carnavalescas dos anos 1980 que eram massificadas pelos veículos de comunicação em todo o país. Ademais, nos programas de TV aberta, Gretchen empinava e rebolava seu bumbum e Fafá de Belém exibia orgulhosa seus peitões em decotes generosos. Então, por que o Censor reprovou a letra do rapaz? Seria um veto à Magnólia, a primeira travesti assumida a transitar pelas “Ruas de Ará¹²”? Magnólia, a ‘travesti matriarca de Aracaju’, faleceu em setembro de 2022. Sua morte teve ampla cobertura da imprensa sergipana que fez referência à sua coragem e pioneirismo. O autor deve ter lembrado que fez uma música em sua homenagem. E o censor?

¹¹ Rima Sertaneja, música de José Carvalho Conceição. Aprovada em Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/08439/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_08439_d0001de0001.pdf>. p. 18.

¹² *Ruas de Ará*, composição de Paulo Lobo. Aracaju, 2000. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1LmV7usS9KI>>. Acesso: 12/07/2024

Sobre correções ortográficas e/ou gramatical, os censores de Sergipe apenas grifavam as palavras, sem escrever qualquer comentário. Na música “Trovoada”, de Walfran Soares e Carlos Almeida, enviada a censura em 1982, a palavra “enchadas” está grifada à lápis. Entretanto, não há nem uma interrogaçõzinha que alerte o autor sobre o erro!

Por aqui também houve autocensura. Vimos isto claramente em alguns depoimentos coletados pela autora do texto sobre o GRFA-CACA. Aliás, a autocensura também me parece uma estratégia de burlar a censura. Na música, alguns autores escreviam nas próprias letras enviadas ao SCDP uma palavra ou palavras alternativas às primeiras, com o seguinte recado: “Caso não aprove a palavra ‘X’, substituir pela palavra ‘Y’. É o caso da música “Pra Poder Viver”, de Jaime Costa Azevedo Filho, aprovada em 22 de julho de 1982, que continha as palavras “angústia sacana”. No final do texto, o autor escreveu: “No caso de censura substituir por (angústia tamanha)”.

Tivemos também muitas composições aprovadas com restrições à apresentação pública, incluindo as ‘vetadas’ que não poderiam ser exibidas em nenhum espaço coletivo. Entretanto, como muitos artistas em todo o país, os sergipanos exercitaram a desobediência civil. O compositor Alcides Melo e seus parceiros são exemplos disso.

Em 1977, fiz um show no Teatro Atheneu chamado Eletrizabumbada, com o conjunto The Tops e a Zabumba de Quem Dera. Como de praxe, enviamos a relação das músicas do show para a censura e ficamos surpresos que, das 20 músicas do show, somente 12 foram liberadas. O resto foi vetado. Denunciei isso no show e falei que ia cantar todas, e cantei. No intervalo, o censor Dr. (...), da Polícia Federal, foi no camarim do teatro me multar e eu disse que não ia pagar nada, que era estudante e não trabalhava. Ficou o dito pelo não dito!” (Alcides Melo. 17/06/2024)

Entre nós, desacetos a autoridades também aparecem, especialmente a partir de meados dos anos 1980. A composição “Recado à Vossa Excelência”, de Gilmar Correia dos Santos, possivelmente foi vetada por este motivo.



Sobre as músicas de conteúdo político ou de crítica social, alguns exemplos vêm do depoimento que compositor Alcides Melo me prestou, por telefone, no último dia 17 de junho de 2024. Segundo ele, suas músicas “Pacote Baleado”, cujo censor disse tratar-se de uma bomba postal; “Nunca é Tarde”, em parceria com Paulo Lobo, vetada por atçar as massas; “Conversa Camponesa com Pietro Busco Pascarilho”, em parceria com Mário Jorge e Paulo Franco, proibida por ser adaptação de um poema de Mário Jorge intitulado “Revolução” e “Hino el Pueblo”, em parceria com Valdefrê Fraga, também sob o pretexto de atçar as massas.

Infelizmente, não encontrei nenhum documento da censura sobre essas composições; nem no Arquivo Público do Estado de Sergipe, nem no Arquivo Nacional. Certamente, esses e outros documentos, do período de 1964 a 1989, foram rasgados ou passaram pelos fornos da Fábrica de Tecidos Confiança, conforme registra o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (Albuquerque, 2020, p. 303). Felizmente, a letra vetada da música que abre este texto sobreviveu, e é das mais relevantes quanto à atuação da censura sobre a contestação política à Ditadura Militar em terras sergipanas.

O Que Separa as Américas
(Hunald de Alencar)

O que separa as Américas?
O que separa as Américas?
São os rios, são os montes,
São os povos, são as fardas,
São os fardos, são as matas?
- Silêncio! Há alguém detrás do mapa!

O ditador tira retrato
Vestido em seu terno novo
Mas a História de quem é?
- A História é do povo. (bis)

O ditador das bananas
que a liberdade embanana...
Padim Ciço no Alabama,



Negro velho do algodão
Vem morrer neste sertão;
De Puebla, Medelin
E até Quixeramobim,
Nas caatingas, nos Andes
Onde seja o Brasil ou Argentina
Tudo igual, sempre igual.
Tudo igual, a mesma sina

O ditador tira retrato
Vestido em seu terno novo
Mas a história de quem é?
- A História é do povo (bis)

Últimas palavras para mais palavras

162



Como disse de início, este texto teve objetivos modestos e limitados. Apenas, queria ‘levantar a lebre’ sobre o tema da censura à música sergipana durante a Ditadura Militar. Assim, para a elaboração de um trabalho mais consistente, penso ser preciso ampliar a revisão bibliográfica e aprofundar o cotejamento do acervo documental em cruzamento com as fontes orais.

Matéria jornalística informa que a música de Hunald de Alencar chegou a fazer parte das composições selecionadas para a primeira eliminatória do I Festival Sergipano de Música Popular Brasileira em 1981, sendo substituída de última hora pela canção “Navegantes”, de Zenóbio Alfano e Paschoal Maynard (Jornal de Sergipe. 03/07/81. p.7). Por que a comunicação tardou a chegar aos organizadores do certame? Como ficaram o autor e os músicos que formataram sua melodia e ensaiaram a apresentação? Em algum momento, chegou a ser levada à público? São questões que podem servir de “Inspiração¹³” a novas e mais amplas pesquisas!

¹³ *Inspiração*. Música de James José de Castro. Aprovada somente para ser executada em shows. (s/ data) Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/34059/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_34059_d0001de0001.pdf> p. 14

Referências

- ALBUQUERQUE, A.D.; REIS, G.S.M. **Relatório Final: Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo**. Aracaju: EDISE, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/Relatorio_Final_Comissao_Estadual_da_Verdade_Paulo_Barbosa_de_Araujo_Sergipe%20(1).pdf>. Acesso: 27/06/2024.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional-SIAN**. Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/34059/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_34059_d0001de0001.pdf>. Acesso: 15/06/2024.
- ALVES, Mayra Cruz. Teatro e resistência em Aracaju em tempo de ditadura: 1964-1977. **IV Congresso Sergipano de História/IV Encontro Estadual de História da ANPUH-SE: O Cinquentenário do Golpe de 64**. Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Disponível em: <http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424132336_ARQUIVO_MayraCruzAlves.pdf>. Acesso em: 26/06/2024
- CRUZ, José Vieira da. Memórias efervescentes: estudantes, artistas e os movimentos culturais em Sergipe em tempos de sombras. **Anais do XXV Simpósio Nacional De História**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1351.pdf>. Acesso em 01/07/2024
- DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984**. 2ª ed. São Cristóvão: Ed. UFS, 2014.
- FONTES, Irineu. **Som da História**. 1ª ed. Aracaju: Criação Editora, 2024.
- GOMES, Expedito Pedro. **O Contexto dos Festivais de Música Popular Brasileira na Paraíba**. João Pessoa: Ideia, 2014
- GOMES, Wilian Siqueira Santos. **Guitarras elétricas, cabeludos, transviados e iê-iê-iê. Aracaju no embalo da Jovem Guarda (1965-1969)**. São Cristóvão: UFS, 2019. (Dissertação de mestrado)
- GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Malinos, Zuadentos, Andejos e Sibites: o Aribé nos anos 70 e 80**. Aracaju: Editora Códice, 2021.
- HEREDIA, Cecília. A Censura Musical no Regime Militar Brasileiro. In: FICO, Carlos e GARCIA, Miliandre (Orgs.). **Censura no Brasil Republicano (1937-1988): sociedade, música, telenovelas e livros**. V. II. Salvador-BA: Saga Editora, 2021.
- MELO, Alcides. Depoimento a autora em 17 de junho de 2024.



MENESES, João Luís. **Cachê Sangrento: uma etnografia musical em Aracaju**. 1ª ed. Aracaju: Criação Editora, 2022.

MENESES, Verônica Dantas. Música Sergipana na Contemporaneidade: entre o tradicional e o moderno, apresentado na **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, realizado em Santos-SP, de 29 de setembro a 02 de agosto de 2007.

MOBY, Alberto. **Sinal Fechado: a música popular brasileira sob censura**. Rio de Janeiro – RJ: Obra Aberta, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção**: Engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: [s. n.], 2010. (Versão digital revista pelo autor). Disponível em: < http://www.academia.edu/3821530/SEGUINDO_A_CANCAO_digital>. Acesso em: 08/07/2024.

OLIVA, Luiz Eduardo. Censura às Artes em Sergipe e Perseguição aos Artistas Sergipanos após o Golpe de 1964. (live). **Ação Cultural de Sergipe**. Entrevista comandada por Zezito de Oliveira. 27.04.2024. Disponível em: youtube.com/watch?v=bt70kUZD19c. Acesso: 18/06/2024

OLIVEIRA JUNIOR, José Rafael de. **O Fenômeno Fonográfico em Aracaju: uma análise comparativa entre discos produzidos na década de 1980 e a atualidade**. São Cristóvão: UFS, 2013 (Monografia do Curso de Música).

OLIVEIRA, Lavínya Oliva. **As Letras e a Ditadura Militar em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2019. (Monografia do Curso de Licenciatura em História da UFS).

SILVA, Nathaly Daianne dos Santos. **As três pancadas do Atabaque: o teatro negro do GRFACACA em tempos de censura (1972-1986)**. São Cristóvão: UFS, 2022. (monografia do Curso de História da UFS)

SERGIPE. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). **Fundo: Música Sergipana. Festival Novo Canto/Festival TV Sergipe e outros**. Consulta em: 19 de março a 15 de abril de 2024.

VILARINO, Ramon Casas. **A MPB em Movimento: músicas, festivais e censura**. São Paulo – SP: Olho d'Água, 1999.

VILELA, Ivan. **Nada ficou com antes**. Revista USP, n. 87. São Paulo: Ed. USP, 2010. p. 14-27. DOI. 10.11606/issn.2316-9036.v0i87p14-27.



Os Combates nas Treas de Milton Coelho: o petroleiro tornado cego pela Ditadura Militar

*Afonso Nascimento**

Resumo

O presente artigo tece uma reflexão acerca da trajetória de combates e de resistências do ex-petroleiro e militante do PCB Milton Coelho, ao passo que também faz uma homenagem ao seu ativismo sindical e político. Milton Coelho, recentemente falecido, foi sequestrado, torturado e perdeu a visão por conta da repressão militar deferida contra a sociedade brasileira. Em Sergipe, os braços deste movimento de repressão, violência e violação dos direitos humanos, ocorrida nos idos de 1976, foi denominado “Operação Cajueiro” e teve em Milton Coelho um dos maiores símbolos de resistência.

Palavras-chave: Repressão política, tortura, Milton Coelho

* Afonso Nascimento é Professor Emérito da UFS. Publicou, entre outras obras, NASCIMENTO, Afonso. Ensaios sobre política e políticos. Aracaju: Editora Criação, 2016 e NASCIMENTO, Afonso. Resistência e adesão ao regime militar. Ensaios a partir da Comissão Estadual da Sergipe. Aracaju: Editora Criação, 2020.

The Fights in the Dark by
Milton Coelho:
the oil tanker made
blind by the Military
Dictatorship

Las peleas en la oscuridad
de Milton Coelho:
El petrolero que la
Dictadura Militar dejó
ciego

Abstract

This article reflects on the trajectory of combat and resistance of former oil worker and PCB activist Milton Coelho, while also paying tribute to his trade union and political activism. Milton Coelho, recently deceased, was kidnapped, tortured and lost his sight due to military repression against Brazilian society. In Sergipe, the arms of this movement of repression, violence and violation of human rights, which took place in 1976, was called “Operação Cajueiro” and had Milton Coelho as one of the greatest symbols of resistance.

Keywords: Political repression, torture, Milton Coelho

Resumen

Este artículo desarrolla una reflexión acerca de la trayectoria de combate y resistencia del ex trabajador petrolero y militante del PCB Milton Coelho, y también rinde homenaje a su activismo sindical y político. Recién fallecido, Milton Coelho fue secuestrado, torturado y dejado ciego por la represión militar en Brasil. En el estado de Sergipe, uno de los tentáculos de ese movimiento de represión, violencia y violación de los derechos humanos, que ocurrió en 1976, quedó conocido como “Operação Cajueiro” e hizo de Milton Coelho uno de los mayores símbolos de resistencia al régimen militar.

Palabras clave: represión política, tortura, Milton Coelho.



Introdução

Conheci pessoalmente Milton Coelho de Carvalho, em 2016, durante a sua oitiva para a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa”, criada em 2015, pelo Jackson Barreto. Lá estava ele, sentado no palco do Museu da Gente Sergipana, sob as luzes dos holofotes, um homem na faixa dos seus setenta anos de vida, que falava com voz firme e um pouco rouca e que portava óculos escuros. Enquanto membro da comissão, usei a ocasião para lhe fazer duas perguntas.

O seu nome já me era familiar desde que ocorreu a Operação Cajueiro, em 1976, um pouco antes dos estertores da ditadura militar brasileira (1964-1985), quando dois estudantes de Direito, colegas meus, também foram presos. Mais tarde, no tempo em que organizava o livro de Osmário Santos com memórias de políticos sergipanos do século passado, fiz questão de incluir Milton Coelho nesse quase dicionário de membros da classe política estadual. Por último, em 2018, tive o prazer de entrevistá-lo em sua modesta residência no bairro Santo Antônio, da qual resultou artigo publicado em jornal de Aracaju, abaixo referido.

Neste trabalho, é meu objetivo projetar mais luz sobre a vida desse petroleiro comunista que, falecido aos oitenta e dois anos, viveu a maior parte de sua vida combatendo nas trevas, seja na clandestinidade de membro de organização política ilegal, seja na cegueira física causada por torturas sofridas depois de ser sequestrado em sua casa e preso no Quartel do 28º Batalhão de Caçadores, localizado no bairro 18 do Forte, em Aracaju.

Na preparação deste texto, consultei fontes documentais relativas à Operação Cajueiro, fontes orais e bibliográficas sergipanas e brasileiras. Para mim, a violência legal e ilegal do Estado está inscrita na sua ossatura institucional, o que é válido para o Estado em regimes democráticos e autoritários – embora as chances de uso da violência estatal como a tortura sejam mais fortes em regimes de exceção. A tortura não foi exclusividade da ditadura militar brasileira.

É isso o que mostra a tragédia política ocorrida com o combatente nas trevas e comunista Milton Coelho. Sem a pretensão de



ser biográfico, este trabalho mostra, na sequência, um pouco da trajetória desse desassombrado opositor da ditadura militar, ainda que sua organização política não entendesse bem que a democracia não é um meio, porém um fim. Ou veio a compreender isso muito tardiamente.

A socialização política de Milton Coelho

Milton Coelho nasceu no seio de uma família operária em Salvador, no ano de 1942, filho de Eugênio Rodrigues de Carvalho e Tamar Coelho de Carvalho. Com efeito, o seu pai era trabalhador da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB) e tinha militância sindical e política. Foi por causa desse seu ativismo que ele pediu e conseguiu transferência para trabalhar na Leste Brasileiro em Aracaju, quando Milton Coelho tinha apenas cinco anos. Não foi encontrada nenhuma informação sobre qualquer prisão de Eugênio Rodrigues de Carvalho por ocasião do golpe militar de 1964, ponto de partida para a instauração da ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985.

Milton Coelho foi criado em ambientes frequentados por trabalhadores, sindicalistas e gente de esquerda. Isso me autoriza afirmar que ele aprendeu, precocemente, a ser sindicalista e político no interior de sua própria família, bem como nos locais de trabalho de seu pai e no sindicato dos ferroviários da Leste em Aracaju.

Durante esse tempo de sua formação política morou no ainda hoje popular bairro Getúlio Vargas, localizado bem perto da estação da Leste, onde seu pai trabalhava. Frequentou as escolas de dona Dolores e de dona Betinha, o Educandário João Henrique Pestalozzi, o Grupo Escolar General Valadão, o Colégio Ateneu e o Colégio Tobias Barreto. Nesses espaços escolares, continuou a sua politização e não é de surpreender que tenha sido preso duas vezes quando aconteceu o golpe militar de 1964, ocasião em que Milton Coelho tinha 16 anos.

Nesse tempo de militância estudantil, Milton Coelho fez parte da União Sergipana de Estudantes Secundaristas (USES), o que ampliou e fortaleceu a sua formação política entre os quadros da esquerda aracajuana. Todavia, Milton Coelho não teve militância política universitária, uma vez que foi reprovado no exame vestibular



da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na área de Química, e se deu por satisfeito com a sua escolaridade secundária.

Todos os empregos de Milton Coelho serviram para a sua formação política e, à exceção do último, tiveram a ver com as conexões sindicais e políticas de seu pai. O seu primeiro emprego foi no jornal comunista “Folha Popular”, no qual muito aprendeu com Robério Garcia em 1958. Na sala de redação desse jornal desenvolveu algumas habilidades do trabalho de jornalista – que serão mais tarde aproveitadas. Em seguida, em 1961, trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores da Estiva, ainda que por pouco tempo. Ainda em 1961, começou a trabalhar como funcionário público não concursado e sem estabilidade, em agência pública voltada para a erradicação da malária em Sergipe. Nessa instituição, mostrou capacidade de liderança política ao comandar a luta, bem sucedida, para tornar trabalhadores celetistas em funcionários públicos federais – algo que também interessava a ele.

Foi no quarto emprego que Milton Coelho permaneceu mais tempo, nele sendo aposentado por invalidez. Curiosamente, a contagem de sua aposentadoria foi datada de 20 de fevereiro de 1976, ou seja, a data de sua prisão. É importante dizer que, depois de aprovado em concurso público para a Petrobrás, em 1965, foi somente em 1966, que conseguiu tomar posse. A razão para isso é que Milton Coelho teve o seu ingresso negado por motivos ideológicos. Dizendo de outro modo, o setor de recursos humanos da Petrobrás exigia um atestado de bons antecedentes emitido pela Secretaria de Segurança de Sergipe.

Como tinha sido preso duas vezes em 1964, os atestados conseguidos sempre traziam essa que parecia incontornável informação. Foi então que alguém lhe sugeriu solicitar uma declaração cartorária na qual fosse dito que ele não tinha “culpa no cartório”, nem criminal, nem civilmente. Como petroleiro federal ganhava bem e continuou a sua militância sindical sem, contudo, ocupar posto na diretoria do rico e poderoso sindicato da estatal brasileira. Trabalhou em Aracaju e no interior, sobretudo como funcionário de almoxarifado (que cuidava, dentre outros materiais de trabalho, das dinamites). Foi na condição de petroleiro que aderiu ao PCB, em 1971.



Adesão ao PCB e reestruturação do partido

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Sergipe, quando quer que tenha sido fundado, teve uma história marcada por seguidos processos de estruturação, desestruturação, reestruturação, desestruturação até o seu fechamento nos anos 1980. É a história de uma organização na legalidade e na ilegalidade, sendo que o seu tempo na ilegalidade foi bem maior.

Em 1971, Milton Coelho foi recrutado por Marcélio Bonfim, um quadro de elite do PCB, com curso de capacitação realizado em Moscou, que também comandava o novo processo de reorganização depois das ondas repressivas sobre a organização sergipana em 1964 e em 1968/69. Nesse período, velhos quadros comunistas foram acionados e grupos novos foram recrutados. Já com vasta experiência de militância política estudantil e sindical, Milton Coelho trouxe sangue novo para o “partidão” e muita vontade de contribuir para as suas atividades da organização que uma vez mais renascia na clandestinidade.

O PCB tinha um interesse especial nos quadros dessa empresa estatal, especialmente porque, sendo seus operários bem remunerados, deles poderia conseguir boas contribuições em dinheiro para financiar as suas ações e para ajudar famílias de comunistas que passavam por dificuldades materiais porque tinham quadros “caídos”, estavam presos ou doentes. Enquanto militante, Milton Coelho foi considerado por seus algozes militares o “braço direito” de Marcélio Bonfim. Embora tenha dito em seu depoimento, durante Inquérito Policial Militar (IPM) da Operação Cajueiro, que eram poucas as suas atividades como militante – e que, por isso, tinha sido repreendido várias vezes pelo chefe da organização –, o seu envolvimento nada tinha de casual ou esporádico. Com efeito, de acordo com o que ficou registrado no inquérito referido, Milton Coelho teria chegado a doar terreno de sua propriedade para a construção de uma sede para reuniões clandestinas do PCB no então pouco habitado bairro Coroa do Meio.

O que fazia Milton Coelho no PCB? Ele era o encarregado de atuar junto às empresas estatais, uma vez que era operário de uma



delas, a Petrobrás. Além disso, era um arrecadador ativo de dinheiro de colegas na empresa, onde também trabalhava seu irmão Jorge. Ele chegou a doar dinheiro do próprio bolso para o PCB, além de suas contribuições habituais. Milton Coelho parece ter sido um militante muito dinâmico. De seu ingresso à sua queda, o petroleiro participou de muitas reuniões em casas, sítios e chácaras de muitos velhos comunistas como, por exemplo, de ferroviários da Leste Brasileiro, que ele conhecia desde a sua adolescência. Recebia jornais comunistas, lia e depois tocava fogo ou ainda repassava para outros comunistas. Era uma verdadeira liderança política. Milton Coelho saiu do PCB depois da Lei da Anistia, em 1979, por causa de problemas com o também comunista Agonalto Pacheco, que tinha voltado de exílio em Cuba.

Participação eleitoral do PCB e de Milton Coelho através do MDB



A ditadura militar brasileira não dispensou o uso de expedientes para legitimar-se diante da população. Com efeito, inicialmente, buscou legitimidade ao apresentar-se como um regime que combatia a corrupção e o comunismo no Brasil. Mas não parou aí. O sucesso na condução da economia (o chamado “milagre brasileiro”), com suas altas taxas de crescimento econômico, o Projeto Rondon, os cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) e das Associações de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESGs) estaduais, entre outras iniciativas, ajudaram a legitimar o regime castrense, contando para isso com o suporte da mídia corporativa e hegemônica.

Na sua busca por legitimidade, os militares também fizeram uma associação forçada do regime autoritário com vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970, no México. Procurando aproximar-se pessoalmente das classes populares, o general Médici passou a frequentar os estádios de futebol. A mensagem passada era a de que ele também seria um homem do povo com seu radinho de pilha no pé do ouvido. Enquanto isso, o país vivia os chamados “anos de chumbo”.

A manutenção de eleições legislativas ao longo do estado de exceção foi o recurso mais usado pela ditadura militar para ganhar apoio da classe política e, por tabela, dos brasileiros em geral - embora com cassações políticas, fechamento de casas legislativas, “pacotes”, mudanças frequentes nas regras do jogo eleitoral para dar vitórias à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido oficial dos generais. Com essa fachada eleitoral, passada como “democrática”, manteve os empregos da classe política brasileira nos níveis de governo municipal, estadual e federal.

Estando na ilegalidade e na clandestinidade, o PCB percebeu que, apoiando candidatos, comunistas ou não, que fizessem oposição “autêntica” ao regime autoritário e que avançassem a agenda da resistência comunista, poderia ser um meio importante de enfrentar seu problema crônico de financiamento e, por conseguinte, fortalecer a sua organização. Em troca, aos políticos e aos candidatos a políticos que aceitassem fazer esse jogo, o PCB mobilizaria os seus quadros e as suas redes de contatos para elegê-los. Foi com esse propósito que o “partidão” filiou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) muitos dos seus quadros em um grande número de estados brasileiros.

Em Sergipe, essa estratégia também foi posta em prática com sucesso, até ser estancada em 1976 com a Operação Cajueiro. Antes desse acontecimento político dramático, elegeu políticos como Jonas Amaral e Jackson Barreto, entre outros. Com a fundação do Setor Jovem do MDB sergipano, os militantes comunistas no MDB procuraram conquistar estudantes universitários e sindicalistas que lá encontraram espaço para fazer política partidária na legalidade. Ao observarem o que também estava acontecendo em Sergipe, os militares decidiram pôr um fim nessas articulações políticas. Milton Coelho fazia parte da cúpula comunista envolvida nessas movimentações eleitorais, tendo sido ele próprio cogitado para ser candidato a vereador, o que ele não aceitou - preferindo apenas ser cabo eleitoral de candidatos apoiados pelo PCB.



Prisão, tortura e sequelas físicas sofridas por Milton Coelho

A “Operação Cajueiro”, ocorrida em Aracaju, em 1976, foi apenas uma entre muitas ocorridas durante a ditadura militar. Aconteceu durante o período em que o regime autoritário já dava sinais de esgotamento, depois que problemas econômicos surgiram com o fim do milagre brasileiro na economia. Os estrategistas militares perceberam que o momento era de preparação para a sua retirada do poder. Com esse objetivo, eles, através do Golbery do Couto e Silva, convidaram Samuel Huntington, um cientista político norte-americano, para fazer uma proposta de descompressão política a fim de tomarem o caminho de volta para os quartéis. Isso foi feito e, ao começar o seu governo, o general Ernesto Geisel falou em abertura política no país.

Essa ideia de retirada militar da política não era, entretanto, do agrado da extrema-direita militar (conhecida como “linha dura”), a exemplo do ministro do Exército Sílvio Frota, do comandante da IV Região Militar, o general Adyr Fiuza de Castro, entre outros. Assim, para justificar o seu alongamento no poder por mais tempo, esses militares puseram em marcha operações em várias capitais brasileiras visando a desestruturar a velha organização comunista ou o que restava dela no país. O Comitê Central do PCB e seus comitês estaduais eram uma ameaça à segurança nacional em alguma parte do Brasil? A resposta é negativa porque comunistas do PCB já tinham abandonado a ideia de luta armada desde 1935, quando da Insurreição Comunista de Natal. Mesmo assim, o Comando do IV Região Militar, sediado em Salvador, preparou e executou uma operação militar anacrônica a que chamaram de Cajueiro – cujo nome já indicava que não fora idealizada em Sergipe.

Depois de meses de preparação em Aracaju e Salvador, período em que montaram um álbum de fotografias e coletaram informações sobre comunistas e pessoas próximas ao esquema deles, militares baianos foram despachados para Aracaju com o objetivo de desmantelar a estrutura do “partidão”, bem como desarticular pessoas, geralmente jovens universitários ligados ao Setor Jovem do MDB e



que estavam sob sua influência. Aqui chegados, no dia 20 de fevereiro de 1976 e seguintes, sequestraram, prenderam e torturaram a maior parte dos “subversivos”. A despeito de alguns problemas, a operação foi considerada bem-sucedida (na avaliação deles, claro!) e os militares voltaram a Salvador. Foi por causa das torturas a que foi submetido durante o seu encarceramento no Quartel do 28º BC que o comunista Milton Coelho perdeu a visão.

Foto 1 - Milton Coelho na juventude



Fonte: Divulgação



A cegueira como sequela das torturas

A cegueira de Milton Coelho marca um novo tempo de trevas para ele. Foi levado ao Quartel do 28 BC vendo e saiu cego. Usava óculos com lentes de grau, mas não era um incapacitado visual. Durante o seu encarceramento, Milton Coelho, além do capuz utilizado quando não estava sendo torturado, usava algo semelhante a “óculos de mergulhador” de borracha sem lentes, que não lhe impediam de ver os seus torturadores. Se Milton Coelho fosse um homem cego antes de ser preso, ele não precisaria nem de capuz, nem da venda de borracha.

Durante as sessões de tortura, conheceu um vasto repertório de maus tratos, espancamentos, simulação de afogamento, choques elétricos na sua genitália etc. – tudo isso com a participação de médicos militares e civis que diziam sobre a capacidade de resistência dos “subversivos” sergipanos. No caso do ferroviário Pedro Hilário, os médicos recomendaram que ele fosse enviado para casa porque tinha pressão muito alta. Esse comunista morreu não muito tempo depois de sair do quartel. Quanto a Milton Coelho, parece que os médicos não perceberam nenhuma “anormalidade” e o petroleiro também não disse nada sobre os danos à sua visão com receio de que ocorresse o mesmo que tinha acontecido com comunistas em São Paulo, em 1975.

Depois que foi confirmada a sua cegueira, uma explicação se impôs: foram as torturas infligidas na área de seus olhos que provocaram a perda de visão por Milton Coelho. Mesmo assim, um certo militar tentou diminuir a responsabilidade dos torturadores, afirmando que a sua cegueira pode ter acontecido porque o petroleiro comunista teria resistido à sua prisão e às torturas sofridas e que, mesmo antes de seu encarceramento em garagem do 28º BC, ele já havia dado “alteração” ao ser transportado em carro com três homens com destino à unidade militar.

A iniciativa de buscar cuidados médicos, depois de ser liberado, partiu do próprio Milton Coelho que foi a Salvador, fez exames no Instituto Médico Legal (IML), passou por hospital baiano e foi, em seguida, enviado a hospital em Belo Horizonte, onde foi submetido a cirurgias, mas já era tarde mais.

Primeiro, a Justiça Militar e, em seguida, o Tribunal Federal de Recursos (TFR) reconheceram que a cegueira de Milton Coelho foi provocada diretamente pelas torturas que sofreu. Em Salvador, membro da Justiça Militar declarou que nada poderia ser dito em defesa dos militares que participaram das sessões de tortura, no caso do petroleiro tornado cego.

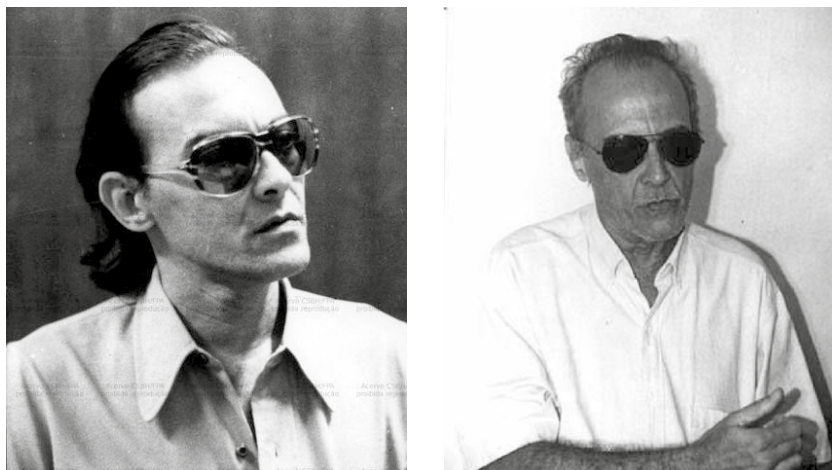
A responsabilidade foi apontada para o Estado brasileiro, personificado no regime militar. Ele foi absolvido e depois recebeu indenização pelos danos físicos irreparáveis com a sua cegueira – o que não afasta as sequelas psicológicas que carregou até a sua morte. A sua esposa, Carmélia Pereira de Carvalho (mãe de seus filhos Pablo



e Serjei), disse que a cegueira de seu marido foi um crime que o condenou a viver na escuridão para sempre

Antes de terminar esta seção, não posso deixar de dizer que o governador de Sergipe em 1976, José Rollemberg Leite, foi completamente omissos em relação à Operação Cajueiro. Dito de outro modo, esse político foi cúmplice dos responsáveis por aquela operação militar, assim como outras autoridades sergipanas públicas e privadas.

Fotos 2 e 3 - Milton Coelho na maturidade



Fonte: Divulgação

O ativismo político contraditório depois da cegueira

A cegueira não foi um obstáculo para que Milton Coelho continuasse fazendo política. Tinha uma grande limitação, é verdade, que era a sua dependência de outras pessoas para deslocar-se, etc. Mesmo assim, ao se desligar do PCB, logo após à Lei da Anistia, Milton Coelho primeiro se candidatou a vereador por Aracaju, acreditando que o capital político adquirido com sua resistência à ditadura militar o ajudaria a ingressar no mundo da política partidária. A primeira agremiação política a que se filiou foi o Partido dos Trabalhadores (PT), como fizeram outros ex-militantes do PCB (Marcélio Bonfim, Antônio José de Góis e outros mais).

Perdeu a primeira eleição. Em seguida, em um giro difícil de entender, decidiu se candidatar pela agremiação de direita, continuadora da ARENA, que foi o Partido Democrático Social (PDS). Sofreu a sua segunda e última derrota eleitoral. Depois disso, mais tarde, declarou-se arrependido por ter feito essa escolha. Nesses tempos ele ficou próximo de Jackson Barreto, antigo camarada de militância comunista. Não consegui informações sobre por quanto tempo ele esteve próximo do futuro governador e nem em que condição. Assessor? Cabo eleitoral?

Como um excelente orador, é possível que Milton Coelho tenha participado de movimentos políticos (Anistia, Diretas-Já, etc.) e apoiado novas campanhas eleitorais em Sergipe. São questões a serem investigadas. O que se tem com registro, de fato, foi a sua liderança vitoriosa no processo de fundação de uma associação de incapacitados visuais como ele.

Considerações finais

Milton Coelho morreu em 17 de abril de 2024 no Hospital São Lucas, em Aracaju, devido a problemas nos seus pulmões. Viveu 82 anos, 5 dos quais nas trevas da ditadura militar como militante, por escolha própria, e 48 anos por conta da cegueira que lhe foi imposta. A sua história passou a fazer parte daquela do 28º BC (como lugar de tortura e cegueira), da IV Região Militar em Salvador (lugar onde a Operação Cajueiro foi concebida) e do Exército brasileiro cuja história, nesse período, confundiu-se com a própria história do regime militar. A tragédia vivida por Milton Coelho nunca poderá ser esquecida, pois ele foi possivelmente o caso único de um preso político tornado cego por causa de torturas dos militares no Brasil e porque é, por conseguinte, a principal vítima da ditadura militar em Sergipe.

Gostaria de agradecer à professora Tereza Cristina Cerqueira da Graça, pelo convite que me fez para escrever sobre Milton Coelho; e aos professores Ibarê Dantas, Luciano Oliveira e José Vieira da Cruz, com os quais tive a oportunidade de conversar sobre o objeto desse texto. Um agradecimento especial ao professor

José Vieira da Cruz por ter disponibilizado a documentação sobre Milton Coelho que se encontra no Arquivo Nacional. Naturalmente, nenhum nome mencionado tem responsabilidade pelo conteúdo desse trabalho.

Fontes consultadas

BRASIL. Lei de Segurança Nacional. *Decreto-Lei 898*, de 29 de setembro de 1969. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140714120001/>

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=179024>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

BRASIL. Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional: SIAN: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_85007702_d0001de0001.pdf, 1985.

BRASIL. Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional: SIAN: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_88010267_d0001de0001.pdf, 1988.

BRASIL. Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional: SIAN: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85049683_d0001de0001.pdf. 1979.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011.

COELHO, Milton. *Depoimento para a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”*. Aracaju, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ua52KZLWdfQ>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

COELHO, Milton. Depoimentos para IPM durante a Operação Cajueiro. In: Relatório do IPM sobre o PCB em Sergipe, datado de 20 de fevereiro de 1976. In: ASV ACESEC. 208/82, 1982.

CRUZ, José Vieira da. Tempos difíceis: os estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe, 1969-1976. In: *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Belo Horizonte: Editora Belo Horizonte, 2015.

CRUZ, José Vieira da. Trabalhadores dos trilhos e a resistência à ditadura civil-militar em Sergipe, 1964-1983. In: *Resistência dos trabalhadores no campo e na cidade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional / Central Única dos Trabalhadores, 2015, v.3.

CUNHA, Paulo Pereira da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

DANTAS, Ibarê. *A tutela militar em Sergipe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.



GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Attica, 1987.

MARTIN, Alfredo Guillermo. *As sequelas psicológicas da tortura*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/sBZjKMFLRFmX6DLkLdSh8wR/>. Acesso em 27 de setembro de 2024.

NASCIMENTO, Afonso. *Ensaio sobre política e políticos*. Aracaju: Criação Editora, 2016.

NASCIMENTO, Afonso. O comunista que guardava dinamites durante o regime militar. In *Jornal da Cidade*. Aracaju, em 21/01/2018.

NASCIMENTO, Afonso. *Resistência e adesão ao regime militar*. Ensaio a partir da Comissão Estadual da Sergipe. Aracaju: Criação Editora, 2020.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *Memórias da resistência: o MDB e a luta contra a ditadura militar em Sergipe*. Aracaju: Criação Editora, 2019.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno*. Uma reflexão sobre a tortura. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REGINATO, Andreia D. e Gilson Reis (Orgs.). *Relatório Final Comissão Estadual da Verdade " Paulo Barbosa de Araújo" Sergipe*. Disponível em: <https://iose.se.gov.br/edise/produto/250/digital>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

SÁ, Fernando de Araújo. Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (2015-2020): Memórias de “passados atrozes” na crise da democracia brasileira. In: *Estudios Históricos – CDHRPyB*. Año XIV, nº28, Uruguay, diciembre, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/28/eh2813.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

SANTOS, Osmário. Milton Coelho. In *Memórias de políticos sergipanos no século XX*. Aracaju: Editora J. Andrade, 2002.

SECCO, Lincoln e Luiz Bernardo Pericás (Orgs.). *História do PCB*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.





Resenha

Terezinha, uma intérprete de Bomfim

Samuel Albuquerque

Resumo

Resenha do livro *Manoel Bomfim, um intérprete do Brasil*, de Terezinha Alves de Oliva, publicado em 2022, pela Editora SEDUC.

Palavras-chave: Manoel Bomfim, Brasil, História do Pensamento Geográfico.

183


* Historiador, Professor do Departamento de História da UFS e Sócio do IHGSE.

Terezinha, an interpreter from Bomfim

Terezinha, intérprete de Bomfim

Abstract

Review of the book *Manoel Bomfim, um intérprete do Brasil*, by Terezinha Alves de Oliva, published in 2022, by Editora SEDUC.

Keywords: Manoel Bomfim, Brasil, History of Geographical Thought.

Resumen

Reseña del libro *Manoel Bomfim, um intérprete do Brasil*, de Terezinha Alves de Oliva, publicado en 2022, por la Editora SEDUC.

Palabras Clave: Manoel Bomfim, Brasil, Historia del pensamiento geográfico.



Em fevereiro de 2023, fomos, eu e Terezinha Oliva, visitar os amigos Beatriz e Ibarê Dantas. Ainda usávamos máscaras, mas, devidamente vacinados, estávamos mais tranquilos em relação à pandemia e felizes com o reencontro (acredito que o segundo, desde princípios do sombrio 2020). Na ocasião, fomos presenteados com o novo livro de Terezinha: *Manoel Bomfim, um intérprete do Brasil*, que havia sido publicado pela Editora SEDUC em fins de 2022 e aguardava seu lançamento individual, o que ocorreria, somente, em 17 de maio de 2023.

Celebramos juntos o nascimento da obra e, mirando o “cavaleiro de fina estampa” na capa do livro, brinquei: “ela se divorciou de Fausto e contraiu novas núpcias com Bomfim”. Referia-me, evidentemente, a dois elementos de relevo na trajetória intelectual de Terezinha: seus estudos sobre a Revolta Fausto Cardoso, que culminaram com a publicação do já clássico *Impasses do federalismo brasileiro* (1985) e com seu estudo sobre o pensamento geográfico de Manoel Bomfim, tese de doutorado em Geografia, defendida em fins dos anos 1990 na UNESP/Rio Claro, que se desdobrou no livro mais recentemente lançado.

Terezinha Alves de Oliva, sabem muitos, é consagrada historiadora sergipana, professora emérita da UFS e oradora oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Formou muitas gerações de professores de História na UFS e escreveu algumas das páginas mais importantes da nossa Historiografia. Particularmente, fui seu aluno, monitor e orientando. Tive nela minha principal formadora.

Não sou versado em Manoel Bomfim e, menos ainda, em História do Pensamento Geográfico. Contudo, esta resenha é fruto da leitura de um historiador sobre um trabalho circunscrito na encruzilhada entre a Geografia e a História. Minha confissão revela uma das grandezas do livro de Terezinha. O texto é inteligível, fluido e interessante ao ponto de prender a atenção e ganhar leitores não especialistas no tema principal que aborda.

Destacando Bomfim entre os sergipanos que deram os contornos do campo intelectual brasileiro entre fins do século XIX e princípios do século XX, Terezinha explica que o autor “revisou a histó-



ria oficial do seu tempo, opôs aos heróis da historiografia branca e europeizante a saga do brasileiro, mestiço, organizador do espaço e construtor da nação” (Oliva, 2022:15). Daí a importância de entender Bomfim como um intérprete da construção do espaço nacional, autor de um legado singular ao pensamento geográfico brasileiro. Entre as grandes questões que levantou, assinala Terezinha, Bomfim empenhou-se em provar a falsidade das teorias da desigualdade inata entre as raças “muito antes que, no pós-Segunda Guerra, tais teorias fossem rejeitadas”.

Como ressalta a acreditada geógrafa Alexandrina Luz, no prefácio do livro em questão, a historiadora Terezinha “escava no passado o pensamento social e particularmente geográfico de Manoel Bomfim”, lendo-o com as lentes interpretativas do Estruturalismo Genético de Lucien Goldmann, importante referência no lastro teórico da tese. Por essas lentes, Terezinha analisa a conjuntura em que a obra de Bomfim está inserida, o discurso e a visão de mundo do autor, bem como as estruturas significativas do seu discurso, vendo a obra de Bomfim “no plano mais global do liberalismo político e no contexto do Brasil do *fin-de-siècle*” (fins do século XIX e princípios do século XX). Todavia, Terezinha destaca a inserção contraditória do autor nessa realidade. Bomfim foi, em grande medida, um ponto fora da curva em nossa República das Letras, opondo-se ao darwinismo social ainda vigoroso e abraçando uma visão culturalista da sociedade brasileira, décadas antes dos aclamados estudos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo.

Ao penetrar no que já foi denominado de “Pré-História da Geografia” no Brasil, Terezinha nos conduz com segurança e sedução pelo legado de um dos pioneiros do pensamento geográfico nacional, alçando-o ao patamar de “pais fundadores” como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Aires do Casal e Gilberto Freyre. Dessa forma, Terezinha deixa também a própria marca no incipiente campo dos estudos de História do Pensamento Geográfico voltados ao período pré-acadêmico. Ela ilumina uma das figuras mais emblemáticas e menos conhecidas da inteligência brasileira das primeiras décadas do século XX.

Destacar a erudição, a capacidade interpretativa e a excelente escrita da historiadora Terezinha Oliva seria, como se diz popularmente, “chover no molhado”, ao menos para os que possuem alguma intimidade com a historiografia sergipana. Mas, não poderia deixar de assinalar o hercúleo esforço de Terezinha, notado no levantamento, na organização e na análise de um robusto número de trabalhos de Bomfim, que vão além dos títulos familiares aos nossos ouvidos e pouco alcançados por nossos olhos. São dezenas de escritos de Bomfim, entre livros, discursos e artigos que tratam da sociedade, da história, do território brasileiro e latino-americano.

O livro *Manoel Bomfim: intérprete do Brasil* foi estruturado por Terezinha em quatro capítulos que, em seu conjunto, dão-nos uma clara ideia do pensamento geográfico em Bomfim. Confesso que, para um historiador (e, mais ainda, para um historiador que já se debruçou sobre o tema da raça na obra de outro intelectual sergipano, contemporâneo de Bomfim: Felisbela Freire), o último capítulo da obra é um deleite, uma vez que nos aproxima em demasia da distante figura de Bomfim. Terezinha intitulou-o de *Um discurso sobre o branqueamento*. É o meu capítulo predileto, em uma obra interessante da primeira à última página.

E por que ler Bomfim ou lê-lo a partir da arguta análise de Terezinha? Novamente, a prefaciadora Alexandrina Luz foi certa, ao sintetizar questões exploradas à miúdo por Terezinha:

O projeto de nação de Manoel Bomfim é marcante na época atual, na defesa da valorização do indígena e do negro como sujeitos históricos reais da formação da sociedade brasileira, um projeto de defesa da luta contra a pobreza, a ignorância, pela formação pedagógica dos oprimidos, com realce à região Nordeste, que é colocada como o embrião da nação brasileira (Conceição in Oliva, 2022:27).

Terezinha, esbanjando capacidade de verter discussões e temas áridos em inteligível e atraente texto, não deixou de registrar a desafiadora tarefa de interpretar e de dar a ler Bomfim:



Descobrir Bomfim é uma surpresa e uma provocação. Seu discurso áspero e de estilo agressivo e verboso, ora desafia a persistência do leitor, ora o envolve pelo interesse de saber aonde vai chegar o seu raciocínio. É uma caminhada difícil acompanhar o Brasil exposto nos vários livros de Manoel Bomfim. Sua escrita tem o tom da voz de um amante apaixonado e ferido, revelando um sentimento que se desdobra em denúncias, as mais cruas e em projetos, os mais esperançosos (Oliva, 2022:30).

O “arranhento” Bomfim é amaciado por Terezinha, é traduzido quase que amorosamente por sua intérprete.

Terezinha, em suma, interpreta e convida à leitura de Bomfim. Suas conclusões sobre a potente e tão pouco conhecida obra do sergipano nos animam na tarefa.

188

Insistindo na regeneração do caráter nacional brasileiro e na união da América Latina, ele entendeu que o domínio imperial não é apenas econômico e político, mas que seria cada vez mais sancionado e fundamentado no predomínio cultural. O fortalecimento do Continente pela educação de massas e pela sua identidade cultural seria uma arma eficaz contra a exploração e o domínio capitalista e tornaria desnecessário o branqueamento. Bomfim não abriu mão da utopia, ainda em face do pessimismo circundante, porque confiava que todo o processo de dominação e degeneração não tinha sido capaz de exterminar as energias e as virtudes do caráter original guardado nas tradições. O brasileiro, identificado no trabalhador nacional, era transformado em redentor da sua própria história (Oliva, 2022:189).

Eis alguns dos motivos para ler Bomfim. As questões postas e que buscou responder, em um passado já distante, estão vivíssimas e sacudindo nossa sociedade. O trabalho de Terezinha, como ela própria concluiu, é um veio aberto para a imensa mina que representa a obra desse notável sergipano.

Na dedicatória que me fez, na página inicial da brochura, Terezinha registrou que estive presente na gestação do livro, durante o

processo editorial, deixando na criação da capa uma marca mais visível. Essa lembrança trouxe-me a felicidade de saber que, de algum modo, retribuí a atenção de quem me ensinou as mais importantes lições do meu ofício. Para além de uma grande professora, daquelas que dão contornos em nossa formação docente, Terezinha foi uma generosa orientadora, empenhada em partilhar sua sobriedade e erudição.

Sorte nossa que temos Terezinha! Sortudo Fausto, sortudo Bomfim, ressurgidos, renascidos em incontornáveis obras da nossa historiografia, legadas por essa sacerdotisa de Clio em Sergipe.





SEÇÃO CASA DE SERGIPE

Maria do Carmo Alves, um gesto sempre lembrado.

*José Ibarê Costa Dantas**

Quando assumimos a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) em 16.01.2004, concedemos duas entrevistas à imprensa, destacando a importância do IHGSE e a condição deplorável em que se encontrava.

Diante dessas matérias, a senadora Maria do Carmo Nascimento Alves, então ocupando a Secretaria de Estado de Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho, apesar de não ter qualquer tipo de relação com o presidente do IHGSE, tomou a iniciativa de telefonar-nos. Objetivamente indagou sobre as providências para reformar a Casa de Sergipe e manifestou sua intenção em ajudar a entidade. Após as providências burocráticas cabíveis, em setembro de 2004, o Instituto começou a receber R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, subvenção que perduraria por cerca de dois anos, sendo de grande importância para manutenção e viabilização das pequenas reformas projetadas.

Em sinal de reconhecimento pelo apoio, a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe aprovou por unanimidade a concessão do título de Sócia Benemerita do Sodalício à senadora Maria do Carmo Nascimento Alves.

No ensejo das comemorações do centenário do Instituto, sua ação foi registrada no livro de nossa autoria *História da Casa de Sergipe: Os 100 anos do IHGSE 1912-2012*. São Cristóvão-SE, Ed. UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, p. 396-399.

* Ex-presidente do IHGSE (2004-2010).



Por ocasião de seu passamento, em 31.08.2024, após uma vida exitosa de realizações, especialmente dedicada à população mais carente de Sergipe, apresentamos nossa solidariedade aos familiares e reafirmamos nossa perene gratidão.

